O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 16 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47663
estadão.com.br

ARASH KHAMOOSHI / THE NEW YORK TIMES

Na Praça Valiasr, em Teerã, outdoor exalta lançamento de foguetes; externamente, governo iraniano apelou para que não haja resposta

Oriente Médio __A9

Israel busca responder ao Irã sem afastar novamente seus aliados

Ataque iraniano reaproximou EUA e potências ocidentais dos israelenses. Entre os cenários de revide discutidos, estão ciberataque e ações contra locais-chave.

Dois dias após ataque __A9

Brasil muda tom e condena ação do Irã

Artigo __A10

O Irã cometeu um grande erro; Israel não deve segui-lo

Thomas L. Friedman

Uma iniciativa diplomática global que isole Teerã pode impedir a repetição dessa aventura. E convencer Israel a não retaliar militarmente.

E&N Orçamento __B1 e B2

Governo reduz meta fiscal e adia ajuste das contas públicas

Previsão de superávit fica para último ano do mandato de Lula

Na primeira mexida desde que o novo arcabouço fiscal entrou em vigor, há menos de um ano, a equipe econômica anunciou mudanças na meta para as contas públicas em 2025 e 2026 e adiou a expectativa de que as contas do governo apresentem resultado positivo, na comparação entre receitas e despesas. A meta de 2025 foi reduzida de superávit de 0,5% do PIB para zero. O alvo para 2026 caiu de 1% para 0,25% de superávit. As metas de 2027 e 2028 – já no mandato do próximo presidente da República –, que ainda não haviam sido fixadas, ficaram em 0,50% e 1% do PIB, respectivamente. O anúncio expôs fragilidades do novo arcabouço: o governo contava com aumento de arrecadação para cumprir a regra. Dúvidas sobre a arrecadação e o desempenho da economia vinham sendo apontadas por economistas.

R$ 36 bilhões

Deve ser o custo, para os cofres do governo, do reajuste do salário mínimo em 2025, previsto para ser de R$ 1.502

Notas e Informações __A3

Era uma vez o arcabouço fiscal

Ele é desmoralizado por iniciativas do governo e do Congresso, o que atropela as metas de superávit e amplia o descrédito.

Revisão de leniência no Cade __A6

Escritório de advocacia de ministro da CGU atende Odebrecht

Banca de Vinícius Marques de Carvalho, comandada pela mulher, representa empreiteira em processo.

Judiciário __A8

Corregedor afasta três magistrados do TRF-4 e juíza que substituiu Moro

Caso envolve Gabriela Hardt, de Curitiba, e um juiz e dois desembargadores do tribunal com sede em Porto Alegre.

Música __C1

Sample, interpolação ou plágio?

Uso de faixas de outros artistas em novas canções envolve nomes como Bille Eilish (foto) e levanta suspeitas e discussões.

RICHARD SHOTWELL/INVISION/AP

'Abril vermelho' __A8

MST invade áreas em nove Estados e no Distrito Federal

Presidente da Argentina __A11

Em carta a Lula e após defender Musk, Milei fala em aproximação

Futebol feminino __A15

Após protesto, técnico acusado de assédio sexual deixa o Santos

Notas e Informações __A3

Uma jogada de risco do Irã

Coluna do Estadão __A2

Pauta do Congresso é campo minado para Lula

Raquel Landim __B2

A Petrobras é um transatlântico à deriva

E&N Montadora de Musk __B16

Venda de carros da marca cai e Tesla vai demitir 14 mil funcionários

Queda foi de 8,5% no primeiro trimestre. Cortes representam cerca de 10% do quadro de funcionários.

Edição de hoje
3 CADERNOS – 40 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
24° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Lula enfrenta campo minado no Congresso numa semana sem Haddad em Brasília

O presidente Lula está diante de um campo minado no Congresso esta semana. A pauta inclui votações que podem implodir a meta fiscal, se o Centrão recuar nos acordos feitos com o governo antes da escalada da crise envolvendo o ministro Alexandre Padilha e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O maior temor no Planalto é que deputados e senadores recuem nas tratativas e derrubem totalmente o corte de R$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão. Com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no exterior, a tensão governista aumenta, pois fica mais difícil o diálogo com os parlamentares. Resultado: há incerteza, também, sobre os rumos dos projetos de lei da reoneração da folha salarial das prefeituras e do fim gradual do Perse, tudo na pauta desta semana.

● **TENSÃO.** O veto do presidente Lula ao projeto que acaba com saidinhas também desagradou à maioria dos congressistas, incluindo a base aliada. E tudo vai se refletir nas pautas de votação das duas casas. A temperatura começa a ser medida hoje, na reunião do colégio de líderes da Câmara.

● **REVESES.** O governo sabe que sairá derrotado se o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pautar o veto do fim das saidinhas. A fraqueza em pautas caras à esquerda ainda estará em evidência em duas votações: a da PEC das drogas, pautada para hoje no plenário do Senado; e a do pacote anti-invasão de terra, que deve ser votado na CCJ da Câmara.

● **EMPAREDADOS.** Em meio ao clima hostil, ministros que estão na mira da oposição participam de audiências públicas no Congresso: Ricardo Lewandowski (Justiça) e Nísia Andrade (Saúde). Já o ministro José Múcio (Defesa) falará à Comissão de Defesa.

● **SUGESTÃO.** O PSD do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, articula com o Planalto uma indicação para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O nome da sigla para o cargo é Artur Watt Neto, procurador federal da Advocacia-Geral da União e consultor jurídico da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

● **PADRINHO.** De acordo com relatos feitos à *Coluna*, o senador Otto Alencar (PSD) encabeça a negociação e enviou o currículo de Watt Neto ao governo. Procurado, o senador não comentou. Pela legislação, o presidente da República faz a indicação à ANP ao Senado, que precisa aprová-la.

● **RECONHECIMENTO.** A senadora Mara Gabrilli (PSD) é primeira personalidade política a receber o prêmio *Voz é Vida: Uma vida pela voz*. Com isso, ela entra para a lista de homenageados pelo Centro de Estudos da Voz, ao lado de nomes como Tom Zé e Emicida.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Leur Lomanto Júnior (União-BA),
presidente do Conselho de Ética da Câmara

● **SINAIS.** O presidente do Conselho de Ética da Câmara, **Leur Lomanto Júnior** (União-BA), se absteve na votação que confirmou a prisão de Chiquinho Brazão. Entre hoje e amanhã, Leur definirá entre três deputados sorteados quem vai relatar o pedido de cassação do parlamentar.

● **COMO VOTARAM.** Foram sorteados os deputados Bruno Ganem (Podemos-SP) e Ricardo Ayres (Republicanos-TO), que votaram para manter Brazão preso; e Gabriel Mota (Republicanos-RR), que não votou. A definição do relator, por si só, já será uma pista sobre o tom do parecer.

PRONTO, FALEI!

William Sampaio
Advogado

"Em último lugar nas políticas sobre drogas pelo The Global Drug Policy, o Brasil tem a pior lei e terá o pior na sua Constituição, se for aprovada a PEC das drogas."

CLICK

JOEL VARGAS/GOVERNO RS

Cláudio Castro (PL)
Governador do Rio de Janeiro

Com o vice-governador do RS, Gabriel Souza, antes da reunião entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e cinco governadores sobre dívidas dos Estados.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Era uma vez o arcabouço fiscal

Antes de completar um ano, arcabouço fiscal é desmoralizado por iniciativas do próprio governo e do Congresso, o que atropela as metas de superávit, ampliando o descrédito

Durou menos de um ano a fantasia segundo a qual o governo de Lula da Silva tinha genuíno compromisso com o equilíbrio das contas públicas. O tal arcabouço fiscal, como foi batizado o mecanismo que substituiu o falecido teto de gastos, já era bem mais benevolente com a gastança, mas nem assim foi respeitado pelo governo. Donde se conclui que o problema do lulopetismo nunca foi o teto de gastos em si mesmo, mas sim a obrigação de manter as contas em ordem ante os imperativos populistas e eleitoreiros de Lula da Silva.

Há alguns dias, como se sabe, a Câmara aprovou a antecipação de um gasto extra de até R$ 15,7 bilhões neste ano. A manobra foi típica da indecência que parece prevalecer hoje no Congresso e no governo quando se trata da gestão dos recursos públicos.

Primeiro, a antecipação dessa dinheirama foi encaminhada na forma de um "jabuti", nome que se dá a uma matéria estranha ao texto principal – no caso, tratou-se de emenda ao projeto de lei que cria um seguro para vítimas de acidentes de trânsito.

Segundo, o tal "jabuti" prestou-se a alterar a redação do arcabouço fiscal, autorizando o governo a abrir o crédito suplementar com base nas projeções de arrecadação do primeiro bimestre do ano – enquanto a lei do arcabouço estabelecia como parâmetro a arrecadação do segundo bimestre, que só será divulgada no fim de maio.

O *timing* é compreensível: em ano eleitoral há uma série de restrições aos gastos públicos à medida que se aproxima o pleito, razão pela qual os políticos sedentos de dinheiro e o governo interessado em angariar apoio se concertaram para antecipar o esbanjamento orçamentário. É nesse clima que outras exceções foram abertas, como os R$ 28 bilhões para financiar repasses a Estados e municípios e programas de governo, como o "Pé-de-Meia" (auxílio financeiro para estudantes do ensino médio).

Agora, como a sinalizar que a irresponsabilidade fiscal não tem volta, o governo resolveu alterar a meta fiscal para 2025 – de um superávit de 0,5% do PIB para zero. Ou seja, reconheceu que o ritmo das despesas está mais acelerado do que o da arrecadação, furando o teto imposto pelo arcabouço fiscal.

A falta de seriedade das metas e do próprio mecanismo de ajuste fiscal é prejudicial ao País em muitas dimensões. Quando os investidores desconfiam que o compromisso com o equilíbrio das contas não é para valer, cobram prêmios mais altos para continuar financiando o governo. Dessa forma, os juros tendem a continuar em patamar elevado, a despeito de todo o esperneio de Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Com juros nas alturas, o desenvolvimento do País fica comprometido.

É nessas horas que é preciso recordar o que aconteceu com o Brasil quando a Presidência foi exercida por alguém explicitamente hostil ao controle de gastos. Foi no governo de Dilma Rousseff que a mentalidade segundo a qual "gasto é vida" mostrou toda a sua capacidade destrutiva, levando o País a uma brutal recessão.

Esse cenário caótico de descontrole fiscal obrigou o governo de Michel Temer a aprovar no Congresso a emenda constitucional que instituiu o teto de gastos, que freava o aumento de despesas do governo federal, atrelando-as por 20 anos ao resultado da inflação do ano anterior. Foi uma mudança sem precedentes, mas já em 2019, na gestão de Jair Bolsonaro, o limite de gastos foi afrouxado, quase sempre em nome de imperativos demagógicos.

A dívida pública fechou dezembro em 74,3% do PIB. Para um país emergente, como o Brasil, é um nível muito elevado – e, nessa toada, vai subir mais. Segundo estimativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a dívida deve subir neste ano para 80%, chegando a 100% em 2037 se não houver uma política fiscal efetiva. É um número que deveria preocupar, mas tudo indica que são cada vez mais raras as vozes, no governo e no Congresso, a advertir que isso não vai acabar bem.●

Uma jogada de risco do Irã

O inédito ataque a Israel expôs vulnerabilidades que podem ser exploradas pelos israelenses em prol de sua segurança, e por seus aliados e os árabes em prol da estabilidade regional

O ataque do Irã a Israel no fim de semana foi histórico. Há décadas ambos travam uma guerra nas sombras: o Irã por meio de milícias do chamado "Eixo da Resistência"; Israel por meio de ataques cirúrgicos a alvos militares iranianos. Desde a agressão de uma dessas milícias a Israel, o Hamas, em outubro, a batalha se intensificou. O Hezbollah, no Líbano, e os houthis, no Iêmen, conduzem disparos controlados, mas regulares. Em contrapartida, Israel abateu uma série de alvos iranianos, culminando com o ataque a instalações diplomáticas na Síria que matou oficiais da Guarda Revolucionária iraniana. No sábado, essa guerra nas sombras veio à luz com a retaliação do Irã: uma bateria de mais de 300 drones e mísseis. Foi a primeira vez que o Irã atacou abertamente Israel, com projéteis lançados de seu próprio território.

Se era para ser uma demonstração de força, malogrou. Mais de 99% dos projéteis foram interceptados, muitos pelos americanos, britânicos e franceses. A Jordânia não só destruiu alguns mísseis, como liberou seu espaço aéreo para as defesas israelenses. Outros países árabes podem ter atuado indiretamente.

Há riscos sérios de uma conflagração regional. Mas as partes envolvidas, incluindo Israel e Irã, têm razões para evitá-la.

É incerto até que ponto foi uma demonstração de força ou uma retaliação simbólica. O Irã poderia ter disparado mais mísseis, e, quando os projéteis ainda estavam no ar, diplomatas iranianos anunciaram que "a questão estava concluída".

Mas, mesmo que tenha sido um ataque simbólico, ele expôs limitações iranianas. Alguns dos foguetes falharam de saída, e, mesmo ciente das capacidades das defesas israelenses, Teerã esperava atingir ao menos alguns alvos. Se o Hezbollah tivesse atacado, a pressão sobre Israel seria brutal. Também é incerto se não atacou por moderação do Irã ou porque não queria se expor ao risco de uma contraofensiva. De todo modo, o ataque serviu a Teerã para testar as defesas de Israel e tirar lições que podem ser usadas em uma nova ofensiva.

A iniciativa agora está com Israel. O país está sob pressão dos EUA para não retaliar. "Satisfaça-se com a vitória", teria dito o presidente Joe Biden ao premiê Benjamin Netanyahu. É possível que o faça. Alguma retaliação é provável, mas pode ser calibrada para extrair vantagens políticas.

O governo israelense vinha sofrendo pressões dos aliados pela violência em Gaza, mas o ataque mudou o foco para a ameaça do Irã. Israel pode permutar, por assim dizer, moderação na resposta a Teerã pelo fortalecimento da aliança explícita dos ocidentais e implícita dos árabes contra o Irã. Em contrapartida, esses países podem pressionar Israel por alívio aos civis em Gaza e pela reativação de negociações pela normalização com os sauditas e de um processo político para a instauração de um Estado palestino.

Os grandes riscos são internos. O Irã vinha conquistando ganhos com o conflito em Gaza, sobretudo o isolamento crescente de Israel. O ataque foi uma jogada de risco de um regime que enfrenta problemas econômicos e instabilidade interna, e seu malogro pode intensificar essa instabilidade. Racionalmente, o país deveria buscar uma desescalada. Mas agora que o Rubicão foi atravessado, os aiatolás podem dobrar a aposta, promovendo uma "fuga" de seus problemas internos através de um conflito externo contra Israel. Para Israel, tampouco é racional abrir outras frentes de combate. Mas os extremistas que apoiam o governo de Netanyahu podem botá-lo contra a parede, exigindo mais agressividade em troca de sua sobrevivência política – e Netanyahu já mostrou mais de uma vez que essa é a sua prioridade.

O fato de que a aliança de ocasião anti-iraniana conseguiu bloquear o ataque sem maiores danos a Israel expôs a vulnerabilidade do Irã e abriu uma janela de oportunidades para fortalecer essa aliança e reorientar o conflito em Gaza a um caminho mais produtivo para israelenses, árabes e seus aliados ocidentais. Mas erros de cálculo são cometidos sob pressão. Foi o que aconteceu no ataque do Irã e pode acontecer com a resposta de Israel.●

ESPAÇO ABERTO

Salvo-conduto para atos antidemocráticos

Marcelo Veiga Beckhausen

Assistimos diariamente aos avanços da investigação sobre o movimento antidemocrático de janeiro de 2023, conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes e declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 572. Constitucionais, portanto, tanto a Portaria 69/2019, do gabinete da presidência do STF, que indicou Moraes como relator do inquérito, quanto o artigo 43 do Regimento Interno do STF. Tais dispositivos serviram de suporte para o chamado inquérito das milícias digitais, destinado a investigar o incitamento ao fechamento da Suprema Corte, as ameaças de morte ou de prisão de seus membros e a apregoada desobediência a decisões judiciais.

Antes de prosseguir, cabe salientar meu entendimento de que o Regimento Interno do STF não é norma apta a estabelecer competência criminal, e é urgente que o Congresso Nacional se esforce para criar emenda constitucional neste sentido, mecanismos de enfrentamento aos ataques à Corte. Também entendo que as penas aplicadas aos baderneiros do 8 de Janeiro são extremamente pesadas, com a inadequada aplicação do concurso de crimes, associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Condutas, aliás, muito graves. Obviamente, numa democracia, devemos respeito às decisões do Judiciário, que devem ser obedecidas, e essas ponderações têm um sentido exclusivamente reflexivo.

Pois bem. Nos últimos meses surge no Congresso Nacional, com alguma força, o Projeto de Lei (PL) n.º 5.064, destinado a anistiar os participantes do 8 de Janeiro, quando os prédios dos Três Poderes em Brasília foram invadidos e depredados. Tal projeto concede perdão aos acusados e condenados pelos crimes definidos nos artigos 359-L e 359-M do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, em razão das manifestações que aconteceram na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

> *Anistiar os crimes do 8 de Janeiro significará esquecê-los. E o Brasil não pode esquecer quem conspirou contra seu regime democrático*

Mas seria possível anistiar alguém por atentados ao Estado Democrático de Direito? A Corte Interamericana de Direitos Humanos já decidiu, em alguns julgados, que as autoanistias criminais são nulas (caso Barrios Altos vs Peru, por exemplo), e é impossível que responsáveis pelo cometimento de crimes contra a população civil possam isentar-se a si mesmos, com legislações criadas por órgãos legiferantes sem representatividade e subordinados aos repressores. Porém esse é um quadro diferente. Aqui, pretende-se anistiar um grupo de pessoas, civis e militares, envolvidas com tramoias, conspiração, fechamentos de estradas, acampamentos golpistas, ataques ao sistema eleitoral e destruição de bens públicos. Uma tentativa de ruptura institucional, complexa e com movimentos dos mais diversos. Malsucedida, ainda bem, por motivos que no futuro saberemos.

O projeto é de autoria de representantes legítimos do povo, eleitos, ironicamente, pelas urnas eletrônicas apontadas como fraudulentas pelos grupos que invadiram os prédios em Brasília naquele 8 de janeiro. É um diferencial em relação à anistia do regime militar, sancionada pelo general João Batista Figueiredo em agosto de 1979, que perdoou torturadores e violadores de direitos humanos. O PL em andamento ataca o trânsito em julgado de algumas decisões, proferidas pela última instância do Poder Judiciário, o que já é grave, posto que chancela a afronta ao artigo 2.º da Constituição, núcleo da separação dos Poderes. Mas é difícil de entender a concessão de anistia para quem, justamente, atacou as instituições e o sistema eleitoral, chamando-o de fraudulento sem provas, ocupando um espaço perigoso, extremista e antidemocrático.

Tal perdão representa um grande retrocesso, do ponto de vista do retorno à democracia desde os anos 80, num Brasil repleto de histórias de golpes e autoritarismo. E aos que não foram julgados ainda, financiadores, mandantes e altas autoridades da República, não seria necessário sequer aguardar o julgamento, autêntica anistia preventiva, estimulando os futuros golpistas de plantão, que receberiam simbolicamente um salvo-conduto inapropriado.

Críticas ao sistema judiciário são saudáveis, bem-vindas e necessárias, mas destoam dos pedidos de intervenção militar bradados em frente aos quartéis ou das facadas num quadro de Di Cavalcanti.

Existem caminhos legítimos para criticar o sistema, e não são esses. Se a palavra anistia deriva do latim *amnestia*, que significa esquecimento, não pode o Brasil esquecer quem conspirou contra seu regime democrático. Já fizemos isso uma vez e, agora, quando se completam 60 anos do último golpe militar, não cabe repetir tal esquecimento. Anistiar estes crimes significará esquecê-los. Sob pena de a ameaça do regime militar, de triste e repugnante lembrança, nunca nos abandonar e de o golpe de 1964 continuar sendo comemorado. Muitas vezes, explicitamente. ●

DOUTOR EM DIREITO, PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), É PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (RS)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Oriente Médio

A resposta israelense

O sistema de defesa antiaérea de Israel frustrou de forma formidável o ataque de centenas de drones e mísseis disparados pelo Irã contra o território israelense. Segundo fontes de notícias, 99% dos projéteis foram interceptados. Israel discute uma resposta ao ataque. Resta saber se a reação será na mesma proporção. Joe Biden aconselha Netanyahu a não contra-atacar. Considera que o sucesso da defesa já é por si uma vitória. O G-7 se solidariza com Israel. O Conselho de Segurança da ONU faz reunião de emergência sobre o conflito, mas termina sem consenso. O Itamaraty diz acompanhar o caso com grave preocupação, mas não condena o ataque. E Lula, que é *persona non grata* em Israel, silencia. Um eventual agravamento da crise terá consequências na economia mundial. O papa Francisco faz um pedido pelo fim das hostilidades. Cabe a nós rezarmos para que os governos envolvidos ajam com bom senso e evitem a guerra.

Deri Lemos Maia
Araçatuba

Governo Lula

Conselheiros externos

Lula recorre a núcleo de conselheiros nas crises e quer dar um 'chacoalhão' no governo (**Estadão**, 14/4). A matéria cita seis nomes: tirando o economista Luciano Coutinho, o prefeito de Araraquara, Edinho Silva, e o publicitário Sidônio Palmeira, sobram um leão de chácara de Lula (Paulo Okamotto), um ex-presidiário pego no mensalão (ex-deputado João Paulo Cunha) e o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli, que ajudou a quase quebrar a estatal na era da corrupção petista, com a compra superfaturada da refinaria de Pasadena, nos EUA. Ora, com conselheiros dessa estirpe, se *chacoalhar* demais, é provável que Lula caia.

Paulo Panossian
São Carlos

Sistema penitenciário

Remédio fatal

O sistema penitenciário brasileiro está falido há muito tempo. Pune de maneira desumana, não ressocializa. Os que de lá saem retornam à sociedade muito piores do que entraram. E, para piorar o que está péssimo, o Congresso Nacional apresentou um *remédio* que vai ferir de morte o paciente: o fim das saídas temporárias para os apenados que preencham condições predeterminadas. O índice nacional de retorno é de 95%. Ou seja, tal medida tem o potencial de implodir o sistema! O populismo não pode nos levar ao caos. Que os especialistas sejam ouvidos, antes que se cometa um erro imenso.

Celio Cruz
Recife

'Saidinha' não é favor

Se todos os brasileiros, e principalmente os nossos parlamentares, lessem o editorial *'Saidinha' não é favor aos presos* (**Estadão**, 13/4, A3), com certeza decidiriam pela manutenção do benefício. Mas preferirão fazer o *fácil*, proibindo a "saidinha" e posando de preocupados com a segurança diante de seus eleitores, em vez de conscientizá-los de que a "saidinha" não é o grande problema – ao contrário, ela ajuda para o dia em que os presos voltarem ao convívio da sociedade.

J. C. C. Marques Zeca Rocêro
São Paulo

Vida na cidade

Bairros agradáveis

Calçadas corretamente construídas, bem conservadas e desobstruídas são o básico para que se forme um bairro agradável, como propõe o guia *My neighborhood*, da ONU Habitat (**Estadão**, 13/4, C6 e C7). Em nível nacional, o Código de Trânsito Brasileiro determina as regras básicas de configuração e uso das calçadas, que na cidade de São Paulo são muito bem detalhadas na legislação local, mas infelizmente não são aplicadas e muito menos fiscalizadas adequadamente. É fundamental que os eleitores de todo o País saibam dos candidatos a prefeito de suas cidades quais são seus planos e programas de governo a respeito.

Jaques Mendel Rechter
São Paulo

Arte e sociedade

Missão dos museus

Sobre a matéria *Museus como antídotos ao preconceito* (**Estadão**, 13/4, C3), os museus podem e devem contribuir para combater preconceitos. Para isso, a diversidade e o respeito ao outro devem mesmo estar na raiz da missão de museus e outras instituições culturais. Isso é tanto mais importante quando o desrespeito e a falta de empatia são reforçados pela imersão de tantos em bolhas que desconsideram tudo o que está fora e é diferente. Toda luta pelo convívio deve ser saudada e emulada.

Pedro Paulo A. Funari, professor titular do Departamento de História da Unicamp
Campinas

ESPAÇO ABERTO

Vigilância ativa nas eleições de 2024

Frei David Santos e Márlon Reis

Nas eleições municipais de 2024, estaremos diante de um marco significativo na história política do Brasil rumo à conquista da equidade na política. Um aspecto em que precisávamos avançar refere-se aos direitos do povo afro-brasileiro, pela sua efetiva representação nas esferas políticas. As normas recém-aprovadas aprimoram a Resolução 23.609/2019, editada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), num aspecto que se mostra crucial para o enfrentamento das fraudes nas declarações raciais, após inúmeras afrontas observadas nas eleições passadas.

O art. 17 da resolução que trata do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) já estabelecia uma diretriz importante: a reserva de recursos para as candidaturas de pessoas afro-brasileiras na mesma proporção de sua presença nas candidaturas lançadas por cada partido ou federação em todo o País.

Contudo, as eleições de 2024 marcam um ponto de virada ainda mais significativo neste processo. Com a nova exigência de que os partidos abram contas bancárias específicas para gerenciar os recursos destinados a pessoas negras, será possível verificar com maior exatidão e transparência se os partidos estão de fato cumprindo essa regra crucial. Esta inovação regulatória facilitará sobremaneira a fiscalização da correta destinação dos recursos, abrindo caminho para ações e representações judiciais contra os fraudadores. Tal mudança, sugerida pela Educafro Brasil nas reuniões da Comissão de Igualdade Racial do TSE, representa um avanço significativo na luta por uma política mais justa e representativa.

Para além disso, a partir de agora, quando um candidato declarar sua cor ou raça no registro de candidatura, essa informação será confrontada com dados fornecidos ao Cadastro Eleitoral ou em registros de candidaturas anteriores. Se houver divergências, o processo de verificação se iniciará automaticamente e esse candidato será chamado a se justificar.

Está estabelecido pelo TSE um mecanismo baseado na autodeclaração da raça, mas com confirmação. Se um candidato declara uma cor ou raça que difere do seu cadastro eleitoral ou de registros de candidaturas anteriores, ele e seu partido são automaticamente notificados para confirmar essa alteração. Se admitirem o erro ou não responderem, a declaração será ajustada para refletir os dados anteriores. Isso é importante, pois evita o uso indevido de recursos destinados especificamente a candidaturas negras.

O alerta é claro: não haverá tolerância para a usurpação de valores destinados a fortalecer a representação política de pessoas negras

Em caso de suspeitas ou irregularidades, o Ministério Público Eleitoral será acionado para investigar e tomar as medidas cabíveis. Este órgão deve atuar como um fiscal do processo eleitoral, garantindo que as regras sejam cumpridas e que os recursos sejam alocados de maneira justa e conforme previsto na legislação.

Os partidos políticos, por seu turno, são responsáveis por garantir que as declarações de seus candidatos sejam precisas. Para isso, podem, se desejarem, estabelecer comissões internas de heteroidentificação. Sob esses novos parâmetros, também será possível responsabilizar os dirigentes partidários pela participação em fraudes relativas às declarações raciais.

A sociedade civil também passa a desempenhar um papel ativo. Associações, coletivos e movimentos sociais têm, agora, o expresso direito de solicitar informações sobre as declarações raciais dos(as) candidatos(as). Esse direito é uma forma, chegada em muito boa hora, de envolver a comunidade na fiscalização do processo eleitoral, incentivando uma vigilância coletiva.

À medida que nos aproximamos das eleições de 2024, é imperativo lançar um alerta sério e firme a todos os partidos políticos e à sociedade brasileira como um todo.

Medidas judiciais, com base nesses novos marcos, permitirão até mesmo a cassação de mandatos obtidos com desvio de verbas destinadas ao povo negro.

A Educafro Brasil, entidade que desencadeou a luta pela implementação do financiamento especial para candidaturas negras, faz um chamado a todas as organizações sociais para uma vigilância ativa e responsável sobre as declarações raciais dos candidatos. A usurpação de recursos destinados especificamente às candidaturas negras por indivíduos a quem não se destinam constitui uma afronta à luta histórica pela igualdade e representatividade. Tais atos, de má-fé, não só subvertem a intenção dessas medidas, como também desrespeitam a luta contínua pela equidade racial em nosso país, ferindo a Constituição brasileira e a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, à qual recentemente aderimos e incorporamos à nossa ordem fundamental.

O alerta é claro: não haverá tolerância para a usurpação de valores destinados a fortalecer a representação política de pessoas negras. As próximas eleições serão uma oportunidade para avançarmos na construção de um Brasil mais justo, igualitário e representativo. Cabe a todos e todas nós garantirmos que esse objetivo seja alcançado com integridade e respeito à grande diversidade que nos define como nação. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, OFM, DIRETOR EXECUTIVO DA EDUCAFRO BRASIL; E ADVOGADO, COORDENADOR JURÍDICO DA EDUCAFRO BRASIL

TEMA DO DIA

VILLA AYÊ / DIVULGAÇÃO

Sacada animal

Pousada que trata pets como hóspede principal fatura alto e lança franquias

“Os hóspedes são pets e os humanos, acompanhantes”, diz a CEO da Vila Ayê, Ana Luiza Russo. A pousada em Socorro (SP) foi aberta em 2015, faturou R$ 1,8 milhão em 2023 e acaba de lançar uma rede de franquias. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “A degradação humana, o animal é mais bem tratado que muitos famintos mundo afora.”
EDVALDO NASCIMENTO

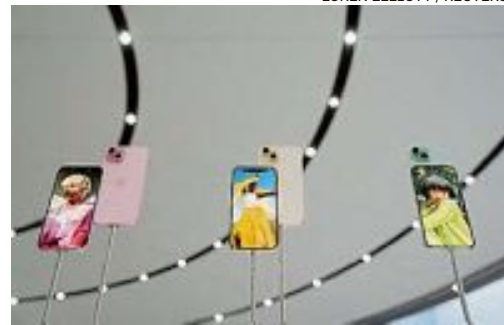
● “É porque são mais dignos do que muitos seres humanos!”
JU ESTEVES

● “Como disse Eduardo Duzek: troque teu cachorro por uma criança pobre.”
AILTON ARAÚJO

● “Excelente ideia. Tomara que ampliem a rede para outras cidades.”
LUCÉLIA OLIVEIRA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

LOREN ELLIOTT / REUTERS

Link

Configuração ‘oculta’ do iPhone afeta privacidade. ●
https://encr.pw/vnlqO

Agro Estadão

Lei dos agrotóxicos se torna uma prioridade. ●
https://encr.pw/31RMM

Newsletter

‘Conectado’: assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Controladoria-Geral da União

Escritório de ministro da CGU atende Odebrecht; governo renegocia acordos

Banca advocatícia montada por Vinícius Marques de Carvalho e hoje comandada por sua mulher representa a empreiteira em processo de revisão de leniência no Cade

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O escritório de advocacia do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, presta serviços para a Novonor, antiga Odebrecht, ao mesmo tempo que o órgão do governo federal renegocia os acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

Neste ano, o ministro da CGU sentou à mesa com advogados da Novonor e de outras sete empreiteiras para rediscutir os acordos. Publicamente, Carvalho tem dado declarações dizendo que os acordos não podem prejudicar as empresas financeiramente.

O ministro disse que está licenciado do escritório desde que assumiu o cargo no governo, no início de 2023, e evita atuar em situações que configurem conflito de interesses (*mais informações nesta página*).

Batizado de VMCA Advogados, sigla com as iniciais do nome do chefe da CGU, o escritório é comandado pelas advogadas Marcela Mattiuzzo, mulher de Carvalho, e Ticiana Lima. Para indicar que se desvinculou do escritório, o ministro formalizou pedido de licença da banca em 10 de janeiro de 2023, logo após tomar posse como integrante do primeiro escalão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No fim de janeiro do mesmo ano, no entanto, Carvalho enviou à Comissão de Ética Pública uma consulta. Perguntou se poderia seguir recebendo dividendos do escritório – que tem uma carteira com mais de 130 clientes –, apesar de ter se licenciado. Ele alegou que, apesar de afastado das atividades da banca, ainda é seu "sócio patrimonial". Portanto, gostaria de receber o aval da comissão para receber os lucros resultantes da atividade do VMCA.

DIVIDENDOS. A comissão analisou o caso e considerou que não haveria problemas no recebimento dos dividendos pelo ministro, mesmo o escritório atuando para clientes no governo. No caso da Novonor, a VMCA cuida de processo sobre acordo de leniência no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Novonor também trata de leniência na CGU, mas, ali, não há registro de atuação do escritório.

Ética
Ministro recebeu aval da Comissão de Ética para receber dividendos, mas disse ter desistido

Procurado, Carvalho afirmou ao **Estadão** que desistiu de receber qualquer dinheiro do escritório enquanto estiver no serviço público, mesmo tendo consultado a Comissão de Ética sobre o assunto. Mas não esclareceu como os lucros do escritório estão sendo divididos atualmente, se a sua parte vai para sua mulher, se é mantida no caixa do escritório ou se é repassada a outros advogados vinculados à banca (*mais informações nesta página*). Como ministro da CGU, Carvalho recebe remuneração bruta mensal de R$ 44 mil.

O VMCA Advogados atende empresas nacionais e internacionais, com faturamentos bilionários. Fundado em 2017, o escritório concentra sua atuação no Cade, órgão que foi presidido por Carvalho entre 2012 e 2016. A banca tem sede em São Paulo. Em março, foi inaugurada unidade em Brasília.

O VMCA Advogados presta serviços para a Novonor há pelo menos seis anos. O **Estadão** teve acesso a seis procurações de substabelecimento assinadas entre julho de 2018 e abril de 2021 por representantes da construtora em favor do escritório, no âmbito de inquéritos e processos no Cade e no Ministério Público Federal. Ao assumir a CGU, Carvalho, além de se licenciar do escritório, renunciou aos poderes que lhe foram outorgados pela empreiteira.

O escritório, no entanto, segue atuando para a Novonor e outras empresas. A mais recente procuração diz que o VMCA pode, inclusive, negociar acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação em favor da empresa perante o Cade e o Ministério Público.

RAFAEL NEDDERMEYER/AG. BRASIL–4/12/2023

Ministro da CGU é ligado a defensores de ex-Odebrecht

No dia 12 de março, advogados da Novonor e de mais sete construtoras (Andrade Gutierrez, Braskem, Camargo Correa, Coesa Engenharia, Engevix, OAS e UTC Participações) participaram de reunião na CGU para renegociar leniências. Os trabalhos foram abertos pelo ministro, que defendeu um acordo "bem-sucedido". Em seguida, deixou o encontro, passando a ser representado pelo secretário de Integridade, Marcelo Vianna.

REUNIÃO. Segundo dois participantes da reunião, membros da CGU indicaram que as companhias vão poder usar o prejuízo fiscal para abater valores da multa a ser paga nos acordos, como mostrou a *Coluna do Estadão*. Representantes das empresas relataram "grande disposição" da CGU em chegar a uma conciliação com as empreiteiras.

A renegociação atende a pedido do Supremo Tribunal Federal. Em 1.º de fevereiro, o ministro Dias Toffoli reconheceu um pedido da Novonor, que afirma ter sido pressionada a fechar o acordo para garantir sua sobrevivência financeira, e suspendeu o pagamento da multa, estipulada originalmente em R$ 3,8 bilhões.

"A declaração de vontade no acordo deve ser produto de uma escolha com liberdade", escreveu. Segundo estimativas, o valor corrigido chega a R$ 8,5 bilhões no fim das parcelas. Em entrevista ao jornal *O Globo*, publicada no dia 4, Carvalho disse que acordos de leniência não devem ser usados para "gerar pedidos de falência".

Em novembro, a CGU firmou cooperação técnica com o Cade, órgão em que o escritório de Carvalho possui maior atuação. A proposta do acordo é aperfeiçoar fluxos de trabalho que envolvam ações que podem ser investigadas pelas duas autoridades.

Críticos do acordo, porém, apontaram o risco de conflito de interesse e de potencial para uso de informações privilegiadas. Em nota, Carvalho disse que, "se dessa atuação conjunta surgirem processos de responsabilização de empresas, o escritório do qual estou licenciado estará impedido de atuar". ●

Carvalho diz não atuar em decisões que impliquem conflito de interesse

BRASÍLIA

Procurada, a Controladoria-Geral da União (CGU) afirmou, em nota, que a reunião do dia 12 de março com empreiteiras da Lava Jato contou apenas com breve fala inicial do ministro Vinícius Carvalho. "A reunião não caracterizou participação no processo de renegociação e, muito menos, de tomada de decisão. A renegociação ocorre no âmbito de processos individuais de cada empresa, sob responsabilidade de servidores públicos da Secretaria de Integridade Privada", disse a CGU.

Também em nota, Carvalho informou que se declara impedido de tomar qualquer decisão sobre eventual homologação de mudanças no acordo de leniência da Novonor. Disse ainda que não recebe qualquer quantia referente a lucros, dividendos, honorários ou outra modalidade de remuneração do escritório, desde que assumiu o comando da CGU.

"Mantenho-me estritamente distanciado de qualquer atividade advocatícia desde janeiro de 2023. Atendendo ao disposto pela CEP (*Comissão de Ética Pública*), o escritório do qual estou licenciado está inteiramente privado de qualquer atuação perante a CGU, enquanto eu permanecer à frente do órgão. Não participo de quaisquer decisões ou procedimentos internos na CGU que possam implicar conflitos de interesse decorrentes de envolvimento de clientes do escritório do qual estou licenciado. É o caso dos processos que dizem respeito à empresa Novonor", afirmou o ministro.

Quanto a processos de renegociação de leniências em curso por ordem do Supremo Tribunal Federal, Carvalho disse que estes são conduzidos por servidores efetivos da CGU e Advocacia-Geral de União. "Os ministros só atuam na decisão de celebração ou repactuação do acordo quando proposto pelas áreas técnicas."

O VMCA informou que Carvalho está licenciado desde 29 de dezembro de 2022, "totalmente afastado de quaisquer atividades envolvendo o escritório". "O VMCA não exerce qualquer atuação perante o órgão no qual o sócio licenciado está realizando suas atividades (*CGU*)." A Novonor afirmou que o escritório atende a empresa apenas em assuntos ligados ao Cade e não se manifestou sobre eventual conflito de interesse nem sobre procuração autorizar atuação da banca no Ministério Público. ● T.L.

Representante
Novonor afirmou que o escritório atende a empresa apenas em assuntos ligados ao Cade

NOTAS E INFORMAÇÕES

Óbvio conflito de interesses

Escritório do ministro da CGU advoga para a Odebrecht na revisão de acordo de leniência

O **Estadão** revelou que o escritório de advocacia do ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, presta serviços à Odebrecht, atual Novonor, há pelo menos seis anos. Nada haveria de errado nisso se a notória empreiteira não fosse representada pela banca do sr. Vinícius Marques, a VMCA Advogados, justamente no processo de revisão do acordo de leniência firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no âmbito da Operação Lava Jato.

À luz da Lei 12.813/13, que dispõe sobre conflitos de interesses, parece evidente que estamos diante de um desses conflitos aqui. Mas há mais fatos para estarrecer qualquer cidadão minimamente familiarizado com a elementar ideia de República. Embora não representada diretamente pelo VMCA Advogados no caso, a Novonor também negocia a revisão do bilionário acordo de leniência assinado em 2018 com a própria CGU, ora chefiada pelo sr. Vinícius Marques.

A bem da verdade, Vinícius Marques licenciou-se da banca batizada com suas iniciais no dia 10 de janeiro de 2023, após entrar para o primeiro escalão do governo federal. Mas o escritório seguiu atuando pelos interesses da Novonor/Odebrecht com a administração pública sob o comando de sua mulher, Marcela Mattiuzzo.

Como sói acontecer em casos semelhantes, tudo parece estar revestido da mais cândida aura de legalidade e decência. Após assumir a CGU, Vinícius Marques consultou a Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência para saber se, uma vez investido no cargo público, poderia continuar recebendo "dividendos decorrentes de resultados do escritório". A alegação do ministro da CGU, ao final aceita pela CEP, era de que, na condição de "sócio patrimonial" do VMCA Advogados, "esses pagamentos não constituem qualquer tipo de atuação simultânea relacionada à advocacia junto ao ou pelo referido escritório".

Como este jornal apurou, Vinícius Marques só não informou à CEP que muitos dos clientes do VMCA Advogados têm interesses sob análise de órgãos governamentais, entre os quais, e principalmente, a CGU.

Questionado pelo **Estadão**, Vinícius Marques disse que abriu mão de sua remuneração como "sócio patrimonial" do escritório, mas não informou como os dividendos passaram a ser redistribuídos – sobretudo se a parte que lhe caberia passou a ser recebida pela mulher.

Há muito a ser explicado, de maneira clara, a propósito dessas relações eticamente questionáveis. Ninguém que exerça a função do ministro Vinicius Marques deveria alimentar suspeitas de que está dos dois lados do balcão, sobretudo num caso rumoroso como o da Novonor/Odebrecht e seu envolvimento no escândalo de corrupção investigado na Operação Lava Jato. Melhor seria que o sr. Vinicius Marques deixasse o cargo caso o escritório que leva suas iniciais e que tem sua mulher como sócia continue a advogar para a Novonor/Odebrecht no âmbito da CGU e do Cade. É o que faria quem respeita a República.●

Prisão de Brazão

Ausente em votação, vice do PT alega 'síndrome gripal'

Quatro deputados do PT não compareceram à votação para decidir se o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) continuaria preso. Eles alegaram problemas de saúde e pediram licença médica nos dias 8 e 9 de abril, às vésperas da sessão para tratar sobre o caso.

A Câmara decidiu manter preso o suspeito de mandar matar a vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL). A votação teve 277 votos favoráveis à manutenção da prisão, enquanto 129 foram contrários e 28 que estavam lá decidiram não votar. Outros 78 deputados não compareceram à sessão. Os petistas que não compareceram foram Florentino Neto (PI), Luizianne Lins (CE), Waldenor Pereira (BA) e Washington Quaquá (RJ). Vice-presidente do PT, Quaquá, que chegou a defender Brazão, disse ter tido uma "síndrome gripal". ● KARINA FERREIRA

Lava Jato

Corregedor afasta juíza substituta de Moro e desembargadores

Ministro vê 'indícios de cometimento de graves infrações disciplinares' por parte de Gabriela Hardt na 13.ª Vara Criminal de Curitiba

PEPITA ORTEGA

Às vésperas de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) analisar os achados da inspeção feita no berço da Lava Jato, o ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, afastou ontem das funções a juíza Gabriela Hardt – que atuou como substituta de Sérgio Moro na 13.ª Vara Criminal Federal de Curitiba – e três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, o juiz Danilo Pereira Júnior e os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores De Lima.

A juíza disse que não se manifestaria sobre o assunto. O TRF-4 informou que foi notificado e cumpriria a decisão do corregedor nacional de Justiça. Segundo a Corte, os magistrados não iriam comentar a determinação de Salomão.

No caso de Gabriela, Salomão falou em "atos anômalos" e hipóteses de peculato e prevaricação e apontou "a existência de indícios de cometimento de graves infrações disciplinares", com a suposta violação do Código de Ética da Magistratura Nacional. A avaliação do ministro se refere à conduta da magistrada na "gestão caótica de valores provenientes de acordos de colaboração e de leniência" na Lava Jato.

A suspeita que mais pesa sobre Gabriela, no entendimento de Salomão, é a homologação de acordo cível entre Petrobras e força-tarefa da Lava Jato – a proposta de criação de uma fundação com dinheiro de multa de R$ 2,5 bilhões paga pela petrolífera nos EUA. O acordo foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal.

'CASHBACK'. "Constatou-se conjunto de atos anômalos (quem, em sã consciência, concordaria em destinar bilhões de reais de dinheiro público para uma fundação privada, de maneira sigilosa e sem nenhuma cautela?), sendo que tais ações culminariam na destinação do dinheiro para fins privados, o que só não ocorreu por força de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal", disse o corregedor. Para Salomão, a "ideia de combate à corrupção foi transformada em cashback para interesses privados".

Ainda de acordo com Salomão, "sem o feito estar devidamente instruído, a magistrada homologou o acordo em questão, que destinava grande montante de dinheiro público à criação de uma fundação de direito privado de interesse pessoal dos procuradores da Lava Jato que formularam o pedido". O ministro falou em "estratégia de recirculação de valores" e destacou que a Petrobras foi "constrangida a celebrar o acordo nos EUA para o retorno do montante bilionário para a fundação privada".

A decisão de Salomão foi tomada em reclamação que também atinge Moro. Segundo o ministro, as condutas atribuídas ao hoje senador serão avaliadas diretamente no mérito, uma vez que ele não exerce mais a magistratura. A ordem do corregedor deve ser analisada hoje pelo plenário do CNJ.

TRIBUNAL. Sobre os integrantes do TRF-4 pesa a suspeita de "descumprimento reiterado" de decisões do STF, disse Salomão, incluindo "condutas que macularam a imagem do Poder Judiciário, comprometeram a segurança jurídica e a confiança na Justiça, contribuíram para estado de coisas que atua contra a institucionalidade do País e violaram princípios fundantes da República".

O afastamento de Danilo Pereira Júnior, Thompson Flores e Flores De Lima se deu em reclamação ligada a procedimento administrativo disciplinar que declarou a suspeição do juiz Eduardo Appio, que atuou na 13.ª Vara Criminal Federal de Curitiba por breve período.

Em setembro, o ministro Dias Toffoli, do STF, anulou o processo que declarou a suspeição por avaliar que o entendimento do TRF-4 "não levou em conta as hipóteses previstas no Código de Processo Penal". Na ocasião, o ministro determinou a remessa do caso ao CNJ, para apuração.

"Os magistrados que compunham a 8.ª Turma do TRF da 4.ª Região, ao decidirem pela suspeição de Eduardo Appio, impulsionaram processos que estavam suspensos por força de decisão do ministro Ricardo Lewandowski e utilizaram-se prova declarada inválida pelo Supremo Tribunal Federal", ponderou o corregedor. ●

Entidade de juízes federais reage e critica 'medida monocrática'

Juízes federais criticaram ontem a medida do ministro Luís Felipe Salomão. Eles classificaram como "inadequados" e "desarrazoados" os afastamentos da juíza Gabriela Hardt e de três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região.

Em nota, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) diz confiar que o plenário do Conselho Nacional de Justiça vai reverter o afastamento determinado pelo corregedor nacional de Justiça.

Segundo a entidade, para o alijamento de magistrados de suas funções são necessários "motivos de natureza extremamente grave", além de "contemporaneidade aos fatos, situações que não se verificam no caso em debate, já que os fatos imputados dizem respeito a matéria jurisdicional, cuja correção se dá através das instâncias recursais, e não por reprimenda correicional, sob pena de ofensa à independência do Poder Judiciário".

A associação de juízes também criticou o fato de a medida ter sido determinada de forma monocrática por Salomão, às vésperas do julgamento dos casos no plenário do CNJ. E destacou que os alvos da punição "possuem conduta ilibada e décadas de bons serviços prestados à magistratura nacional, sem qualquer mácula nos seus currículos". ● P.O.

"Quem, em sã consciência, concordaria em destinar bilhões de reais de dinheiro público para uma fundação privada, de maneira sigilosa e sem nenhuma cautela?"

Luís Felipe Salomão
Corregedor nacional de Justiça

'Abril Vermelho'

MST invade áreas em nove Estados e no DF

O chamado "Abril Vermelho", organizado pelo Movimento dos Sem Terra (MST), despertou reação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ele disse ontem à CNN que as invasões de terra no Estado não serão permitidas. A afirmação se deu após o MST realizar ações, desmobilizadas, nos municípios de Campinas e Agudos.

Já a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputada Caroline de Toni (PL-SC), colocou na pauta do colegiado projetos contra o MST. Os textos serão analisados hoje. Um dos projetos propõe que o dono de uma terra invadida possa pedir auxílio de força policial sem precisar de ordem judicial, bastando apenas apresentar a escritura do imóvel. O outro texto exige que movimentos sociais devam ter personalidade jurídica para regular o seu funcionamento.

A deputada declarou, em março, que colocaria em votação na CCJ projetos contra o MST caso houvesse invasão de terras. O "Abril Vermelho" se refere a uma parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária, que ocorre sempre neste mês, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. No episódio, 21 pessoas ligadas ao MST foram assassinadas pela Polícia Militar.

O MST disse ontem que invadiu áreas em Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, São Paulo, Goiás, Ceará, Rio e Distrito Federal. Entre as áreas invadidas estão algumas de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), ambas ligadas ao Ministério da Agricultura, e, portanto, do governo federal.

A ação do MST ocorreu no dia do lançamento, pelo governo federal, do Programa Terra para Gente, para acelerar o assentamento de famílias no País, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, no Palácio do Planalto.

Reação
Tarcísio disse que não vai permitir invasões em São Paulo; Câmara pauta projetos contra o MST

A maior ação ocorreu no Pará, onde cerca de 5 mil famílias invadiram uma fazenda no município de Parauapebas. No Distrito Federal, mil famílias do MST invadiram uma área de 8 mil hectares da usina falida CBB, em Vila Boa de Goiás.

Em Campinas, 200 famílias invadiram uma área de 200 hectares que, segundo o movimento, está "improdutiva, tomada por pastagem degradada e há anos não cumpre sua função social". Sob argumento de que as terras "servem apenas à especulação imobiliária", o movimento justificou a invasão que "visa iniciar o reflorestamento da área e o plantio de alimentos saudáveis".

'MOBILIZAÇÕES'. Ontem, Teixeira disse que o Brasil passa por um momento de "grandes mobilizações", ao ser questionado sobre as ações do MST. Ele deu a declaração no Planalto, depois do lançamento de medidas do governo voltadas à reforma agrária. "Temos que celebrar esse momento, que é um momento que temos de grandes mobilizações, e entregar esse processo todo. Esse processo é para mostrar para a sociedade que queremos assentar famílias", declarou.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) articulou para enfraquecer o MST no ano passado, após a retomada das invasões de propriedades rurais em grande número. Integrantes da bancada pretendem manter ações contra o MST. No dia 24, o grupo fará sessão em homenagem ao dia da Agricultura, na Câmara.

A previsão é de que haja um ato em defesa do agronegócio e contra as invasões. Isso tudo faz parte do que é chamado pelo movimento Invasão Zero de "Abril Amarelo". ● JULIA CAMIN, LEVY TELES, ISADORA DUARTE E CAIO SPECHOTO

EXCEPCIONALMENTE HOJE A COLUNA DE ELIANE CANTANHÊDE NÃO É PUBLICADA

● Conflito no Oriente Médio ● Reação em debate

Israel busca resposta contra o Irã que não afaste novamente seus aliados

Chefe do Estado-Maior do Exército israelense confirma que haverá contra-ataque; possibilidades envolvem ciberataque e ações direcionadas a locais-chave iranianos

TEL-AVIV

O gabinete de guerra de Israel se reuniu ontem pela quarta vez em dois dias para discutir como dar uma resposta ao ataque do Irã sem afastar aliados internacionais. Pressionado a agir com contenção, Israel tenta aproveitar uma oportunidade de construir uma aliança internacional estratégica contra Teerã. Desde que foi atacado, o país tem recebido amplo apoio de EUA, Europa e árabes, como a Jordânia, em um contraste à onda de críticas por sua conduta da guerra na Faixa de Gaza que antecedeu a ofensiva iraniana.

> ***"O ponto é responder de forma inteligente para não prejudicar a oportunidade de cooperação regional e internacional que criamos"***
> **Michael Oren**
> Ex-embaixador israelense

O chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, general Herzi Halevi, deu ontem a indicação mais clara até agora de que haverá um contra-ataque. Ele não deixou claro, no entanto, qual a forma essa resposta assumirá.

Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, conclamou a comunidade internacional a permanecer unida diante da agressão do Irã que, segundo ele, ameaça a paz mundial.

O ataque no sábado foi, segundo Teerã, uma resposta ao assassinato por Israel de um general iraniano sênior em um prédio diplomático iraniano em Damasco. Israel não confirmou nem negou o envolvimento.

"O ponto é responder de forma inteligente, para não prejudicar a oportunidade de cooperação regional e internacional que criamos", disse Michael Oren, ex-embaixador israelense nos EUA.

Israel enfrenta um conjunto cada vez mais delicado de cálculos políticos. Já está lutando em três frentes: em Gaza contra o Hamas, em sua fronteira norte com o Hezbollah, bem como tentando apaziguar a agitação na Cisjordânia. Agora, está sob pressão para restaurar a dissuasão com o Irã.

Internamente, a população demonstra sinais de cansaço e repelem a ideia de ver seu país envolvido em mais um conflito. Grande parte da vida israelense voltou ao seu ritmo habitual ontem. "Tenho esperança de que essa coisa com o Irã tenha acabado, por enquanto, porque estou farto e cansado de guerra", disse o israelense Lev Mizrach, em um calçadão de Tel-Aviv, ao *New York Times*.

Os tomadores de decisão devem equilibrar a necessidade de projetar força com o desejo de manter unida uma parceria estratégica tênue contra o Irã

ISRAELI ARMY/AFP - 14/4/2024

General Herzi Halevi (C) preside reunião de gabinete de guerra; país busca uma saída calibrada

que os ajudou a bloquear o ataque no sábado, uma aliança que envolveu até países árabes. O presidente americano, Joe Biden, instou Israel a usar cautela e não retaliar.

O ataque de sábado demonstrou a importância da relação de Israel com os EUA. Analistas disseram que isso provavelmente será uma consideração-chave à medida que Israel avalia seu próximo movimento e busca capitalizar a demonstração de apoio internacional. Antes do ataque iraniano, Israel vinha enfrentando uma onda de críticas pelo crescente número de mortes de civis em Gaza.

Militarmente, segundo analistas, as decisões de Israel em relação ao Irã e a Gaza podem não estar ligadas, mas elas estão conectadas politicamente.

A base de direita do premiê já está insatisfeita que uma operação terrestre em Rafah não tenha ocorrido. Agora, seus integrantes querem uma forte retaliação contra o Irã também.

OPÇÕES. Analistas de segurança israelenses disseram que Israel tem uma variedade de opções que consideraria como retaliação em vez de grande escalada, sem sobrecarregar suas forças.

As opções de Israel incluem ciberataques e ataques direcionados a locais estatais-chave, como infraestrutura de petróleo iraniana. Israel no passado visou pessoal e infraestrutura iranianos relacionados ao programa nuclear sem assumir responsabilidade e poderia fazer isso novamente, mas de forma mais aberta. Além de ataques diretos ao Irã, analistas disseram que Israel poderia responder indiretamente atingindo aliados na região.

Qualquer ataque a grandes locais nucleares iranianos seria improvável, já que eles estão profundamente subterrâneos e fazer isso exigiria ajuda de Washington. Os EUA já disseram que não vão participar de nenhuma represália.

Se decidir retaliar, Israel provavelmente evitará locais civis e econômicos iranianos, segundo Sima Shine, analista do Instituto para Estudos de Segurança Nacional. ● DOW JONES, NYT e AFP

Após nota, chanceler diz que Brasil condena ataque

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem que o Brasil condena o ataque do Irã a Israel. Após críticas e cobranças políticas, o chanceler brasileiro mudou o tom com relação à nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores no sábado, que pediu contenção às partes, mas não condenou o ataque.

"O Brasil condena sempre qualquer ato de violência e conclama sempre o entendimento entre as partes", disse o ministro, ao ser questionado por jornalistas.

"A nota (do Itamaraty) é essa, a nota foi feita. Ela foi feita à noite, às onze da noite, quando todo o movimento começou, e nós manifestamos o temor de que o início da operação pudesse contaminar outros países. Mas isso foi feito à noite, num momento em que não tínhamos, claro, a extensão ou o alcance das medidas tomadas. Fazemos sempre um apelo para contenção e entendimento entre as partes", disse Mauro Vieira.

Um dos críticos à nota oficial foi o embaixador de Israel em Brasília, Daniel Zonshine, que disse que esperava por uma "condenação" clara a respeito do ataque.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva e Israel vivem uma crise diplomática. Lula passou a ser considerado "persona non grata" pelo país, em fevereiro, após comparar a guerra na Faixa de Gaza contra os terroristas do Hamas ao holocausto, o extermínio em massa de judeus cometido pela Alemanha nazista. ●

BRONTË WITTPENN/SAN FRANCISCO CHRONICLE/AP

Protesto

Atos pró-palestinos bloqueiam vias nos EUA

Manifestantes pró-palestinos bloquearam vias em cidades americanas ontem. O aeroporto O'Hare (Chicago) e a Golden Gate (São Francisco, *foto*), foram algumas das interdições. ●

● Conflito no Oriente Médio ● Diplomacia

Erro do Irã foi grande; Israel não deve segui-lo

Isolamento de Teerã pode impedir a repetição da aventura e convencer Israel a não retaliar com armas

ARTIGO

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador de três prêmios Pulitzer

Seria fácil ficar deslumbrado com a maneira como as Forças Armadas israelenses, americanas e de outros aliados abateram praticamente todos os drones, mísseis de cruzeiro e mísseis balísticos iranianos lançados contra Israel no sábado e concluir que o Irã havia conseguido seu objetivo – retaliar Israel pela ação que matou um militar que agia contra Israel na Síria – e agora podemos encerrar o assunto.

Isso seria uma perigosa – e errada – interpretação do que acabou de acontecer, e um grande erro geopolítico do Ocidente e do mundo em geral.

Agora é necessária uma iniciativa global em massa e sustentada para isolar o Irã, não apenas para impedi-lo de tentar tal aventura novamente, mas também para dar motivos a Israel para não retaliar militarmente de forma automática. Essa resposta também seria um erro grave. O Irã tem uma rede regional, e Israel precisa de uma aliança regional, juntamente com os Estados Unidos, para dissuadi-lo no longo prazo.

Portanto, é necessário que haja grandes consequências diplomáticas e econômicas para o Irã, com países como a China finalmente se mobilizando: quando Teerã disparou todos aqueles drones e mísseis, não podia saber que eles seriam interceptados. Alguns foram abatidos sobre Jerusalém. Um míssil poderia ter atingido a Mesquita de Al-Aqsa, um dos santuários mais sagrados do Islã (é possível ver fotos online de foguetes iranianos sendo interceptados nos céus bem acima da mesquita). Outro poderia ter atingido o Parlamento israelense ou um prédio de apartamentos altos, causando um grande número de vítimas.

Em outras palavras, estamos falando de uma escalada sem precedentes da "guerra nas sombras" entre Irã e Israel, que vem ocorrendo há muito tempo e é bem contida, limitada quase exclusivamente a ataques israelenses direcionados contra unidades da Guarda Revolucionária Islâmica no Líbano e na Síria – onde elas não deveriam estar – e o Irã retalia fazendo com que sua milícia libanesa, o Hezbollah, dispare foguetes contra Israel. Também vimos o Irã contrabandeando armas e explosivos da Síria para a Jordânia, Gaza e Cisjordânia para serem usados para matar israelenses e desestabilizar a Jordânia – e o Mossad assassinando um cientista nuclear dentro do Irã.

ARASH KHAMOOSHI/THE NEW YORK TIMES

Iranianos com maquete de míssil em Teerã; apoio a ataque a Israel

INEDITISMO. Mas Israel nunca lançou um ataque de mísseis diretamente contra o Irã, e o Irã também nunca havia feito isso contra Israel antes. Na verdade, nenhum país havia atacado Israel diretamente desde que o Iraque de Saddam Hussein o fez com mísseis Scud há 33 anos. Sem uma iniciativa global liderada pelos EUA para impor sanções ao Irã e isolá-lo ainda mais no cenário mundial, o comportamento de Teerã seria tacitamente normalizado e, nesse caso, Israel provavelmente retaliará da mesma forma e estaremos a caminho de uma grande guerra no Oriente Médio e de um petróleo a US$ 250 por barril.

"A alternativa para uma guerra regional mais ampla e em grande escala, que não queremos e que Israel não quer, não pode ser um retorno ao status quo anterior", me disse Nader Mousavizadeh, fundador e diretor executivo da empresa de consultoria geopolítica Macro Advisory Partners e consultor sênior de Kofi Annan quando ele era secretário-geral da ONU. Um esforço global para isolar o Irã, acrescentou Mousavizadeh, "é a melhor maneira de separar o regime de seu povo, garantir a segurança de Israel e dos israelenses e eliminar a necessidade de uma nova escalada militar regional, que seria um presente para o Irã e seus representantes".

Essa também é a melhor maneira de garantir que o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, não arraste os Estados Unidos para uma guerra regional a fim de reforçar sua própria base política em ruínas.

É impossível exagerar as implicações político-militares do que acabou de acontecer. Logo após o ataque com mísseis, o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, emitiu uma declaração afirmando que o Corpo de Guardas Revolucionários Islâmicos havia "dado uma lição no inimigo sionista". Com certeza foi, mas pode não ser a que Raisi pensa.

O Irã acabou de revelar involuntariamente ao mundo inteiro que o governo iraniano é tão penetrado pelas agências de espionagem ocidentais (porque muitos iranianos odeiam seu próprio governo) que o presidente Biden foi capaz de prever quase a hora exata do ataque com mais de um dia de antecedência, e mostrou ao mundo inteiro que Israel e seus aliados ocidentais têm capacidades antimísseis muito superiores às do Irã.

> *É impossível exagerar as implicações político-militares do ataque do Irã a Israel*

Como escreveu o veterano correspondente militar do *Haaretz*, Amos Harel, no domingo: estamos falando de "uma conquista sem precedentes na história das guerras de Israel – embora com alguma ajuda de amigos – que em grande parte tira a principal carta do Irã e do eixo: drones e mísseis". As impressionantes interceptações do sistema Arrow atraíram a maior parte da atenção, mas os pilotos israelenses e americanos derrubaram centenas de mísseis de cruzeiro e drones".

É de se supor que o Irã e seus representantes devem estar desapontados e ansiosos com essa reviravolta. Como acrescentou Harel: "A intenção iraniana, conforme avaliada antes do ataque, era exibir suas capacidades com um ataque a alvos militares. Uma análise das áreas onde os avisos foram emitidos sugere que o alvo poderia ter sido a base aérea de Nevatim, no sul de Israel. Parece que os iranianos planejaram destruir a base e os avançados caças F-35 estacionados lá, a joia da coroa da ajuda americana a Israel. O Irã falhou completamente".

Em vez disso, o ataque iraniano pode ter se limitado a ferir gravemente uma menina israelense muçulmana beduína de 7 anos, atingida por estilhaços. E se a ofensiva do Irã foi tão eficaz assim, seus líderes devem estar se perguntando se suas defesas são boas – caso Israel decida retaliar. O Hezbollah deve estar se perguntando o mesmo.

Isso pode explicar por que Raisi, depois de se gabar de ter dado uma lição em Israel, pediu (implorou?) que os EUA e todos os outros "apoiadores do regime de ocupação (...) aceitem essa ação responsável e proporcional da República Islâmica do Irã" e não partam para a ofensiva contra Teerã. Mensagem para o mundo: estávamos apenas enviando um pequeno tiro de advertência, não há nada com que se preocupar, vamos seguir em frente.

PRESSÃO INTERNA. Isso não se deve apenas ao fato de Raisi estar preocupado com sua frente externa. No início do mês, o *Haaretz* noticiou que "os torcedores de futebol iranianos no Estádio Aryamehr, em Teerã, foram convidados a observar um minuto de silêncio em homenagem aos sete membros da Guarda Revolucionária de elite do Irã, incluindo o general Mohammad Reza Zahedi, que foram mortos no ataque aéreo ao consulado do país em Damasco. Em vez disso, os espectadores começaram a vaiar e a tocar buzinas em um aparente ato de protesto. Em um vídeo que circula nas mídias sociais, os torcedores podem ser vistos interrompendo ruidosamente o momento de silêncio. Em um vídeo que circulou no X, os torcedores podem ser vistos gritando: 'Pegue essa bandeira palestina e enfie na sua b...!'". E essa não é a primeira vez que isso acontece em jogos de futebol no Irã.

Muitos iranianos entendem que a obsessão do regime em destruir o Estado judeu não passa de uma maneira cara de desviar a atenção do público iraniano de sua repressão assassina em casa contra seu próprio povo. Como indica essa história do jogo de futebol, as pessoas estão ficando com menos medo de dizer isso em público – especialmente depois de o regime matar cerca de 750 mulheres, meninas e homens depois de uma revolta nacional explodir em 16 de setembro de 2022, após a morte de uma jovem curda, Mahsa Amini, sob custódia da polícia de moralidade do Irã. Milhares foram presos.

INTERESSE PRÓPRIO. Uma das razões pelas quais o Irã apoia a guerra do Hamas e prefere que Israel permaneça preso em Gaza e ocupando a Cisjordânia é que isso mantém o mundo e muitos americanos concentrados nas ações israelenses – em vez de atentos à brutal repressão contra os manifestantes democráticos no Irã e na influência imperialista do país na região, com Teerã usando representantes para controlar a política do Líbano, Síria, Iraque e Iêmen e usa esses países como bases militares para atacar Israel.

Ninguém deve pensar que o Irã é apenas um tigre de papel. Teerã ainda pode lançar milhares de foguetes de curto alcance contra Israel por meio do Hezbollah e, como alguns desses foguetes têm orientação de precisão, eles podem causar danos significativos à infraestrutura de Israel. O Irã também tem mísseis maiores em seu arsenal.

Ainda assim, o que aconteceu no sábado é, em última análise, um impulso significativo para o que chamo de Rede de Inclusão no Oriente Médio (países mais abertos e conectados, como Jordânia, Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Egito e Israel e os aliados da Otan) e um verdadeiro revés para a Rede de Resistência (os sistemas fechados e autocráticos representados pelo Irã, Hamas, Hezbollah, Houthis e as milícias xiitas do Irã no Iraque) e a Rússia.

O som dentro do Irã e da Rede de Resistência na manhã de domingo é aquele som que você ouve do GPS do seu carro depois de uma curva errada: "Recalculando, recalculando, recalculando". ●

Três dias após defender Musk

Em nova carta a Lula, Milei fala em aproximação

Mensagem foi entregue pela chanceler argentina a Mauro Vieira, na primeira visita oficial a Brasília

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O presidente da Argentina, Javier Milei, enviou uma nova carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na busca por uma aproximação entre os governos. A carta foi enviada três dias depois de o presidente argentino dizer ao magnata Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), que daria "a ajuda que ele precisasse" diante do embate que trava com o Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil.

A chanceler argentina, Diana Mondino, primeira ministra de Milei a visitar oficialmente o Brasil, entregou a carta ontem, em Brasília, ao chanceler Mauro Vieira. Mondino foi recebida por ele no Palácio Itamaraty.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Diana Mondino é a primeira ministra de Milei a vir ao Brasil

Até a noite de ontem, o conteúdo da carta não tinha sido tornado público. A iniciativa, porém, é uma nova forma de reiterar a "prioridade na relação com o Brasil", segundo a ministra disse a interlocutores da diplomacia brasileira ouvidos pelo **Estadão**. Trata-se da terceira carta de Milei a Lula desde sua eleição.

Mondino também foi recebida ontem pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Na declaração à imprensa, ela disse que a Argentina não iria interferir nos assuntos internos do Brasil. "Os temas internos e judiciais de cada país são próprios de cada país. O governo argentino jamais vai interferir nos processos democráticos ou nos processos judiciais de cada país. Defendemos a liberdade de expressão em todos os sentidos", disse a chanceler, ontem, em Brasília, ao lado de Vieira.

SUPREMO. A declaração de Milei durante reunião com Musk nos EUA, na sexta-feira, foi vista como um apoio às acusações que o empresário tem feito ao Supremo, especialmente ao ministro Alexandre de Moraes, de promover censura em redes sociais no Brasil e beneficiar Lula. Musk ameaça descumprir ordens do STF e virou alvo de inquérito sobre fake news, desinformação e discurso de ódio. ●

EUA

Primeiro julgamento criminal de Trump tem início com seleção de júri

O primeiro de quatro julgamentos criminais contra Donald Trump, único ex-presidente da história dos EUA a se sentar no banco dos réus, teve início ontem com o início da seleção dos 12 jurados em Nova York. O ex-presidente também é o provável candidato republicano à Casa Branca. De 96 candidatos, mais de 50 disseram que não seriam imparciais e foram dispensados. Trump é acusado de ocultar um pagamento à ex-atriz pornô Stormy Daniels por seu silêncio sobre um caso extraconjugal. ●

Austrália

Ataque com faca em igreja de Sydney deixa quatro feridos; adolescente é preso

Quatro pessoas ficaram feridas ontem em um novo ataque a faca ocorrido em Sydney, em uma igreja assíria. O incidente aconteceu dois dias depois de um ataque similar em um shopping center da mesma cidade, no qual seis pessoas foram assassinadas e o agressor, um homem de 40 anos com doenças mentais, foi capturado. O suspeito de ontem é um adolescente de 15 anos que foi preso. O ataque ocorreu durante uma missa. ●

Equador

Noboa afirma não se arrepender de invasão à Embaixada do México em Quito

O presidente do Equador, Daniel Noboa, disse que não se arrepende de ter ordenado a invasão da Embaixada do México em Quito para prender Jorge Glas, ex-vice-presidente do país sul-americano e que havia recebido asilo do governo mexicano horas antes. A declaração, a uma TV australiana, foi a primeira interação do presidente com a imprensa desde o início da crise de seu governo com o México. ●

Transportes

Ônibus aquático é liberado, mas viação responsável é suspeita de elo com PCC

Serviço na Represa Billings havia sido barrado por possível risco ambiental; empresa está sob intervenção e Prefeitura fala em assumir linha, sem dar detalhes ou prazos

GIOVANNA CASTRO

FELIPE RAU/ESTADÃO

Operação assistida oferecerá viagens de 17 minutos, em intervalos de 30; hoje, rota leva cerca de 1h20

O Tribunal de Justiça de São Paulo liberou a inauguração do Aquático SP – primeiro transporte hidroviário de São Paulo, que vai operar na Represa Billings. No mês passado, a Justiça havia barrado as viagens diante de possíveis riscos ambientais, a pedido do Ministério Público do Estado (MP-SP). A decisão se deu após solicitação da SPTrans. O órgão da Prefeitura afirma ter feito estudos que comprovam a segurança para a represa. Também destacou o parecer técnico favorável da Companhia Ambiental do Estado (Cetesb).

Um dos desafios agora será a operação, uma vez que a TransWolff, empresa de ônibus que seria responsável pelo transporte, é alvo de outra investigação do MP-SP, que apura ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A Prefeitura diz que, a partir de agora, assume o sistema e "adotará as devidas medidas para iniciar a operação assistida", sem dar detalhes ou datas.

A linha de ônibus aquático ligará a região do Mar Paulista, na Pedreira, ao Cantinho do Céu, no Grajaú, com a promessa de acelerar o transporte para cerca de 385 mil moradores. O modal deve facilitar o acesso ao Terminal Santo Amaro. O veículo aquático vinha sendo testado pela gestão Ricardo Nunes (MDB) e tinha inauguração planejada para o fim de março, após sucessivos adiamentos (o prefeito chegou a prometer início das atividades entre outubro e novembro).

Sobre os eventuais danos ao ambiente, o MP-SP havia movido ação civil pública alegando falhas no licenciamento, falta de estudos suficientes sobre impactos e possíveis riscos à vida de passageiros e moradores do entorno, além da potencial disseminação de poluentes tóxicos que existem no lodo da represa. As atividades de teste, então, foram suspensas.

Na nova liminar, o relator, Nogueira Diefenthaler, afirmou que não há sinal de "dano excepcional que justificaria a paralisação do projeto-piloto". O desembargador diz ainda que a Cetesb não vislumbrou impactos ambientais representativos que justificassem a emissão de licenciamento.

PCC. A previsão inicial era de que a operação assistida do Aquático SP fosse feita pela empresa TransWolff, um dos alvos da operação Fim da Linha, feita pelo MP-SP na semana passada para investigar atividades criminosas relacionadas a empresas de transporte público na capital. A companhia é suspeita de envolvimento com o PCC. Segundo a denúncia, ela teria sido usada por Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o "Pandora", um dos líderes da facção, para lavar R$ 54 milhões vindos das atividades criminosas do grupo.

E como ficará?
Para Rede Globo, prefeito disse que contratos serão rompidos, se denúncias forem comprovadas

Procurada pelo **Estadão**, a Transwolff informou que não se manifestará, uma vez que está sob intervenção municipal. Em entrevista ao *Fantástico*, da Rede Globo, anteontem, Ricardo Nunes afirmou que romperá todos os contratos com a TransWolff, entre outras empresas investigadas, caso seja comprovado o envolvimento com grupos criminosos. Pré-candidato à reeleição em outubro, ele tem no Aquático SP uma de suas principais promessas para a periferia da zona sul, área em que disputa eleitorado com o principal adversário, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL).

Como mostrou o **Estadão** em fevereiro, sete companhias foram ou estão sendo investigadas pela Polícia e pelo Ministério Público por suspeita de elo com o crime organizado. Juntas, são responsáveis por transportar 27,5% dos passageiros de ônibus da capital e receberam R$ 2 bilhões da Prefeitura de SP apenas em 2023.

GARGALO. Hoje, o deslocamento entre Cantinho do Céu e Parque Mar Paulista é feito por ônibus ou carro, contornando a Billings, em cerca de uma hora e 20 minutos. Já a travessia de barco é estimada em 17 minutos. A via urbana de contorno da represa tem 17,5 km de extensão. Atravessando por embarcação, são 5,6 km.

Segundo a Prefeitura, a operação assistida oferecerá viagens com intervalos de 30 minutos a partir das 6h, até as 20h, com possíveis alterações a partir das condições meteorológicas. Também estão sendo construídos terminais hidroviários e de ônibus, interligando a rede de transporte.

Serão dois barcos com capacidade para 60 passageiros cada (todos sentados), ar-condicionado, poltrona estofada, TV, banheiro e coletes salva-vidas em todos os bancos (incluindo modelos específicos para obesos e crianças).

O transporte poderá ser utilizado com bilhete único, com cobrança de valor igual à dos ônibus municipais (R$ 4,40) e valendo integração. No domingo, será gratuito, como na rede de ônibus da cidade. ●

Trânsito

Avenidas Washington Luís e Santos Dumont ganham faixa de motos

A Prefeitura iniciou ontem a implementação da Faixa Azul, adotada para a segurança de motocicletas, em mais quatro vias da capital: as Avenidas Santos Dumont e Washington Luís, a Rua Santa Eulália e o Túnel Ayrton Senna. Segundo a gestão municipal, até o fim de abril, a faixa estará completamente implementada nesses locais, incluindo sinalização vertical e de solo.

Saiba mais

● Algumas vias com Faixa Azul Autorizadas

Estrada de Itapecerica; Avenida Senador Teotônio Vilela; Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira; Rua Vergueiro; Avenida Brás Leme; Via Elevada Presidente João Goulart (Minhocão); Complexo Viário Maria Maluf; Viaduto Ministro Aliomar Baleeiro; Avenida Eliseu de Almeida; Avenida Salim Farah Maluf; Avenida Pirajuçara; Avenida Professor Luís Inácio de Anhaia Mello; Avenida Inajar de Sousa; Avenida do Cursino; Avenida Jornalista Roberto Marinho; Avenida Escola Politécnica; Avenida Aricanduva; Avenida Ricardo Jafet.

A Faixa Azul é uma sinalização de segurança para as motocicletas. Apesar disso, não é destinada exclusivamente a motos, sendo compartilhada com outros veículos.

Motociclistas estão entre as principais vítimas da violência no trânsito na capital paulista, que teve em 2023 o ano com mais mortes por acidentes com veículos desde 2015.

AMPLIAÇÃO. Em março, a Prefeitura foi autorizada pela Secretaria Nacional de Trânsito a iniciar a ampliação de mais 120 km do projeto-piloto da Faixa Azul em mais 28 vias, totalizando 200 km até dezembro. Hoje, oferece 90,1 km.

"A Faixa Azul é baseada em dois princípios de segurança viária: Visão Zero e Sistemas Seguros. A Visão Zero é uma abordagem em que nenhuma morte no trânsito é aceitável.

Perspectiva
Prefeitura está autorizada a fazer implementação em mais 28 vias, totalizando 200 km até dezembro

Já o Sistema Seguro é a forma de evitar que os erros 'humanos' dos diferentes usuários do viário possam ocasionar ferimentos graves ou mortes", diz a gestão municipal. ●

Segurança

Comando Vermelho cresce no Rio com disputas de milícias

Facção já controla mais da metade das áreas sob domínio da criminalidade, mostra atualização do Mapa dos Grupos Armados

MARCIO DOLZAN

Uma das principais organizações criminosas do País, o Comando Vermelho (CV) expandiu seu poderio no ano passado e já controla mais da metade das áreas que estão sob domínio de facções ou milícias na região metropolitana do Rio. É o que aponta a atualização do Mapa dos Grupos Armados, feito pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pelo Instituto Fogo Cruzado.

O novo estudo, divulgado ontem, mostra ainda que o domínio desses grupos em regiões habitáveis do Grande Rio mais do que dobrou desde 2008, quando começou a série histórica. Os dados que demonstram a expansão do CV coincidem com informações apresentadas pelas forças de segurança do Rio ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mas os gestores culpam restrições a operações pelo Supremo Tribunal Federal. Já para Daniel Hirata, sociólogo da UFF e um dos responsáveis pelo Mapa dos Grupos Armados, as evidências indicam outras razões. Para ele, o avanço do Comando Vermelho está ligado a disputas territoriais e conflitos internos entre grupos milicianos, que vinham expandindo suas áreas na última década. De 2019 a 2022, a maior parte das áreas urbanas habitadas era controlada por milícias.

"Há insistência das forças policiais em responsabilizar o STF pela criminalidade organizada, mas isso tem mais relação com posicionamentos no debate público do que efetivamente com dados e evidências", diz Hirata.

Uma força histórica
Quando se observa a série histórica, desde 2008, o avanço das milícias no Rio chega a 204,6%

Segundo os pesquisadores, desde 2005 mais de 700 mil denúncias que mencionavam milícias ou tráfico foram analisadas. Os registros permitiram traçar o movimento histórico de domínio de facções e milícias sobre mais de 11 mil microbairros, favelas e conjuntos habitacionais do Rio.

A Liga da Justiça, que já foi considerada a maior milícia, expandiu seu domínio da zona oeste carioca até a Baixada Fluminense, segundo Hirata. "Em seguida à morte do Ecko (*líder do grupo*), há uma série de disputas que se intensificam cada vez mais", diz.

HISTÓRICO. Apesar de perder o "primeiro posto", as milícias foram as que mais se expandiram historicamente. Em 16 anos, esses grupos cresceram 204,6%, à frente de Comando Vermelho (89,2%) e Terceiro Comando Puro (79,1%).

Hirata lembra ainda que os números não demonstram apenas que facções do tráfico ou grupos milicianos estão presentes em quase 1/5 das áreas habitadas da Grande Rio. A presença dos grupos afeta diretamente a vida das pessoas. "Há um conjunto de exigências, que passam por controle social, por controle da mobilidade, de mercados", afirma. ●

PM desaparece no Guarujá; suspeito é detido

A Polícia Civil de São Paulo investiga desde anteontem o desaparecimento de um agente da Polícia Militar no Guarujá. O litoral paulista tem assistido a uma escalada de mortes de policiais e de civis nos últimos meses, o que levou às Operações Escudo e Verão (que teve pelo menos 56 mortes relatadas), fator que tem sido alvo de protestos por entidades ligadas aos Direitos Humanos.

O agente desaparecido foi identificado como Luca Romano Angerami, integrante do efetivo do 3.º BPM/M, localizado na zona sul da capital paulista, conforme informações divulgadas pelo deputado estadual Major Mecca. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP), o veículo dele foi localizado por policiais militares rodoviários no domingo na Rodovia Cônego Domenico Rangoni.

PRESO. Ainda segundo a SSP, policiais realizavam anteontem buscas na Vila Santo Antônio, no Guarujá, quando abordaram um homem de 36 anos em atitude suspeita. No caso, o homem confessou, informalmente, ter participado do homicídio do policial, segundo a secretaria. Ao ser conduzido à delegacia, porém, ele manifestou o desejo de falar somente em juízo. ● ÍTALO LO RE

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 15/04

VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
2MM	50 a 100%	20°/27°	16°/20°	15°/23°	15°/26°

SOL: NASCENTE: 6h19 / POENTE: 17h52

LUA: CRESCENTE

CRESCENTE	15/04	16h13
CHEIA	23/04	20h48
MINGUANTE	01/05	08h27
NOVA	08/05	00h21

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	85%	20mm	26°C/30°C
BELÉM	80%	3mm	25°C/32°C
BELO HORIZONTE	5%	0mm	19°C/26°C
BOA VISTA	35%	2mm	27°C/33°C
BRASÍLIA	50%	1mm	19°C/25°C
CAMPO GRANDE	75%	15mm	23°C/27°C
CUIABÁ	60%	8mm	26°C/32°C
CURITIBA	70%	10mm	19°C/23°C
FLORIANÓPOLIS	75%	10mm	23°C/26°C
FORTALEZA	70%	19mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	20%	0mm	21°C/30°C
JOÃO PESSOA	60%	19mm	26°C/31°C
MACAPÁ	70%	14mm	26°C/29°C
MACEIÓ	80%	7mm	25°C/30°C
MANAUS	55%	3mm	26°C/32°C
NATAL	75%	23mm	27°C/30°C
PALMAS	25%	0mm	24°C/31°C
PORTO ALEGRE	100%	45mm	20°C/24°C
PORTO VELHO	80%	7mm	25°C/29°C
RECIFE	75%	11mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	90%	9mm	25°C/32°C
RIO DE JANEIRO	15%	0mm	24°C/27°C
SALVADOR	100%	29mm	25°C/28°C
SÃO LUÍS	70%	12mm	25°C/30°C
TERESINA	80%	5mm	24°C/32°C
VITÓRIA	65%	4mm	23°C/29°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	19°C/24°C
ATENAS	+6h	18°C/24°C
BARCELONA	+5h	15°C/19°C
BERLIM	+5h	6°C/11°C
BRUXELAS	+5h	5°C/9°C
BUENOS AIRES	0h	16°C/19°C
CARACAS	-1h	22°C/29°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/30°C
ESTOCOLMO	+5h	1°C/4°C
GENEBRA	+5h	6°C/13°C
JOANESBURGO	+5h	11°C/21°C
LIMA	-2h	19°C/24°C
LISBOA	+4h	12°C/27°C
LONDRES	+4h	7°C/12°C
LOS ANGELES	-4h	11°C/20°C
MADRID	+5h	14°C/23°C
MIAMI	-1h	22°C/25°C
MONTEVIDÉU	0h	18°C/22°C
MOSCOU	+6h	6°C/12°C
NOVA YORK	-1h	13°C/20°C
PARIS	+5h	8°C/13°C
ROMA	+5h	16°C/24°C
SANTIAGO	0h	8°C/21°C
SYDNEY	+14h	18°C/21°C
TEL-AVIV	+6h	15°C/27°C
TÓQUIO	+12h	16°C/22°C
TORONTO	-1h	4°C/14°C
WASHINGTON	-1h	14°C/23°C

Prevenção

Diabete, álcool e poluição são os principais fatores de risco para demência

Estudo com 40 mil britânicos analisou no total 161 fatores que podem atingir área do cérebro mais suscetível ao envelhecimento

VICTÓRIA RIBEIRO

Um estudo de pesquisadores da Universidade de Oxford revelou que diabete, exposição à poluição do ar e consumo de álcool são os principais fatores de risco associados ao desenvolvimento de doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e outras demências. Publicado na revista científica *Nature Communications* no fim de março, o trabalho investigou 161 fatores de risco modificáveis e envolveu a participação de 40 mil britânicos com idade superior a 45 anos.

Em pesquisas anteriores, os especialistas do Departamento de Neurociências Clínicas de Nuffield, ligado à universidade, já haviam identificado um "ponto frágil" no cérebro, que são áreas cerebrais que se desenvolvem tardiamente, mais especificamente na adolescência, com a função de processar e integrar informações por meio de diferentes modalidades e sentidos. Uma outra característica dessas áreas é que são as primeiras a se alterar, sendo mais suscetíveis ao envelhecimento cerebral e, consequentemente, às doenças neurodegenerativas.

Além de diabete, poluição do ar e consumo de álcool, que são, segundo o estudo, os fatores que provocam mais danos nessas áreas, outros 158 fatores foram analisados, entre eles pressão arterial, colesterol, peso, tabagismo, humor depressivo, inflamação, audição, sono, socialização, dieta, atividade física e educação. "Neste novo estudo, demonstramos que essas partes específicas do cérebro são mais vulneráveis à diabete, doenças relacionadas ao ambiente com ar poluído e consumo de álcool, quando comparadas com todos os outros fatores de risco comuns para a demência", disse a neurocientista e líder da pesquisa, Gwenaëlle Douaud.

> **'Ponto frágil' do cérebro**
> **Desenvolvidas durante a adolescência, são áreas com função de processar e integrar informações**

Segundo Anderson Winkler, coautor do estudo e professor dos Institutos Nacionais de Saúde e da Universidade do Texas Rio Grande Valley, no Texas (EUA), o avanço proporcionado pelo estudo advém da sua abordagem abrangente. "Examinamos a contribuição única de cada fator de risco modificável, analisando todos eles em conjunto para avaliar a degeneração resultante desse 'ponto fraco' cerebral específico", afirmou ele.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de pessoas com demência deve chegar a 139 milhões até 2050, um salto de 150% em relação a 2019, quando 55 milhões pessoas viviam com a condição. No caso do Brasil, o problema afeta cerca de 1,76 milhão de pessoas, mas pesquisas estimam que oito em cada dez delas não receberam o diagnóstico.

SINTOMAS. Segundo Omar Jaluul, geriatra do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em São Paulo, esquecer acontecimentos recentes pode ser um indicativo da doença. Mas é crucial observar se há esquecimento de tarefas rotineiras. "Por exemplo, se éramos responsáveis pela cozinha, pelas compras ou pelo pagamento das contas, e agora encontramos dificuldades em desempenhar essas atividades, é um sinal de alerta que não deve ser ignorado", diz o médico. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra fiscalização do barulho de obras

Reclamação de Fernando Machado: "Nós, moradores da Rua Madre Cabrini, na Vila Mariana, zona sul, estamos vivendo um verdadeiro inferno há meses, com duas obras de prédios de apartamentos (n.º 303 e n.º 341 da Rua Madre Cabrini, na Subprefeitura da Vila Mariana), com caminhões fazendo barulho até a madrugada. Os caminhões já começam a estacionar antes das 6h, muitas vezes com o som do rádio do veículo em alto volume."

Resposta da Prefeitura: "O Programa de Silêncio Urbano (PSIU), da Secretaria Municipal das Subprefeituras, atendeu duas solicitações de fiscalização de ruído para as obras na Rua Madre Cabrini. No n.º 303, na ocasião, foi constatado que o nível de ruído estava dentro dos limites estabelecidos. Em relação à obra no n.º 341, foram registradas 18 solicitações de fiscalização. Os endereços estão incluídos no próximo comando de fiscalização da região. As datas exatas das inspeções não são divulgadas para garantir a eficácia das medidas de fiscalização. A Secretaria de Urbanismo e Licenciamento emitiu alvará de Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/HMP) para os dois endereços – Rua Madre Cabrini, 303 e 341." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

EUA e a immigração

Washington- O projecto de lei apresentado ao Senado, mandando prohibir a entrada de immigrantes japonezes nos Estados Unidos, deu motivo a uma nota de protesto enviada ao secretario de Estado, sr. Huges, pelo embaixador do Japão, sr. Hanihara. O representante do Mikado diz nessa nota, que o governo noerte-americano não daria certamente o seu apoio ao parecer da commissão de immigração do Senado contrario à entrada de immigrantes japonezes. Essa nota provocou grande celeuma nas rodas parlamentares de deu motivo a vehementes protestos por parte de vários senadores (...). ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

A Família Paes de Almeida
comunica com extremo pesar o falecimento de

Wilton Paes de Almeida Filho,

no dia 15/04/2024. A despedida será realizada no: Funeral Morumbi
Terça-feira 16 de Abril de 2024. Velório das 07:00 às 14:00 horas
Av . Giovanni Gronchi, 1358 – Morumbi, São Paulo – S.P.

MISSAS

Maria Regina Vitale – Hoje, às 18 horas, na Paróquia São João de Brito, na R. Nebraska, 868, Brooklin (7º dia).

Emilio Latif Kfouri – Dia 19, às 18h30, na Paróquia Nsa. Sra. Aparecida, na Pç. Nsa. Sra. Aparecida, s/n, Moema (7º dia).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br

Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br

Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/

Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Futebol feminino

Protesto de jogadoras pesa e treinador do Santos pede demissão

Kleiton Lima, técnico acusado de assédio por 19 atletas, diz ter sido ameaçado após voltar ao clube

LEONARDO CATTO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Kleiton Lima não suportou a pressão e pediu demissão do cargo de técnico do time feminino do Santos. Acusado de assédio sexual e moral por 19 jogadoras que faziam parte do elenco no ano passado, ele estava afastado, mas retornou ao clube na semana passada. Desde então, os protestos ganharam corpo. Ontem, Lima pediu para deixar o clube.

Ao anunciar a saída do treinador, por meio de nota, o Santos disse que a iniciativa foi do treinador, "para preservar sua família, sua integridade e o próprio Santos". Ainda segundo a nota, Kleiton Lima sofreu até ameaças de morte.

A acusação contra ele foi feita em setembro passado, por meio de cartas anônimas, escritas à mão, pelas 19 atletas. Os relatos diziam que o técnico comentava sobre os corpos e a vida sexual das atletas, além de apalpá-las e observá-las no vestiário. Na época, o próprio Kleiton Lima pediu desligamento – negou ter cometido qualquer ato dos quais era acusado.

Após um processo administrativo não ter, segundo o Santos, encontrado provas contra Lima, ele foi recontratado na semana passada. Na ocasião, a coordenadora do departamento de futebol feminino do Santos, Thaís Picarte, disse que as denunciantes foram procuradas e que não foram encontrados indícios de assédio.

Entretanto, as goleiras Anna Beatriz e Jully Silva e ainda a zagueira Tayla Carolina retrucaram nas redes sociais, afirmando o contrário. Hoje, elas atuam, respectivamente, por São Paulo, Cruzeiro e Grêmio. Ao todo, 14 jogadoras deixaram o Santos no final da temporada passada.

"Eu não cometi nenhum tipo de assédio. Aquelas cartas anônimas, com descrições insanas, levianas, não me pertencem", disse o técnico na coletiva de reapresentação. Ele ainda relatou ter feito um boletim de ocorrência por calúnia na Polícia Civil pelas cartas. Disse ainda que havia insatisfação de parte do elenco com a comissão técnica pela cobrança para atingir metas.

RODRIGO GAZZANEL - AGENCIA CORINTHIANS

Protesto das jogadoras do Corinthians; pressão contra Lima

Investigação
Está em andamento no MP de São Paulo investigação contra Kleiton Lima, sob segredo de Justiça

REAÇÃO FORTE. No entanto, as declarações não evitaram protestos dentro e fora do Santos contra sua volta. Na última sexta-feira, o Santos enfrentou o Corinthians pelo Brasileirão Feminino. Ao abrir o placar da vitória corintiana por 3 a 1, Victória Albuquerque e demais atletas da equipe protestaram, posando com a mão cobrindo a boca. No gol santista, Ketlen comemorou com um abraço em Kleiton Lima.

No fim de semana, o protesto por meio da mão na boca aconteceu em várias partidas, como Palmeiras x Avaí/Kindermann – durante a execução do Hino Nacional – e Ferroviária x Fluminense, feito pelas atletas do time de Araraquara.

No jogo Palmeiras x Avaí, as jogadoras também tiraram uma foto todas juntas e Letícia e Siméia, camisas 19 dos times, viraram de costas, em referência ao número de denúncias feitas contra o treinador.

A nota do Santos de ontem, reitera que o técnico está "convicto de que não cometeu nenhum dos atos pelos quais é acusado", mas entende o desligamento como o melhor caminho. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Liga dos Campeões
Barcelona x PSG
16h / SBT, TNT e MAX
B. Dortmund x A. de Madrid
16h / Space e MAX
● Copa do Brasil Sub-17
São Paulo x Cruzeiro
16h15 / SporTV
● Campeonato Brasileiro
Bahia x Fluminense
21h30 / SporTV e Premiere

VÔLEI
● Superliga B Masculina
Goiás Vôlei x Brasília Vôlei
19h30 / SporTV 2

SURFE
● Circuito Mundial
Etapa de Margaret River
20h25 / SporTV 3

Palmeiras

Clube surpreende e anuncia contratação do meia-atacante Felipe Anderson

O Palmeiras surpreendeu e acertou, ontem, a contratação do meia-atacante Felipe Anderson, revelado pelo Santos e que atua no futebol europeu há 11 temporadas. O brasileiro de 31 anos defende a Lazio, da Itália, e vai se apresentar ao time alviverde em julho, após a abertura da janela internacional de transferências – ele já assinou um pré-contrato com o Palmeiras. Seu vínculo com o atual campeão brasileiro começa no dia 1.º de julho e será válido até 31 dezembro de 2026. ●

MAURIZIO BRAMBATTI/EFE

Felipe Anderson assinou pré-contrato e se apresenta em julho

Corinthians

Bruno Lazaroni será o treinador no jogo de amanhã contra o Juventude, no Sul

O Corinthians encara o Juventude, amanhã às 20h, no estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul, pela segunda rodada do Brasileirão. O time será comandado por Bruno Lazaroni, já que o técnico António Oliveira foi expulso contra o Atlético-MG. O treinador ainda não deve poder contar com o lateral Diego Palacios, em fase final de recuperação de lesão. Matheus Araújo, com uma fratura na mão, também deve ser vetado. ●

São Paulo

Problema na coxa tira James Rodríguez do duelo contra o Flamengo no Maracanã

Pressionado após perder na estreia do Brasileirão, o técnico Thiago Carpini deve ter mais um problema para se preocupar no São Paulo. James Rodríguez sentiu a coxa durante a atividade de ontem e passará por exames para saber qual a gravidade da lesão. Ele está fora do embate com o Flamengo, amanhã, às 21h30, no Maracanã. Já o lateral Patryck, o volante Luiz Gustavo e o atacante Ferreirinha podem retornar ao time. ●

Santos

Alvinegro chega a acordo com Atlético e Patrick chega para a disputa da Série B

BRUNO SOUSA/ATLETICO

O Santos chegou a um acerto com o Atlético-MG pela compra do meia Patrick, de 31 anos e que perdeu espaço na equipe mineira. A informação é do site GE. O presidente Marcelo Teixeira já havia adiantado no sábado que o acerto com o jogador estava próximo. O Alvinegro ficará com 80% dos direitos econômicos do meia por US$ 1 milhão (R$ 5,1 milhões). Resta saber apenas o tempo de contrato de Patrick com o clube, de três ou quatro anos. ●

Vôlei

Tande, campeão olímpico em 1992, sofre enfarte: 'Papai do céu me deu uma chance'

Tande, ex-jogador de vôlei, revelou ontem pelo Instagram que sofreu um enfarte na semana passada. O campeão olímpico nos Jogos de Barcelona-1992 está internado e afirmou que uma das artérias do coração chegou a 98% de entupimento. Outra, 78%, e houve ainda uma terceira veia obstruída, essa com 73%. "Fiquem atentos aos sinais. Falta de ar, palpitações, dor no ouvido. Papai do céu me deu uma chance", comentou. ●

Vida na cidade

Alpinistas limpam as pichações da Ponte Estaiada

Promovida por associação de bairro e empresa, ação de limpeza foi realizada no último fim de semana

FELIPE RAU/ESTADÃO

Quatro alpinistas atuaram na limpeza da ponte de 130 m de altura

RENATA OKUMURA

Cartão-postal da zona sul da capital paulista, a Ponte Octávio Frias de Oliveira, ou Ponte Estaiada, sobre o Rio Pinheiros, ganhou uma ação de limpeza que contou até com alpinistas para remover pichações. A iniciativa foi realizada entre a Associação dos Moradores e Empresas do Brooklin (AME Brooklin) e a green4T, empresa brasileira de tecnologia e gestão de infraestrutura de dados. A Prefeitura de São Paulo também ofereceu equipes.

A ação, que ocorre desde sábado, deve ser concluída nesta semana. Durante os trabalhos, duas faixas da ponte foram interditadas. Para a realização da limpeza, não houve necessidade de licitação da Prefeitura de São Paulo, só um pedido de autorização que foi aceito pelo Município. Em média, os custos arcados pela green4T, com materiais e mão de obra, ficaram em torno de R$ 50 mil. "Entramos em contato com a Prefeitura, que aprovou e iniciamos a parceria público-privada, via entidade de terceiro setor, que é a associação de moradores. A Prefeitura até iria fazer a limpeza por conta deles, mas a licitação demoraria muito e não iam apenas fazer somente a limpeza, mas também toda a lubrificação e troca de alguns dos cabos, algo que ainda será feito no futuro. Mas é uma licitação que iria demorar muito e, para adiantar, o prefeito decidiu fazer esta parte com a gente", disse Braga.

Com 130 m de altura, cerca de 500 toneladas, 144 estaias (feixes de cabos de aço flexíveis) e pistas de 1,4 km de extensão, a ponte teve de contar com alpinistas contratados para a retirada das pichações no domingo. Inicialmente, dois foram convocados, e depois outros dois. No total, 30 pessoas participaram da ação de limpeza no fim de semana.

"Dois alpinistas ficaram de um lado e outros dois do outro lado da ponte. A gente encontrou muita dificuldade, porque não conseguimos levar água na parte de cima da estrutura. Além disso, a tinta que os pichadores usaram é muito potente, não saindo facilmente com os produtos que estávamos usando", explicou Braga.

LIMPEZA ANTERIOR. Em janeiro de 2017, um grupo de empresários realizou a limpeza da ponte com alpinistas contratados. Mas, no início do ano passado, a estrutura voltou a ser pichada. Em meados de julho de 2023, também foi registrado roubo de luminárias e fios de cobre. "Queremos colaborar para melhorar o monitoramento na região da Ponte Estaiada. Surgiu uma nova proposta de a gente melhorar isso, por meio da green4T e da AME Brooklin. Está em andamento. Se a gente não fizer nada, os pichadores vão retornar", adianta Braga.

Segundo o presidente da ONG AME Brooklin, os cabeamentos de iluminação da ponte também estão vulneráveis a roubos e furtos. Procurada pela reportagem, a Prefeitura de São Paulo não comentou a ação. ●

TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Orçamento Revisão

Equipe econômica reduz meta fiscal e adia o ajuste das contas públicas

Com incertezas sobre evolução da arrecadação, governo recua de promessa de entregar superávit de 0,5% do PIB, em 2025, e de 1% em 2026, último ano de Lula

DANIEL WETERMAN
BIANCA LIMA
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

A equipe econômica anunciou ontem mudanças nas metas para as contas públicas em 2025 e 2026 – a primeira alteração desde que o novo arcabouço fiscal entrou em vigor, há menos um ano. Na prática, elas adiam a expectativa de colocar as contas no azul. O anúncio também expôs as fragilidades do novo arcabouço, pois o governo contava com o aumento de arrecadação para cumprir a regra. Dúvidas sobre a evolução de receitas a partir do segundo bimestre deste ano e sobre o desempenho da economia em 2025 têm sido apontadas por economistas como obstáculos para o cumprimento das metas.

O alvo de 2025 foi reduzido de um superávit de 0,5% do PIB para zero – o mesmo para este ano, que não foi alterado. Já a meta para 2026 caiu de 1% para 0,25%. As metas de 2027 e de 2028 – já no mandato do próximo presidente da República –, que ainda não haviam sido fixadas, ficaram em 0,50% e 1%, respectivamente.

Esses números foram incluídos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, que segue agora para o Congresso. Ainda pelo texto, a projeção para a dívida bruta do governo geral sairá de 76,6% do PIB, neste ano, para atingir o pico de 79,7% em 2027. Só depois disso, ela se estabilizaria e começaria a cair, a partir de 2028. Na divulgação do arcabouço, no ano passado, a expectativa da equipe econômica era outra: o controle da dívida viria em 2026, último ano do atual governo, num patamar em torno de 75% do PIB.

Vulnerabilidade
Mudança expõe as fragilidades do novo arcabouço, amparado em aumento das receitas

Há ainda a preocupação com a trajetória dos gastos obrigatórios, sobretudo das despesas previdenciárias e assistenciais, que são atreladas ao salário mínimo. Para 2025, o governo projetou na LDO o valor de R$ 1.502 para o mínimo, uma alta de 6,37% (*mais informações na pág. B4*).

O secretário de Orçamento, Paulo Bijos, afirmou que o governo está considerando novas ações, como a revisão de gastos, que poderia ganhar maior magnitude (*mais informações na pág. B2*). Já o secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse que "a nova trajetória das metas mantém a sustentabilidade das contas públicas". "Gostaríamos de frisar compromisso com a sustentabilidade da dívida e lembrar que essa é uma missão compartilhada por todos os Poderes."

A mensagem, porém, não conteve as críticas no mercado financeiro. O economista Gabriel de Barros, da Ryo Asset, afirma que os parâmetros utilizados na LDO são "irrealistas". Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, o projeto da LDO não é suficiente para garantir um quadro de sustentabilidade fiscal em prazo razoável. Já pressionado pelo noticiário internacional, o dólar fechou a R$ 5,18 na esteira das novas metas (*mais informações na pág. B8*). ●

TEXTO DE LEI ORÇAMENTÁRIA SÓ PREVÊ CORTES NO INSS E EM PROGRAMA DO AGRO. PÁG. B2

Petrobras: um transatlântico à deriva

ARTIGO

Raquel Landim
Jornalista, é âncora da CNN Brasil

A Petrobras tem 37 mil funcionários, 860 mil acionistas, fatura mais de R$ 500 bilhões e, só no ano passado, pagou R$ 178,8 bilhões em impostos. Por qualquer parâmetro é um transatlântico – e está à deriva.

Além das especulações se o presidente executivo, Jean Paul Prates, vai se manter no cargo, diante da fritura promovida por seus opositores no governo, a maior estatal brasileira ficou sem "chairman".

Na última quinta-feira, 11, Pietro Mendes, presidente do Conselho de Administração, foi afastado de suas funções por decisão judicial. A Petrobras vai recorrer e não indicou ninguém para o seu lugar. É o segundo conselheiro retirado pela Justiça.

É claro que o dia a dia da companhia de bombear petróleo segue inalterado, mas não tem como uma empresa gigante tomar decisões estratégicas nesse clima. Por isso, o termo à deriva.

Apadrinhado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Mendes é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ele enfrenta um conflito de interesses evidente, já que nem sempre o melhor para a Petrobras é o melhor para a União.

Lula vem tratando regras de controle das estatais apenas como impedimentos para indicações políticas

Às vezes esse conceito é de difícil entendimento, mas União e companhia podem ter opiniões divergentes em disputas tributárias, licenças ambientais, preço da gasolina, etc. Isso para citar alguns dos conflitos mais comuns entre a Petrobras e o governo.

E é por isso que a lei das estatais impede que funcionários do governo e dirigentes políticos ocupem postos de comando nas empresas públicas. Ao escolher driblar a lei – com a ajuda de decisões monocráticas de ministros do Supremo seguidas de pedidos de vista –, o governo criou insegurança jurídica.

Junta-se a isso o conflito aberto entre Prates e Silveira, recentemente mediado, mas não resolvido, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e chega-se ao quão danificada está a governança da Petrobras. Aliás, uma governança construída a duras penas depois da corrupção revelada pela Lava Jato.

Desde o início do governo, o presidente Lula vem tratando as regras de controle das empresas estatais apenas como impedimentos para suas indicações políticas. Na verdade, boas práticas, normas e processos ajudam a colocar no rumo um transatlântico do tamanho da Petrobras, porque protegem a empresa de interferências de grupos políticos.

Isso é ainda mais importante em mares turbulentos. Vale lembrar a volatilidade do mercado de petróleo com a perspectiva de uma guerra entre Irã e Israel. A governança das estatais, portanto, é aliada daquele político que quer fazer um bom governo, e não o contrário. ●

Orçamento Revisão

Texto de lei orçamentária só prevê cortes no INSS e em programa do agro

Revisão de gastos proposta pelo governo é menor do que 1% da despesa total dos programas que passarão por avaliação

DANIEL WETERMAN
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

A economia esperada com a revisão de gastos proposta pelo governo é menor do que 1% da despesa total com os programas que passarão por reavaliação. Integrantes da equipe econômica dizem que a proposta apresentada é um "primeiro passo", mas admitem que será preciso cortar mais despesas para cumprir o arcabouço fiscal e sustentar as metas para as contas públicas nos próximos anos.

Ao apresentar ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, a equipe econômica citou duas opções de melhoria do gasto público, uma agenda classificada como prioridade pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelo Ministério da Fazenda, para melhorar as contas da União.

Dois programas entraram no foco e podem ter os gastos reduzidos, como antecipou o **Estadão**: os benefícios previdenciários, que envolvem o pagamento de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que compensa financeiramente agricultores por perdas que sofreram com eventos climáticos.

O governo estima economizar R$ 9,2 bilhões com as duas revisões em 2025. Esse valor representa menos de 1% do total que esses dois gastos devem somar no Orçamento do ano que vem, de R$ 988,9 bilhões, conforme projeções do próprio Executivo. Em quatro anos, a economia seria de R$ 37,3 bilhões, sendo que a despesa total supera R$ 4 trilhões.

Alvos para enxugamento
Equipe da Fazenda estima economizar R$ 9,2 bilhões com revisões em 2025 na Previdência e no Proagro

O corte no programa do agronegócio, no entanto, será muito maior do que a revisão dos benefícios previdenciários, em termos proporcionais. O Proagro pode perder até metade do orçamento em 2025, que deve ficar entre R$ 5 bilhões e R$ 8 bilhões. O programa é defendido por integrantes do agronegócio, mas o governo aponta necessidade de redução em função de fraudes e falhas.

'NOVOS DEGRAUS'. Sem revisão de gastos, o governo precisa aumentar a arrecadação para sustentar o novo arcabouço, mas vê a agenda focada em acréscimo de receitas perder força. "O objetivo é escalar com a agenda de revisão do gasto. Podemos contar com aumento de arrecadação, que não foi incorporado por conservadorismo, mas isso não significa que não subiremos novos degraus (*no gasto*)", disse o secretário de Orçamento federal, Paulo Bijos.

A revisão virou um novo anexo do projeto das diretrizes do Orçamento de 2025. Pela primeira vez, a proposta terá uma parte específica para relacionar os programas que poderão ser revistos. O arcabouço fiscal, aprovado em 2023, deu poder para o Executivo incluir a reavaliação de despesas na legislação a cada ano. O Congresso, ao votar a proposta, pode mexer nesse anexo, acrescentar outros programas ou até mesmo retirar o que o governo incluiu.

Por enquanto, o Executivo não mexeu nos gastos mínimos com Saúde e Educação exigidos pela Constituição. E também deixou fora do radar qualquer discussão sobre as despesas mínimas reservadas para emendas parlamentares. O seguro-defeso, destinado a pescadores, é outro programa passível de cortes. ●

Erro foi apostar apenas no aumento de receitas

ANÁLISE

ALVARO GRIBEL

A alteração das metas fiscais expõe a grande falha do arcabouço elaborado pelo governo Lula em substituição ao teto de gastos, do governo Michel Temer.

O ajuste tem como foco o aumento da arrecadação, sem uma agenda efetiva de cortes de gastos, o que tornou irrealistas as projeções apresentadas pela equipe econômica em abril do ano passado.

De um lado, o arcabouço está sendo pressionado por três grandes grupos de despesas: o salário mínimo e os pisos da Saúde e da Educação. De outro, a Receita Federal e a equipe econômica já estão esgotando as possibilidades de aumento de receitas extraordinárias, que passam a enfrentar não só resistências no Congresso, mas também entre pessoas físicas e jurídicas, que terão de pagar a conta.

Na prática, esses três grupos crescem de forma mais acelerada do que a regra global do arcabouço fiscal, que permite alta de no máximo 2,5% dos gastos, em relação ao ano anterior, e limitado a 70% do crescimento das receitas. O economista Marcelo Fonseca, da Reag Investimentos, calcula que as contas públicas do País têm um "déficit primário estrutural" entre R$ 100 bilhões e R$ 150 bilhões por ano. O cálculo é feito retirando todas as receitas extraordinárias da conta, ou seja, recursos que entrarão uma única vez nos cofres do Tesouro.

Se até a semana passada o mercado já havia assimilado a alteração desses números, agora a reação tende a ser diferente, com a piora do cenário global. A inflação americana e o mercado de trabalho mais aquecidos do que o esperado vão dificultar o início do corte de juros pelo Fed (o banco central dos EUA).

Com isso, a tendência é de aumento do dólar em relação às principais divisas do mundo. Países com problemas nas contas públicas, como o Brasil, tendem a sofrer mais. O reflexo disso já aparece na cotação do dólar sobre o real. A geopolítica global também ficou mais intrincada, com os ataques do Irã a Israel.

Cenário
A falta de um plano de corte de gastos tornou irrealistas as projeções do governo

Mesmo com a revisão, os novos números ainda estão acima do projetado pelo mercado financeiro. Para 2025, a mediana de economistas e investidores aponta para um déficit de 0,6% do PIB, com leve melhora para -0,5%, no ano seguinte, e -0,2% em 2027.

De alguma forma, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) precisarão vencer a queda de braço interna contra integrantes do PT para convencer Lula a bancar uma agenda efetiva de cortes de gastos. Do contrário, o presidente poderá naufragar na economia. ●

REPÓRTER ESPECIAL EM BRASÍLIA

Orçamento Novo valor

Reajuste do mínimo deve custar R$ 36 bilhões ao governo em 2025

Governo prevê R$ 1.502 para o mínimo na LDO; valor é base para correção de benefícios da Previdência

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O reajuste proposto para o salário mínimo que vai vigorar em 2025 deve ter um impacto de quase R$ 36 bilhões nas contas públicas do governo no próximo ano. A Previdência, sozinha, vai fazer a equipe econômica precisar desembolsar R$ 27 bilhões para pagar os seus beneficiários, estima Gabriel Leal de Barros, economista-chefe e sócio da Ryo Asset.

O governo apresentou ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 e colocou uma previsão para o salário mínimo de R$ 1.502, acima dos atuais R$ 1.412. Isso vai representar uma alta de 6,37% – quase o dobro da inflação projetada pelo governo para 2024, de 3,25% pelo INPC.

Nas contas de Leal, portanto, para cada R$ 1 de aumento do salário mínimo, o impacto nas contas públicas será de cerca de R$ 400 milhões.

Na Previdência, o grande aumento de custo é explicado porque cerca de 60% dos benefícios do chamado Regime Geral de Previdência Social (RGPS) são atrelados ao mínimo, que também impacta os benefícios de prestação continuada e o valor do abono salarial, por exemplo.

"Essa indexação, agudizada pelo retorno da regra de ganhos reais do salário mínimo, é muito negativa para as contas públicas, cria um avanço inercial do gasto e vai na contramão da consistência requerida de uma regra fiscal sólida e crível", afirma Barros, que também foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

> *"O que se procura com a política de aumento real do mínimo? Se a resposta for reduzir a pobreza, essa resposta é mentirosa"*
> **Fabio Giambiagi**
> **Economista da FGV**

PROMESSA ELEITORAL. A concessão de um reajuste real (ou seja, acima da inflação) para o salário mínimo foi uma das principais promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha presidencial de 2022. No ano passado, o governo definiu a regra de reajuste do mínimo, que prevê a combinação do aumento da inflação medida pelo INPC do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

"Algum reajuste para, pelo menos, recompor a inflação, já haveria. O importante é olhar a parcela do reajuste real, que dá um incremento de mais ou menos R$ 16 bilhões", afirma Silvio Campos Neto, economista e sócio da consultoria Tendências. "Eu vejo dois debates nessa questão que precisam ser feitos. O primeiro é a valorização real do salário mínimo que precisa ser discutida. Ela tem seus méritos, mas tem seus custos elevados do ponto de vista orçamentário. E o segundo debate é em relação ao fato de o piso da Previdência estar indexado ao salário mínimo."

Na leitura de Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), a política de reajuste real do salário mínimo deixou de ser um instrumento adequado para melhorar a renda dos mais pobres e diminuir a desigualdade do País – como ocorria nos primeiros anos do Plano Real.

"O que se procura com a política de aumento real do salário mínimo? Alguém tem de responder isso. E se a resposta for reduzir a pobreza, essa resposta é mentirosa", afirma. Giambiagi explica que o Brasil tem "problemas sociais tão graves" que os 20% mais pobres ganham menos do que um salário mínimo. "Essas pessoas não são afetadas por essa política porque estão na informalidade."

O crescimento do gasto contratado com o reajuste do salário mínimo diminui o espaço para que o governo destine verbas para políticas que possam ser mais eficientes para reduzir a pobreza – o arcabouço fiscal limitou o crescimento da despesa a até 70% da variação da receita.

"A política do salário mínimo ataca a pobreza? Não ataca. Ataca o desemprego? Não ataca. Não resolve o problema da informalidade. E você ainda tira dinheiro de outras políticas", afirma o economista. ●

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

CNPJ nº 11.866.604/0001-31

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A **OAS Óleo e Gás e Controladas,** submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhada do relatório do auditor independente.

A Administração

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020 (Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.547	2.976	75.547	2.978
Adiantamento a terceiros		6	–	6	–
Impostos a recuperar		183	92	183	92
Outros ativos		3	3	8	6
Total do ativo circulante		75.739	3.071	75.744	3.076
Não circulante					
Outros ativos		61	61	61	61
Imobilizado		14	19	14	19
Total do ativo não circulante		75	80	75	80
Total do ativo		75.814	3.151	75.819	3.156

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020 (Reapresentado)
Circulante					
Fornecedores		2.466	1.923	2.962	2.471
Salários, provisões e contribuições sociais		127	16	127	16
Tributos e contribuições a recolher		505	355	505	355
Outros passivos		33	3	33	3
Total do passivo circulante		3.131	2.297	3.627	2.845
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	4	591	259	421	–
Total do passivo não circulante		591	259	421	–
Patrimônio líquido					
Capital social	7	95.284	95.284	95.284	95.284
Reserva de capital		83.606	83.606	83.606	83.606
Outros resultados abrangentes		206	276	206	276
Prejuízos acumulados		(107.004)	(178.571)	(107.004)	(178.571)
Total do patrimônio líquido dos controladores		72.092	595	72.092	595
Participação de não controladores		–	–	(321)	(284)
Total do patrimônio líquido		72.092	595	71.771	311
Total do passivo e do patrimônio líquido		75.814	3.151	75.819	3.156

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora							
	Capital Social	Reserva de capital	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	95.284	83.606	10.003	20.168	(206.827)	2.234	(27)	2.207
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.626)	(1.626)	(46)	(1.672)
Ajuste acumulado de conversão	–	–	(763)	729	21	(13)	(211)	(224)
Realização de conversão na alienação de investimentos no exterior	–	–	(9.240)	(20.621)	29.861	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	(10.003)	(19.892)	28.256	(1.639)	(257)	(1.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	95.284	83.606	–	276	(178.571)	595	(284)	311
Lucro do exercício	–	–	–	–	71.515	71.515	(40)	71.475
Ajuste acumulado de conversão	–	–	–	(70)	52	(18)	3	(15)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	(70)	71.567	71.497	(37)	71.460
Saldos em 31 de dezembro de 2021	95.284	83.606	–	206	(107.004)	72.092	(321)	71.771

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020 (Reapresentado)
Despesas gerais e administrativas	8	(6.379)	(678)	(6.825)	(1.172)
Outras receitas (despesas), líquidas	8	78.890	–	78.890	–
Despesas operacionais		72.511	(678)	72.065	(1.172)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para perda em investimento, receitas (despesas) financeiras		72.511	(678)	72.065	(1.172)
Provisão para perda em investimento	4	(849)	(469)	(421)	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		71.662	(1.147)	71.644	(1.172)
Receitas financeiras		1.373	731	1.373	731
Despesas financeiras		(1.520)	(1.210)	(1.520)	(1.210)
Resultado financeiro, líquido	9	(147)	(479)	(147)	(479)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		71.515	(1.626)	71.497	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		–	–	(22)	(21)
Lucro (prejuízo) do exercício		71.515	(1.626)	71.475	(1.672)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos:					
Acionistas controladores		71.515	(1.626)	71.515	(1.626)
Acionistas não controladores		–	–	(40)	(46)
		71.515	(1.626)	71.475	(1.672)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	71.515	(1.626)	71.475	(1.672)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior, líquido	(18)	(13)	(15)	(224)
Total do resultado abrangente do exercício	71.497	(1.639)	71.460	(1.896)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Acionistas controladores			71.497	(1.639)
Acionistas não controladores			(37)	(257)
			71.460	(1.896)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		71.515	(1.626)	71.497	(1.651)
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social ao fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Provisão para perda em investimento	4	849	469	421	–
Depreciação e amortização	8	5	5	5	5
Reversão impairment	8	(78.890)	–	(78.890)	–
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos		822	258	822	258
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Impostos a recuperar		(91)	12	(91)	12
Adiantamento a terceiros		(6)	–	(6)	–
Outros ativos		–	(24)	(2)	11
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(279)	421	(331)	540
Salários, provisões e contribuições sociais		111	(7)	111	(7)
Tributos e contribuições a recolher		150	103	571	82
Outros passivos		30	(3)	30	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(5.784)	(392)	(5.863)	(781)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aporte em investidas	4	(535)	(363)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(535)	(363)	–	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Recebimento de carta fiança/crédito com partes relacionadas	5	78.890	–	78.890	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		78.890	–	78.890	–
Efeito de variação na taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		–	(276)	(458)	(248)
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		72.571	(1.031)	72.569	(1.029)
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	3	2.976	4.007	2.978	4.007
No final do exercício	3	75.547	2.976	75.547	2.978
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		72.571	(1.031)	72.569	(1.029)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A OAS Óleo e Gás S.A. ("OAS O&G" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com o objetivo de realizar investimentos no setor de óleo e gás e tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A área de atuação da Companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), de unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarga (FPSOs), unidades de tratamento, flotéis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, bem como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio. A Companhia, através de cinco empresas domiciliadas na Holanda (Cassino Drilling B.V. - "Cassino", Comandatuba Drilling B.V. - "Comandatuba", Curumim Drilling B.V. - "Curumim", Itapema Drilling B.V. - "Itapema" e Salinas Drilling B.V. - "Salinas", em conjunto denominadas "SPEs"), todas coligadas a sua subsidiária indireta Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy"), era coproprietária de cinco navios-sonda, em estágio de construção, que foram afretados à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a exploração da camada do pré-sal por um período de 15 anos, com opção de renovação por até mais 5 anos. Em 6 de julho de 2015, a Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha nas SPEs Cassino, Curumim e Salinas à Sete International One GmbH ("Sete International One"), acionista controladora das SPEs. A Companhia também é quotista direta da Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas"), estabelecida no Brasil e criada especificamente para operar esses cinco navios. Em 31 de março de 2015, a controladora indireta da Companhia, METHA S.A. (atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("METHA"), juntamente com a sua controlada CERTHA Investimentos S.A. (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial) ("CERTHA") controladora direta da Companhia, e outras empresas do Grupo METHA não relacionadas diretamente à Companhia, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, aliado a uma série de outros fatores, dentre os quais foram destacados: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito, e (iii) antecipação de vencimentos da maior parte de seu endividamento; ajuizaram, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob n° 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n° 11.101/05. A METHA e suas controladas avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 1° de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. - Em recuperação judicial e suas controladas em recuperação, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil. Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Recuperação. Importante salientar que o plano de recuperação judicial aprovado e homologado prevê a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia ora detidas pela CERTHA. Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA. O encerramento da Recuperação Judicial, ocorreu após serem consideradas cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor. A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da empresa, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance. Em setembro de 2021, o Grupo METHA encerrou em definitivo sua Recuperação Judicial. Coronavírus (COVID-19): A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia. **1.1. Entidades da Companhia:** A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e coligadas consideradas nas informações consolidadas:

Empresas	País	Participação no capital social 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Controladas - consolidadas					
OAS Oil & Gas GmbH ("OAS Oil & Gas")	Áustria	100,00%	–	100,00%	–
Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy")	Áustria	–	89,00%	–	89,00%
Coliaadas (método de equivalência patrimonial)					
Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas")	Brasil	20,00%	–	20,00%	–
Comandatuba Drilling B.V ("Comandatuba")	Holanda	–	22,25%	–	22,25%
Itapema Drilling B.V ("Itapema")	Holanda	–	22,25%	–	22,25%

1.2. Acordo de Leniência - Grupo METHA: A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R$ 1.929.257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública. **1.3. Acordo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE):** Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica): Até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("Construtora COESA") celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R$ 226.343 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. Considerando que as obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA, o saldo provisionado pela controladora indireta da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 677.976. **1.4. Reestruturação societária da METHA:** Em maio de 2021, a controladora METHA, com o objetivo de adequar seu planejamento estratégico, restringiu sua participação em determinados negócios relacionados à área de engenharia e em determinados ativos de infraestrutura. O processo de restruturação societária incluiu a transferência de ações de determinadas controladas para um Fundo de Investimentos que assumiu os direitos e obrigações dessas empresas. Essa reestruturação não alterou o controle ou as operações da Companhia. **1.5. Processo de incorporação das controladas.** Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial das sociedades Sete Brasil Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos II S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Holding GmbH - Em Recuperação Judicial, Sete International One GmbH - Em Recuperação Judicial e Sete International Two GmbH - Em Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores encerrada em 09.12.2021 (processo nº: 0142307-13.2016.8.19.0001) ("Plano"), ainda pendente de determinadas formalizações no que tange a implementação da proposta, as acionistas indiretas da Companhia, CERTHA e FI FGTS, deliberaram pelo início do processo de due diligence, uma vez que não há a intenção, por parte de seus acionistas, em continuar a atuar no mercado de óleo e gás, através desta estrutura. Assim, foram contratados assessores jurídicos e financeiros, nas jurisdições pertinentes, para elaboração dos relatórios e cronograma necessário para encerramento das atividades. A implementação do Plano é de suma importância para encerramento das atividades da Companhia, da Seaworthy e da OAS Oil & Gas ("Investidas"), pois, conforme previsto na Cláusula 10.5 do 4º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial uma vez realizado pagamento do seu percentual e decorrente da implementação dos termos previstos no Plano, as partes terão mútua quitação dos créditos envolvendo o Projeto Sondas. O escopo do trabalho de tais assessores contratados para o processo de *due diligence* contempla a análise e levantamento dos ativos e passivos da Companhia e Investidas, bem como análise da melhor forma de encerramento de cada uma delas. No que tange as Investidas, o encerramento se dará por "incorporação", em conformidade com o estabelecido nas leis daquela jurisdição. Importante destacar que o não encerramento das subsidiárias austríacas OAS Oil and Gas e Seaworthy ou a não implementação do Plano poderá inviabilizar a conclusão do processo de encerramento no Brasil ou impactar de maneira significativa o prazo para conclusão. Muito embora os trabalhos já tenham sido iniciados, ainda não é possível estabelecer uma data para que tal encerramento ocorra, cujo cronograma e conclusão dependem de definições que estão fora do alcance da Companhia. **2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Base de elaboração:** A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 12 de janeiro 2023. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). a) Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. b) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua ("a moeda funcional"). A conversão dos valores relativos a essas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas à taxa de câmbio da data da transação, e registradas em reais. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. c) Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Diretoria utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e baseiam-se, entre outros fatores, na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros. Os efeitos das revisões de estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão é realizada e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.2. Políticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente também no exercício anterior. a) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Tais valores são registrados pelo seu custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. b) Instrumentos financeiros: *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob a categoria (i) valor justo por meio do resultado abrangente, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) custo amortizado, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativo circulante e compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A classificação ocorre com base tanto no modelo de negócio estabelecido pela entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:* Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. *Custo Amortizado*: São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixas contratuais e em ternos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério "somente P&J"). O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos, e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva, nos termos do quanto previsto na CPC 48, de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (*impairment*). Em sendo este o caso, o montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. *Passivos financeiros:* Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização. c) Investimentos e base de consolidação: *Investimentos em empresas controladas:* Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de preparação das demonstrações contábeis individuais. A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no resultado das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica de "Participação de não controladores". As controladas diretas e indiretas localizadas no exterior foram consolidadas utilizando-se demonstrações contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia e elaboradas na mesma data-base de apresentação da controladora. *Investimentos em empresas coligadas:* Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas não detém o controle. Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos no ativo não circulante e como resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa. d) Tributação: Calculados em conformidade com a legislação em vigor. As controladas da Companhia não estão em operação, portanto, não há expectativa de geração de lucro nos períodos próximos, razão pela qual não foram apurados impostos correntes e/ou diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. e) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que gere benefícios econômicos futuros em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuam uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. f) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: A política de reconhecimento de provisões da Companhia e de suas controladas é de reconhecer provisão para eventuais obrigações que estejam sendo discutidas em causas cíveis, tributárias e trabalhistas com base na probabilidade de perda, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não identificou nenhuma contingência com probabilidade de

continua →★

→★ continuação

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

perda possível ou provável e, portanto, em 31 de dezembro de 2018 nenhuma provisão foi constituída. Quando aplicável, os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Não há causas com êxitos prováveis envolvendo ativos contingentes. g) Receitas e despesas financeiras: Representam basicamente juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e fornecedores estrangeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 09. g) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. i) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). j) Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente: Definição de um negócio (alteração a IFRS3): As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16): A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); • não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. • A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Novas normas que ainda não estão em vigor:** Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia as aplicará apenas na data de sua adoção inicial. Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. Outras normas: Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes à definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. **2.3. Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020:** Durante o exercício de 2021, a Companhia identificou ajustes relacionados às controladas OAS Oil & Gas e Seaworthy que não foram refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia. Os impactos foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior. Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia originalmente apresentados no exercício findo em 2020. a) Balanço patrimonial:

	Controladora			Consolidado		
Ativo	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.976	–	2.976	2.978	–	2.978
Impostos a recuperar	92	–	92	92	–	92
Outros ativos	3	–	3	4	2	6
Total do ativo circulante	3.071	–	3.071	3.074	2	3.076
Não circulante						
Outros ativos	61	–	61	61	–	61
Imobilizado	19	–	19	19	–	19
Total do ativo não circulante	80	–	80	80	–	80
Total do ativo	3.151	–	3.151	3.154	2	3.156

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020
Circulante						
Fornecedores	1.923	–	1.923	2.363	108	2.471
Salários, provisões e contribuições sociais	16	–	16	16	–	16
Tributos e contribuições a recolher	355	–	355	334	21	355
Outros passivos	3	–	3	134	(131)	3
Total do passivo circulante	2.297	–	2.297	2.847	(2)	2.845
Não circulante						
Provisão para perdas em investimentos	524	(265)	259	–	–	–
Total do passivo não circulante	524	(265)	259	–	–	–
Patrimônio líquido						
Capital social	95.284	–	95.284	95.284	–	95.284
Reserva de capital	83.606	–	83.606	83.606	–	83.606
Outras reservas	9.240	(9.240)	–	9.240	(9.240)	–
Outros resultados abrangentes	20.187	(19.911)	276	20.187	(19.911)	276
Prejuízos acumulados	(207.987)	29.416	(178.571)	(207.987)	29.416	(178.571)
Total do patrimônio líquido dos controladores	330	265	595	330	265	595
Participação de não controladores	–	–	–	(23)	(261)	(284)
Total do patrimônio líquido	330	265	595	307	4	311
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.151	–	3.151	3.154	2	3.156

b) Demonstrações dos resultados do exercício:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(678)	–	(678)	(1.192)	20	(1.172)
Despesas operacionais	(678)	–	(678)	(1.192)	20	(1.172)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para perda em investimento, receitas (despesas) financeiras	(678)	–	(678)	(1.192)	20	(1.172)
Provisão para perda em investimento	(489)	20	(469)	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(1.167)	20	(1.147)	(1.192)	20	(1.172)
Receitas financeiras	731	–	731	731	–	731
Despesas financeiras	(1.210)	–	(1.210)	(1.210)	–	(1.210)
Resultado financeiro, líquido	(479)	–	(479)	(479)	–	(479)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.646)	20	(1.626)	(1.671)	20	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	–	–	–	(21)	–	(21)
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.646)	20	(1.626)	(1.692)	20	(1.672)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos:						
Acionistas controladores	(1.646)	20	(1.626)	(1.646)	20	(1.626)
Acionistas não controladores	–	–	–	(46)	–	(46)
	(1.646)	20	(1.626)	(1.692)	20	(1.672)

c) Demonstrações dos resultados abrangentes:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.646)	20	(1.626)	(1.692)	20	(1.672)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:						
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior, líquido	(258)	245	(13)	(208)	(16)	(224)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.904)	265	(1.639)	(1.900)	4	(1.896)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:						
Acionistas controladores				(1.904)	265	(1.639)
Acionistas não controladores				4	(261)	(257)
				(1.900)	4	(1.896)

d) Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020	Apresentado 31/12/2020	Ajuste	Reapresentado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.646)	20	(1.626)	(1.671)	20	(1.651)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ao fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais:						
Provisão para perda em investimento	489	(20)	469	–	–	–
Depreciação e amortização	5	–	5	5	–	5
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos	258	–	258	258	–	258
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Impostos a recuperar	12	–	12	12	–	12
Outros ativos	(24)	–	(24)	11	–	11
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores	421	–	421	540	–	540
Salários, provisões e contribuições sociais	(7)	–	(7)	(7)	–	(7)
Tributos e contribuições a recolher	103	–	103	82	–	82
Outros passivos	(3)	–	(3)	(31)	–	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(392)	–	(392)	(801)	20	(781)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aporte em investidas	(363)	–	(363)	–	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(363)	–	(363)	–	–	–
Efeito de variação na taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(276)	–	(276)	(228)	(20)	(248)
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa	(1.031)	–	(1.031)	(1.029)	–	(1.029)
Caixa e equivalentes de caixa:						
No início do exercício	4.007	–	4.007	4.007	–	4.007
No final do exercício	2.976	–	2.976	2.978	–	2.978
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa	(1.031)	–	(1.031)	(1.029)	–	(1.029)

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	246	2.976	246	2.978
Certificados de depósito bancário - CDB	75.301	–	75.301	–
Total	75.547	2.976	75.547	2.978

Certificados de depósito bancário - CDB considerados equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os CDBs são remunerados por taxas que variam entre 99% a 100,4% do CDI. A Companhia possui aplicação no fundo CAIXA FIC CAMBIAL DOLAR com o objetivo de fazer frente aos seus compromissos com fornecedores em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha o montante de R$ 1.076. **4. Investimentos:** a) Informações sobre as controladas:

	Participação (%)		Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas										
OAS Oil & Gas	100,00%	100,00%	3	1	173	260	(170)	(259)	(427)	(489)
Seaworthy	89,00%	89,00%	3	2	359	386	(356)	(384)	(362)	(422)
Coligadas										
Atlas	20,00%	20,00%	3.926	3.950	6.032	6.032	(2.106)	(2.082)	(24)	(10)

b) Investimentos - Controladora: As participações nas investidas diretas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas empresas abaixo:

	Saldos em 31/12/2020 (Reapresentado)	Movimentação			Saldos em 31/12/2021
	Provisão para perda de investimento	Integralização/ aquisições	Provisão para perda	Perda na conversão de investidas no exterior	Provisão para perda de investimento
Atlas	–	–	(421)	–	(421)
OAS Oil & Gas	(259)	535	(428)	(18)	(170)
Total	(259)	535	(849)	(18)	(591)

	Saldos em 31/12/2019	Movimentação			Saldos em 31/12/2020 (Reapresentado)
	Investimentos	Integralização/ aquisições	Provisão para perda	Ganho na conversão de investidas no exterior	Provisão para perda de investimento
OAS Oil & Gas	(417)	363	(469)	264	(259)
Total	(417)	363	(469)	264	(259)

c) Outras informações sobre as investidas indiretas: c.1) *Seaworthy:* A investida indireta Seaworthy é uma *holding* estabelecida na Áustria para deter participações em cada uma das coligadas indiretas estabelecidas na Holanda (SPEs), em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detém 89% do seu capital social. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, a Companhia alienou a totalidade das ações das SPEs à Sete International One, todavia dada a divergência entre as partes quanto à inclusão, no cálculo do preço da opção, dos juros alegadamente devidos à Seaworthy, em razão de aquisição das ações "B" de sua titularidade na Salinas Drilling B.V., Cassino Drilling B.V. e Curumim Drilling B.V pela Sete Internacional One GmbH, realizada em setembro 2012, o preço da opção ficou dividido em (i) parte incontroversa e (ii) parte controversa. Os valores incontroversos da venda montam US$ 27.647, equivalentes a aproximadamente R$ 86.897 (naquela data), os quais serão corrigidos pela taxa de juros de 8,15% a.a. a partir da data da venda, conforme abaixo demonstrado, tendo como vencimento o dia 31 de agosto de 2015:

SPE	Valor de venda em US$	Valor de venda aproximado em R$ (*)
Cassino	15.185	47.728
Salinas	6.146	19.317
Curumim	6.316	19.852
	27.647	86.897

(*) Taxa de câmbio de R$ 3,1431, em 06 de julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, a Seaworthy realizou o provisionamento de todo o saldo a receber corrigido até esta data, o qual correspondia a R$ 94.866. Conforme comentado na nota 4 (d), em 2 de setembro de 2016, a 22º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro incluiu a Sete International One no grupo de recuperandas do processo de recuperação judicial do Grupo Sete Brasil. Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da OAS Óleo e Gás S.A. autorizou a Diretoria a proceder com as seguintes medidas: (i) apresentar impugnação de crédito na RJ, para retificação de valor inscrito em favor da Seaworthy; e (ii) buscar, na recuperação judicial, a exclusão da Sete International One do procedimento, pelo fato de as partes serem domiciliadas na Áustria; e o crédito, regido por lei holandesa. Na mesma Reunião do Conselho de Administração, deliberou-se que a Seaworthy, ao menos naquele momento, não tomaria nenhuma outra ação para execução do crédito. Em 05 de outubro de 2016, a Seaworthy apresentou divergência de crédito ao Administrador Judicial, ressalvando eventual direito de cobrar o crédito via outras medidas, no Brasil ou no exterior, a fim de que houvesse a retificação de US$ 27.647 para US$ 29.487. A divergência foi acolhida no 2º edital de credores e o crédito da Seaworthy retificado para US$ 29.487. c.2) SPEs: Conforme apresentado na nota explicativa nº 01, as SPEs assinaram contratos de afretamento dos navios-sonda, pelo prazo de 15 anos, com opção de renovação por até mais 5 anos. Os navios-sonda estavam em fase de construção, mas com os trabalhos suspensos, e foram contratados para serem entregues entre maio de 2019 e janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, as SPEs Itapema e Comandatuba tinham como acionistas a Sete International Two GmbH, subsidiária integral da Sete Brasil S.A. ("Sete Brasil"), com 75% de participação, e a Seaworthy, com 25% de participação. Em razão das circunstâncias comentadas na nota explicativa nº 04 (c), no exercício de 2015, a Seaworthy realizou o registro de perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) dos saldos dos investimentos em Itapema e Comandatuba, correspondente a R$ 16.884. d) Recuperabilidade dos investimentos nas SPEs: Em 29 de abril de 2016, a Sete Brasil Participações e Investimentos S.A. e suas controladas Sete Investimentos S.A., Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GmbH, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH ingressaram com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial do Foro da Comarca do Rio de Janeiro, o qual foi aceito pelo Juízo em 15 de junho de 2016 somente para as empresas domiciliadas no Brasil. Dessa forma, não foram aceitos os pedidos de recuperação judicial da Sete Holding GmbH, da Sete International One GmbH e da Sete International Two GmbH. O Grupo Sete recorreu de tal decisão e, em 2 de setembro de 2016, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu a inclusão dessas empresas no grupo de recuperandas do citado processo de recuperação judicial. A controlada indireta Seaworthy questiona judicialmente esta decisão e tenta revertê-la. A Seaworthy não deliberou a respeito do PRJ, por ser acionista das SPEs Itapema e Comandatuba. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria avalia que a recuperação dos recursos aplicados em Cassino, Curumim e Salinas dependem do desfecho do processo de recuperação judicial do grupo Sete Brasil, que possibilite a Sete International One possuir meios para saldar a sua obrigação. A Seaworthy consta no plano de RJ como Sócia B das SPEs Itapema e Comandatuba, (75% do capital pertence à Sete International Two GmbH). Quanto às SPEs Cassino, Curumim e Salinas, a Sete International One GmbH detém 100% do capital social. Em vista do anterior, considerando a situação financeira delicada da Sete Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme amplamente divulgado pela mídia e após a entrada do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo Sete, com o passar dos anos, existem incertezas significativas acerca da capacidade da Sete International One honrar seus compromissos financeiros assumidos nos contratos de compra e venda das SPEs Cassino, Curumim e Salinas. Assim, a Diretoria da Companhia também entende que, no cenário atual, não há perspectiva de retomada de nenhuma atividade relativa ao Projeto Sondas. No exercício de 2015, a Diretoria da Seaworthy decidiu reconhecer uma perda por desvalorização em montante correspondente à totalidade dos investimentos detidos nas SPEs Itapema e Comandatuba, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes dos contratos de compra e venda das SPEs Cassino, Curumim e Salinas. A Companhia continuará a monitorar a situação, envidando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a recuperação dos investimentos feitos. **5. Partes relacionadas:** a) Compromissos com partes relacionadas: O valor de R$ 78.890, registrado no resultado do exercício (Nota 8(a)) refere-se a notas promissórias pro soluto conferidas à Companhia pela Certha Investimentos (atual denominação da OAS Investimentos S.A.), em garantia à integralização de ações de emissão da Companhia e que deveriam ser resgatadas por dinheiro à medida em que a Companhia necessitasse de capital, na forma estipulada em Acordo de Investimentos. Essas notas promissórias foram garantidas por carta de fiança à primeira solicitação (*on first demand*) emitida pelo Banco Safra S.A. ("Banco Safra"), válida até 14 de janeiro de 2015, sendo obrigação da Certha Investimentos apresentar renovação ou nova carta de fiança em até 30 dias antes do vencimento da fiança anterior, o que não foi feito, culminando como vencimento antecipado destas notas promissórias. Diante do inadimplemento da Certha Investimentos, a Companhia requereu o pagamento da carta de fiança junto ao Banco Safra no dia 30 de dezembro de 2014. Em 6 de janeiro de 2015, o Banco Safra propôs medida cautelar, com pedido de liminar, em face da Companhia e da Certha Investimentos, solicitando a suspenção temporária da exigibilidade da carta de fiança, até o julgamento final da ação ordinária a ser proposta. A justiça, então, concedeu a liminar neste sentido, mas requereu o depósito judicial pelo Banco Safra de caução no valor da fiança bancária, o que foi feito. Em 23 de abril de 2015, o Banco Safra propôs ação ordinária, em que, em linhas gerais, pede a exoneração de qualquer obrigação decorrente do contrato de fiança ou, subsidiariamente, a resolução da fiança por onerosidade excessiva. Em 02 de maio de 2017, a juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital proferiu sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelo Banca Safra na ação ordinária e na ação cautelar. O Banco Safra tentou reverter tal decisão na 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mediante recurso de apelação. Paralelamente, o Banco Safra apresentou, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, requerimento autônomo de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, buscando a suspensão dos efeitos da sentença proferida pela juíza da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital. Em 31 de outubro 2017, a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça confirmou a decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator, que deferiu o efeito suspensivo postulado, para novamente suspender a exigibilidade da carta de fiança. O deferimento da atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação, que novamente suspendeu a exigibilidade da carta de fiança, fez com que a Companhia alterasse a sua expectativa com relação ao prazo para a sua cobrança, o que resultou no provisionamento do valor de R$ 78.890 no exercício de 2017. Após intensas negociações durante o ano de 2020, as partes chegaram a um consenso e celebraram um acordo sobre a execução da carta de fiança bancária emitida pelo Safra, o qual foi homologado em 24 de novembro de 2021 (PET no Resp nº 1927899 - RJ (2021/0070524-6)). Todas as partes cumpriram com o que restou acordado, colocando fim ao litígio e culminando com o recebimento dos recursos em dezembro de 2021. O valor foi depositado em uma *escrow account*. No exercício de 2021, a Companhia reverteu a provisão para perda no valor de R$ 78.890. b) Remuneração da Administração: A remuneração da Administração, que contempla o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia e de suas controladas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração dos administradores	269	339	269	339

6. Valor justo dos ativos e passivos: Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

		Saldos em 31/12/2021			
	Hierarquia de valor justo	Controladora Contábil	Controladora Mercado	Consolidado Contábil	Consolidado Mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2	75.547	75.547	75.547	75.547

O valor justo dos ativos e passivos financeiros corresponde ao valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O seguinte método e premissa foi utilizado para estimar o valor justo: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, outros ativos e passivos de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, reflete o seu valor justo. Hierarquia de valor justo: A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2. **7. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 145.721 (faltando integralizar R$ 50.437), e que está representado por 13.230.666 ações, sendo 5.953.800 ações ordinárias e 1.984.600 ações preferenciais classe A e 5.292.266 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

continua→★

→★ continuação

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	% participação		Quantidade de ações: Ordinárias		Preferenciais A		Preferenciais B		Total		Valor total	
Acionistas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Certha	61%	61%	4.643.884	4.643.884	198.539	198.539	3.228.283	3.228.283	8.070.706	8.070.706	88.890	88.890
FI-FGTS	39%	39%	1.309.916	1.309.916	1.786.061	1.786.061	2.063.983	2.063.983	5.159.960	5.159.960	6.394	6.394
	100%	100%	5.953.800	5.953.800	1.984.600	1.984.600	5.292.266	5.292.266	13.230.666	13.230.666	95.284	95.284

O FI-FGTS é um fundo de investimento criado por autorização da Lei nº 11.491/2007, administrado pela Caixa Econômica Federal, e que tem o FGTS como seu único cotista. Seu objetivo é proporcionar a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos em investimentos nos setores de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento. b) Política de distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,01% do lucro líquido do exercício. Tendo em vista que a Companhia não possui lucro acumulado até o exercício de 2021, não foram pagos dividendos mínimos obrigatórios. **8. Demonstração do resultado por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020** (Reapresentado)
Pessoal	(324)	(408)	(324)	(388)
Gerais	(59)	(3)	(62)	(3)
Terceiros (b)	(5.987)	(190)	(6.429)	(702)
Depreciação e amortização	(5)	(5)	(5)	(5)
Impostos e taxas	(4)	(72)	(5)	(74)
Reversão impairment (a)	78.890	–	78.890	–
Total	72.511	(678)	72.065	(1.172)
Despesas operacionais	72.511	(678)	72.065	(1.172)

a) Trata-se de reversão de impairment sobre as notas promissórias pro soluto, conforme mencionado na Nota 5; b) A variação dos exercícios entre 2021 e 2020, decorre do ganho sobre êxito no processo da carta fiança, Nota 5. **9. Resultado financeiro, líquido:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	842	492	842	492
Variação monetária/cambial ativa	523	237	523	237
Outras receitas financeiras	8	2	8	2
	1.373	731	1.373	731
Despesas financeiras				
Variação monetária/cambial passiva	(1.345)	(495)	(1.345)	(495)
Comissões e despesas bancárias	(175)	(715)	(175)	(715)
	(1.520)	(1.210)	(1.520)	(1.210)
Total	(147)	(479)	(147)	(479)

10. Gestão de risco financeiro: As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez, taxa de juros e de fluxo de caixa. A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Diretoria, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira. A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, com fins especulativos. Os principais riscos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são: Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.547	2.976	75.547	2.978

Para mitigar esses riscos, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas por agências classificadoras de riscos (*rating*) e que estejam entre as mais bem conceituadas instituições financeiras do país. A Companhia mantém mais de 90% das suas aplicações financeiras junto à Caixa Econômica Federal. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade, por exemplo, de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuem empréstimos e financiamentos. Também não possuem aplicações financeiras (equivalentes de caixa) em taxas prefixadas; somente atreladas a taxas de juros flutuantes (Nota 3). Risco de taxa de câmbio: Esse risco é oriundo da possibilidade de, por exemplo, a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um saldo de contas a pagar em moeda estrangeira no valor de R$ 4.297 e em contrapartida um valor aplicado no fundo CAIXA FIC CAMBIAL no montante de R$ 1.076. **11. Eventos subsequentes:** Não foram identificados eventos subsequentes relevantes que possam ter efeito nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Contadora: Valquiria Aparecida das Dores Batista - CRC 1SP 256849/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da **OAS Óleo e Gás S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OAS Óleo e Gás S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **OAS Óleo e Gás S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Transferência de controle de investidas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 4 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controlada indireta Seaworthy Investments GmbH (“Seaworthy”) celebrou contrato de compra e venda com a Sete Intenational One GmbH, alienando a totalidade das ações de emissão das Entidades Cassino Driling B.V., Curumim Driling B.V. e Salinas Driling B.V. Até 31 de dezembro de 2021, a Sete International One GmbH não havia liquidado suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda. A diretoria da controlada indireta Seaworthy realizou uma provisão para perda de todo o saldo a receber. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015, a Sete International Two GmbH se comprometeu a adquirir a totalidade das ações das coligadas indiretas Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. detidas pela controlada indireta Seaworthy, desde que obtidas determinadas anuências de terceiros. Até 31 de dezembro de 2021, a transferência de propriedade das coligadas indiretas Comandatuba Driling B.V. e Itapema Driling B.V. para a Sete International Two GmbH não foi concluída. Dessa forma, em funções das limitações que envolvem as discussões em andamento, não foi possível concluir sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de contas a receber e investimentos no ativo, passivos relacionados e patrimônio líquido na controlada indireta Searworthy, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021. **Ajustes de exercícios anteriores:** Durante o exercício de 2021, a diretoria da Companhia identificou ajustes de exercícios anteriores no montante de R$ (416), que foram contabilizados no resultado do exercício corrente em contrapartida à conta de provisão para perdas em investimentos no passivo. As práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio da NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, determinam que correções de erros sejam contabilizadas contra as contas impactadas pelo erro e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas de forma a refletir a referida correção. A diretoria da Companhia não efetuou os ajustes de forma retrospectiva, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e esse efeito está apresentado indevidamente no resultado do exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2021. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou com prejuízos acumulados de R$ (107.004). Esse cenário deve-se basicamente aos assuntos descritos nas Notas Explicativas nº 1 e 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, onde a Companhia divulga que: (i) todos contratos relativos a atividade operacional da Companhia foram suspensos em virtude do processo de recuperação judicial de seu cliente; e (ii) que sua controladora indireta METHA S.A. (atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) (“METHA”), juntamente com sua controladora direta CERTHA Investimentos S.A. (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial) (“CERTHA”) e outras empresas do Grupo METHA não relacionadas diretamente à Companhia, entraram em recuperação judicial em 31 de março de 2015 e tiveram seu plano de recuperação judicial homologado em 27 de janeiro de 2016. Em decisão proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA (atual denominação do Grupo OAS). O encerramento da recuperação judicial compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo METHA no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, seus efeitos positivos dependerão do sucesso das próximas ações que representam eventos futuros, os quais, nesse momento, não há como prevê-los. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo METHA. Desta forma, a continuidade operacional da Companhia, depende do sucesso da implementação das ações operacionais das suas controladoras, direta e indireta, após o fim do processo de Recuperação Judicial, bem como das definições futuras quanto ao processo de incorporação das investidas OAS Oil and Gas GmbH e Seaworthy Investments GmbH que está em andamento. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Ênfases: Acordo global - Órgãos públicos (processo de investigações em andamento)** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 e 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo METHA. O referido grupo assinou acordos com órgãos públicos se comprometendo a pagar os montantes de R$ 1.929.257 mil e R$ 226.343 mil como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. A diretoria, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos firmados pelo Grupo METHA, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas controladoras, direta e indireta, não foram consideradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de janeiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Manuel Perez Martinez Júnior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0 - S - SP

Mercado financeiro Em alta

Com fiscal e exterior, dólar chega a R$ 5,18

Com valorização de 1,25% no dia, moeda atinge maior cotação desde março do ano passado; Bolsa tem queda de 0,49%

O dólar emendou ontem o quarto pregão consecutivo de valorização e alcançou o maior valor de fechamento desde 27 de março de 2023, puxado pelo noticiário internacional e também pela decisão do governo de mudar as metas fiscais dos próximos anos. Com alta de 1,25%, a moeda fechou o dia cotada a R$ 5,18. No início da tarde, depois de entrevista do ministro Fernando Haddad (Fazenda) à GloboNews sobre a mudança da meta de 2025, o dólar chegou a bater em R$ 5,21.

"O mercado já sabia que o governo não iria entregar as metas de (*superávit*) primário, apesar dos projetos de aumento de arrecadação. O que surpreende é a velocidade da deterioração (*do novo arcabouço fiscal*). O governo está desistindo muito cedo", afirmou o economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi.

Em anúncio oficial no fim da tarde, a equipe econômica confirmou não só a mudança da meta de 2025, mas também a de 2026, adiando um ajuste nas contas públicas. Com o resultado de ontem, o dólar já acumula alta de 3,39% em abril, o que leva os ganhos no ano a 6,84%.

No campo externo, pesaram os temores de uma crise geopolítica no Oriente Médio, dada a incerteza em torno da resposta de Israel aos ataques iranianos no último sábado. Também continuam no radar do mercado os sinais de fortalecimento do dólar e de alta das taxas dos Treasuries (os títulos do governo americano), após dados de forte atividade no varejo nos EUA em março reforçarem a leitura de que o Federal Reserve (Fed) tem pouco espaço para cortar os juros nos próximos meses.

Principal termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para maio apresentou giro forte para uma segunda-feira, acima de US$ 20 bilhões

No exterior, o índice DXY – principal referência do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes – superou o patamar dos 106,200 pontos à tarde, com máximas da moeda americana em relação ao euro. Entre as divisas emergentes e de países exportadores de commodities mais relevantes, o peso chileno e o real apresentaram o pior desempenho, com perdas acima de 1%.

O economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, alterou a expectativa para a taxa de câmbio no fim do ano, de R$ 4,75 para R$ 4,85. Ele ressalta que o comportamento do real nos próximos meses estará muito ligado aos indicadores americanos e ao vaivém das apostas para o início do ciclo de corte de juros pelo Fed.

"Aumentamos a expectativa de câmbio médio de R$ 4,88 para R$ 4,98, com retomada da tendência de valorização do real apenas após o início do ciclo de cortes de juros pelo Fed, a partir de setembro (*ante cenário anterior em junho*)", disse o economista-chefe do Pine.

Na esteira do pessimismo que sustentou a alta do dólar, o Ibovespa, principal indicador da Bolsa, recuou 0,49%, para o patamar de 125,3 mil pontos – o menor desde 17 de novembro do ano passado. No mês, o Ibovespa cai 2,16% e, no ano, 6,60%. ● ANTONIO PEREZ e LUIS LEAL

EM ALTA

Dólar tem a maior cotação desde 27 de março de 2023

EM REAIS

FONTE: BROADCAST /INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'Não tem como negar influência de juros dos Estados Unidos no Brasil'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que não há como negar a influência do patamar do juros nos Estados Unidos na economia brasileira e avaliou não ser "pouca coisa pagar (*aos investidores de títulos americanos*) 5,5% de juro ao ano em dólar".

Haddad ponderou, no entanto, que ainda há espaço para o Banco Central brasileiro promover cortes na taxa Selic – hoje em 10,75% ao ano.

"Temos espaço na política monetária. 10,75% (*juro no Brasil*) ante 5,5%, 5,25% (*juro americano*), ainda temos um caminho para cortar juros, mas todo mundo fica preocupado com a taxa terminal (*a Selic no fim do atual ciclo de cortes*)", disse ele, em entrevista à GloboNews. ● GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

LIVELO S.A.

CNPJ nº 12.888.241/0001-06

Relatório da Administração

À Acionista,
Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Livelo S.A. ("Livelo"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Livelo alcançou em 2023 faturamento de R$ 5,4 bilhões e lucro líquido de R$ 1,1 bilhão, aumentos de 23% e 25,6%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A margem líquida foi de 22%, crescimento de 1 p.p. versus 2022, enquanto o caixa atingiu R$ 3,8 bilhões. O patrimônio líquido alcançou R$ 964 milhões e os ativos totais contabilizaram R$ 5,4 bilhões. Desse resultado, a Livelo alocou para a distribuição de dividendos, o montante previsto no seu Estatuto Social, correspondente a 25% do lucro líquido.

A Livelo continuará a perseguir em 2024 o fortalecimento de sua posição dos seus negócios centrais bem como investimentos estratégicos de diversificação, com constante foco na experiência e satisfação dos diferentes clientes.

Assim, a Livelo tem investido em inovação nas suas plataformas de produtos e serviços, apoiada em novas tecnologias, segurança e agilidade, de forma a manter sua posição de liderança no mercado brasileiro de recompensas, e reforço na sua relevância como um canal de vendas para empresas parceiras. A Livelo também expandiu sua presença no dia a dia de mais de 45 milhões de clientes com novos produtos, serviços e parcerias, tanto no meio digital quanto no físico.

Outros marcos para a Sociedade foi o reconhecimento de marca *Top of Mind* do segmento de Fidelidade em 2023, segundo pesquisa da ABEMF (Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Fidelização). A empresa também foi destaque em premiações relevantes como *Great Place To Work*® Brasil, ReclameAqui e Conarec.

Ao encerrarmos o exercício social de 2023, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

A Administração
Barueri, 28 de março de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.825.768	3.916.203
Instrumentos financeiros	93.574	–
Contas a receber	899.888	799.704
Impostos a recuperar	27.461	107.322
Despesas antecipadas	18.715	16.102
Adiantamento a fornecedores	7.076	55.322
Outros créditos	11.908	8.169
Total ativo circulante	**4.884.390**	**4.902.822**
Despesas antecipadas	432	1.642
Depósitos judiciais	24.593	22.185
Ativo fiscal diferido	49.106	53.035
Investimentos	330.735	254.924
Imobilizado	11.439	11.809
Intangível	86.758	3.905
Total ativo não circulante	**503.063**	**347.500**
Total do Ativo	**5.387.453**	**5.250.322**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	52.040	67.063
Contas a pagar operacionais	10.322	32.696
Salários e encargos	39.816	41.422
Impostos e contribuições a recolher	64.786	34.823
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	1.588	659
Obrigações com parceiros e clientes	3.852.105	3.926.869
Dividendos a pagar	265.667	211.530
Passivo de arrendamento mercantil	1.553	2.199
Outras contas a pagar	60.071	82.891
Total passivo circulante	**4.347.948**	**4.400.152**
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	24.915	22.378
Salários e encargos	7.376	8.252
Passivo fiscal diferido	39.340	14.830
Passivo de arrendamento mercantil	3.953	3.201
Total passivo não circulante	**75.584**	**48.661**
Capital social	139.100	139.100
Reserva legal	27.820	27.820
Reserva de retenção de lucros	797.001	–
Reserva de expansão	–	634.589
Total do patrimônio líquido	**963.921**	**801.509**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**5.387.453**	**5.250.322**

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	4.911.831	4.014.838
Custos	(3.541.353)	(2.832.596)
Lucro bruto	**1.370.478**	**1.182.242**
Despesa com pessoal	(184.522)	(155.745)
Gerais e administrativas	(375.804)	(321.580)
Resultado com equivalência patrimonial	49.352	19.772
Outras receitas	63.695	34.569
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**923.199**	**759.258**
Receitas financeiras	668.794	527.553
Despesas financeiras	(35.141)	(26.946)
Lucro antes dos impostos	**1.556.852**	**1.259.865**
Impostos correntes	(465.747)	(348.755)
Impostos diferidos	(28.437)	(64.991)
Lucro líquido dos exercícios	**1.062.668**	**846.119**
Lucro líquido básico por ação (em R$)	7,640	6,083

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido dos exercícios	**1.062.668**	**846.119**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**1.062.668**	**846.119**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva de expansão	Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**139.100**	**27.820**	**–**	**341.933**	**–**	**508.853**
Lucro do exercício	–	–	–	–	846.119	846.119
Dividendos adicionais	–	–	–	(341.933)	–	(341.933)
Reserva de expansão	–	–	–	634.589	(634.589)	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(211.530)	(211.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**139.100**	**27.820**	**–**	**634.589**	**–**	**801.509**
Lucro do exercício	–	–	–	–	1.062.668	1.062.668
Dividendos adicionais	–	–	–	(634.589)	–	(634.589)
Reserva retenção de lucros	–	–	797.001	–	(797.001)	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(265.667)	(265.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**139.100**	**27.820**	**797.001**	**–**	**–**	**963.921**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	**1.062.668**	**846.119**
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.439	64.991
Depreciações/amortizações	15.255	4.532
Provisão para perdas esperadas	10.073	(3.410)
Resultado com equivalência patrimonial	(49.352)	(19.772)
Passivos contingentes	3.466	2.161
Resultado de bens de uso baixados	3.184	–
Juros sobre arrendamento	592	342
Ganho de capital	(77.566)	(31.355)
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	(93.574)	–
Contas a receber	(114.132)	(338.489)
Impostos a recuperar	79.861	61.691
Despesas antecipadas	(1.403)	(10.413)
Adiantamento a fornecedores	52.121	65.835
Outros créditos	(3.739)	(3.443)
Depósitos judiciais	(2.408)	(2.129)
Fornecedores	(15.023)	(28.033)
Contas a pagar operacional	(22.374)	(133.069)
Salários e encargos	(2.482)	14.409
Impostos e contribuições a recolher	370.905	289.879
Impostos pagos	(340.942)	(277.984)
Obrigações com parceiros e clientes	(74.764)	569.488
Outras contas a pagar	(22.820)	2.299
Arrendamento mercantil a pagar	(6.519)	(1.878)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**799.466**	**1.071.771**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Participação societária em coligada	(35.934)	(212.954)
Juros sobre capital próprio	20.033	9.157
Adições ao imobilizado e intangível	(27.881)	(6.043)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**(43.782)**	**(209.840)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(846.119)	(455.911)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	**(846.119)**	**(455.911)**
Aumento /(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(90.435)**	**406.020**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	3.916.203	3.510.183
Saldo final	3.825.768	3.916.203
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(90.435)**	**406.020**

Diretoria

André Fehlauer - Diretor Presidente
Esther Dalmas - Diretora
Flávio Augusto Corrêa Basilio - Diretor

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente, estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem ressalvas.

ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

À Acionista: Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Diante de um cenário desafiador devido a maior competição no mercado de benefícios, a Alelo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio, aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes. No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R$ 391,6 milhões, patrimônio líquido de R$ 860,6 milhões e ativos totais de R$ 8,1 bilhões. Deste resultado, a Alelo alocou para a distribuição de dividendos, o montante previsto no Estatuto Social, correspondente a 25% do lucro líquido. A Alelo continuará a perseguir em 2024 o fortalecimento de sua posição dos seus negócios centrais bem como investimentos estratégicos de diversificação, com constante foco na experiência e satisfação dos diferentes clientes. Dessa maneira, Alelo tem investido em proporcionar flexibilidade aos empregadores, portadores e estabelecimentos comerciais em suas soluções de benefícios, bem como inovar na cadeia de mobilidade através da solução Veloe, apoiada em novas tecnologias. Ao encerrarmos o exercício social de 2023, registramos os agradecimentos da Administração aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 28 de março de 2024.
A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6.050.796	2.805.772
Instrumentos financeiros	–	149.740
Contas a receber	851.575	3.592.347
Impostos a recuperar	33.622	15.108
Despesas antecipadas	83.054	74.361
Outros créditos	120.970	139.043
Total ativo circulante	**7.140.017**	**6.776.371**
Instrumentos financeiros	161.067	–
Despesas antecipadas	2.660	21.963
Depósitos judiciais	66.481	60.543
Ativo fiscal diferido	118.220	86.507
Imobilizado	18.816	23.553
Intangível	556.101	486.610
Total ativo não circulante	**923.345**	**679.176**
Total do Ativo	**8.063.362**	**7.455.547**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	76.533	56.494
Contas a pagar operacionais	3.723.319	3.499.765
Obrigações com portadores	2.619.474	2.450.409
Programa de incentivo a vendas	33.806	10.112
Salários e encargos	94.651	90.288
Impostos e contribuições a recolher	66.769	53.760
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	9.574	6.693
Dividendos a pagar	97.901	83.613
Passivo de arrendamento mercantil	4.844	4.958
Outras contas a pagar	354.779	185.496
Total passivo circulante	**7.081.650**	**6.441.588**
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	79.623	67.872
Salários e encargos	8.777	4.541
Passivo fiscal diferido	30.703	27.586
Outras contas a pagar	264	166
Passivo de arrendamento mercantil	1.746	4.960
Total passivo não circulante	**121.113**	**105.125**
Capital social	472.414	472.414
Reserva legal	94.483	94.483
Reserva de retenção de lucros	293.702	–
Reserva de expansão	–	341.937
Total do patrimônio líquido	**860.599**	**908.834**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**8.063.362**	**7.455.547**

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	2.431.590	2.210.976
Custos	(835.016)	(680.685)
Lucro bruto	**1.596.574**	**1.530.291**
Despesa com pessoal	(438.355)	(393.118)
Gerais e administrativas	(617.166)	(452.239)
Outras receitas/(despesas)	(35.778)	(4.421)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**505.275**	**680.513**
Receitas financeiras	496.474	319.909
Despesas financeiras	(414.990)	(524.068)
Lucro antes dos impostos	**586.759**	**476.354**
Impostos correntes	(223.752)	(148.876)
Impostos diferidos	28.596	6.972
Lucro líquido dos exercícios	**391.603**	**334.450**
Lucro líquido básico por ação (em R$)	**195,801**	**167,225**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido dos exercícios	**391.603**	**334.450**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**391.603**	**334.450**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva de expansão	Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**472.414**	**94.483**	**–**	**229.340**	**–**	**796.237**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	334.450	334.450
Dividendos adicionais	–	–	–	(138.240)	–	(138.240)
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(83.613)	(83.613)
Reserva para expansão	–	–	–	250.837	(250.837)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**472.414**	**94.483**	**–**	**341.937**	**–**	**908.834**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	391.603	391.603
Dividendos adicionais	–	–	–	(341.937)	–	(341.937)
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(97.901)	(97.901)
Reserva de retenção de lucros	–	–	293.702	–	(293.702)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**472.414**	**94.483**	**293.702**	**–**	**–**	**860.599**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	**391.603**	**334.450**
Depreciações e amortizações	133.722	101.445
Provisão para perdas esperadas	(1.372)	(4.633)
Atualização programa de incentivo a vendas	(34.530)	(59.047)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	14.632	9.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.596)	(6.972)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(5.021)	(2.604)
Resultado de bens de uso baixados	–	7.062
Juros sobre instrumentos financeiros	17.225	19.462
Juros sobre arrendamento mercantil	704	153
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	(28.552)	(38.899)
Contas a receber	2.742.144	(450.683)
Imposto a recuperar	(18.514)	999
Despesas antecipadas	10.610	14.678
Depósitos judiciais	(5.938)	(5.241)
Outros créditos	18.073	(46.023)
Fornecedores	20.039	1.529
Contas a pagar operacionais	223.554	651.669
Obrigações com portadores	169.065	174.234
Programa de incentivo a vendas	58.224	48.281
Salários e encargos	8.599	16.425
Impostos e contribuições a recolher	144.215	95.993
Impostos pagos	(131.206)	(77.501)
Outras contas a pagar	169.381	69.518
Arrendamento mercantil	(6.673)	(14.445)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.861.388**	**839.719**
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(196.742)	(183.934)
Alienações ao imobilizado e intangível	907	678
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**(195.835)**	**(183.256)**
Aumento/(redução) nas atividades de financiamento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(425.550)	(183.786)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	**(425.550)**	**(183.786)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.240.003**	**472.677**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	2.805.772	2.330.491
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	5.021	2.604
Saldo final	6.050.796	2.805.772
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.240.003**	**472.677**

Diretoria

Cesario Narihito Nakamura - Diretor Presidente
Esther Dalmas - Diretora
Flávio Augusto Corrêa Basilio - Diretor

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente, estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem ressalvas.

Maxishop Administração e Participações S/A.

CNPJ.MF. 56.439.094/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da MAXISHOP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A., para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária conjuntas, no dia 29 de Abril de 2024, às 16:00 horas, na sede social à Avenida Antônio Frederico Ozanan, nº 6000, Piso Superior, Loja E1, em Jundiaí/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração; d) Alteração do Artigo 31º do Estatuto Social; e) Consolidação do Estatuto Social; f) Outros assuntos de interesse social.

Jundiaí, 12 de Abril de 2024. Presidente do Conselho de Administração

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos do Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso de suas atribuições a Presidenta do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, Senhora Camila Ribeiro Duarte Lisboa, convoca todos os funcionários da Concessionária da Linha 6 do Metrô de São Paulo – LINHA UNIVERSIDADE, para **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se na sede do Sindicato a Rua Padre Adelino, 700, Belém, São Paulo/SP, no dia **19 de abril de 2024**, a partir das 10h00 em primeira convocação, e às 10h30 em segunda convocação com todos os presentes, instaurando processo de votação on-line para deliberar sobre: **Aprovação da Pauta de Reivindicações por ocasião da data-base da categoria.**

São Paulo, 16 de abril de 2024.

Camila Ribeiro Duarte Lisboa

Presidenta

Cardway Holding S.A.

CNPJ/MF nº 50.475.622/0001-44 - NIRE nº 35300614178

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da **Cardway Holding S.A.** ("Acionistas" e "Companhia", respectivamente) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma semipresencial, conforme permitido pelo Artigo 10, (b) do Estatuto Social da Companhia, sendo presencial na sede da Companhia, localizada na Avenida Jabaquara nº 2958, conjunto 81B, Mirandópolis, CEP 04.046-500, São Paulo - SP, e a distância mediante atuação remota via sistema eletrônico de videoconferência, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia e Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e 2. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Informação Relevante:** Tendo em vista que foi acordada entre os Acionistas a prorrogação do prazo para disponibilização das Demonstrações Financeiras auditadas até que seja finalizada a respectiva auditoria independente, a Assembleia deverá ser suspensa pelo período necessário. São Paulo - SP, 15 de abril de 2024. **Alexandre Riskalla de Miranda,** Presidente do Conselho de Administração.

Fundação Adib Jatene

CNPJ/MF nº 53.725.560/0001-70 - NIRE nº 111.915.637.113

Aviso de Edital de Chamamento Público nº 001/2024

A **Fundação Adib Jatene,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente reconhecida como entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.725.560/0001-70 e Inscrição Estadual nº 111.915.637.113, à Avenida Doutor Dante Pazzanese, nº 500 - Ibirapuera - São Paulo/SP, CEP 04012-180, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do Edital de Chamamento Público nº 001/2024 - **cujo objeto é Aquisição de Sistema Automatizado para Dispensação de Medicamentos e Materiais, incluindo a Instalação, Testes de Funcionamento, Treinamentos Operacionais e Manutenções Durante a Garantia, para o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.** Data para recebimento de propostas e abertura: **23/04/2024** às 10:00h - Sala 04 - 7º andar - Prédio Torre, situado à Avenida Dante Pazzanese, 500 - Ibirapuera - São Paulo - SP. As condições, quantidades e exigências estão definidas no Edital de Chamamento Público nº 001/2024. Os interessados em participar do presente procedimento de contratação, poderão acessar no site: https://www.fundacaoadibjatene.com.br/editais/ ou encaminhar e-mail de interesse na participação para janaina.verderi@fajsaude.com.br.

Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de São Paulo – SETPESP - CNPJ nº 62.797.774/0001-42 **- EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Pelo presente Edital, ficam convocadas as Empresas de Transporte de Passageiros Rodoviárias Internacionais, Interestaduais, Intermunicipais e Rodoviárias Suburbanas, com sede ou filial no Estado de São Paulo, integrantes da Categoria Econômica representada pelo SETPESP, para a **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **23/04/2024** (3ª feira), às **10:00 horas**, em primeira convocação e às **10:30 horas**, em segunda convocação, na sede social do SETPESP, na Av. Paulista nº 2073, Ed. Horsa II, 13º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte **"Ordem do Dia":** a) **Negociações de data-base:** diretrizes a serem observadas na campanha salarial de **data-base de 2024** com a Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo (FTTRESP) e outros Sindicatos Profissionais; constituição de Comissão de Negociação; outorga de poderes ao SETPESP, bem como à Comissão de Negociação para: assegurarem a garantia de data-base; agendarem tratativas diretas com a FTTRESP e com os demais Sindicatos Profissionais; celebrarem com os mesmos Convenções Coletivas de Trabalho ou Acordos em Dissídio Coletivo; instaurarem Dissídios Coletivos de Natureza Econômica e Dissídios de Greve, no âmbito da Justiça do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões; interporem recursos ao TST de eventuais decisões normativas ou proferidas em dissídios coletivos de natureza econômica, em dissídios de natureza econômica e greve e em dissídios de greve; outorga de poderes à Comissão de Negociação ou a qualquer de seus componentes para representar o SETPESP nas fases administrativas das negociações, perante o MTE; outorga de poderes ao SETPESP para manter em aberto a presente AGE e permanentemente convocadas as Empresas, até o encerramento da campanha salarial, por meio de Convenções Coletivas de Trabalho, Acordos em Dissídio Coletivo ou decisões normativas proferidas pelos TRT's da 2ª e 15ª Regiões. b) Avaliação do setor e c) Assuntos gerais. Não havendo número legal para a realização da AGE em 1ª convocação, a mesma será realizada no mesmo dia e local, em 2ª convocação, às 10h30, com qualquer número de Empresas presentes, hipótese em que as decisões serão tomadas pela maioria em condições de votar. A omissão ou ausência implicará a perda de qualquer direito a reclamações futuras e submeterá as Empresas às decisões emanadas da AGE, referentemente aos assuntos constantes da Ordem do Dia. O direito de voto será garantido às Empresas em pleno gozo de suas prerrogativas estatutárias, podendo ser representadas por diretor, sócio ou procurador, quanto a este último, desde que munido do competente instrumento de mandato de procuração, que deverá ser apresentado no início dos trabalhos, devendo conter a outorga de poderes específicos de representação para os assuntos a serem tratados na AGE.

São Paulo, 16/04/2024. **Gentil Zanovello Affonso** – Presidente; **Antonio Laskos** – Diretor Executivo

CULTURA

AVISO - ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90012/2024/SMC-G** - Processo SEI: **6025.2024/0001426-4.**

Com critério de julgamento de **menor preço total para 12 (doze) meses** - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTE FIM, PARA O CENTRO CULTURAL MUNICIPAL DA PENHA (CCP) E O CENTRO DE REFERÊNCIA DA DANÇA (CRD), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIAS QUE INTEGRA O EDITAL DE LICITAÇÃO DO PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO COMO ANEXO II.**

A sessão será realizada no **dia 02 de Maio de 2024, às 10:00 horas.**

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90013/SMC-G-2024 -** Processo SEI: **6025.2023/0034922-1.**

Critério de julgamento de MENOR PREÇO TOTAL POR GRUPO - Objeto**: contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais de fornecimento de água mineral natural, potável e não gasosa com entrega de forma fracionada (quinzenalmente e/ou mensalmente), disponibilizada em galões de 20 litros e garrafas de 500 mililitros (ml) dentro dos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, conforme as especificações constantes do termo de referência que integra este edital de licitação como anexo I.

A sessão será realizada no dia **03 de maio de 2024, às 14:00 horas**.

Estes Editais, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site https://www.gov.br/compras.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1003725- 9.2022.8.26.0072.** Classe: Assunto: **Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito.** Requerente: **Banco Bradesco S.A.** Requerido: **Garcia e Souza Comercio de Piscinas Ltda (Solário Piscinas) EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1003725-89.2022.8.26.0072.** O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara, do Foro de Bebedouro, Estado de São Paulo, Dr. Luiz Fernando Silva Oliveira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a ré **GARCIA E SOUZA COMERCIO DE PISCINAS LTDA (SOLÁRIO PISCINAS)**, CNPJ 35184210000161, que lhe foi proposta uma Ação de Cobrança por parte de BANCO BRADESCO S.A., alegando em síntese: "O réu utilizou-se do(s) cartão(ões) de crédito(s)/compra(s), pelo(s) qual(is) comprometeu-se a, mensalmente a saldar as respectivas faturas nas datas de sua escolha: seja pela integralidade, seja pelo pagamento parcelado, o que melhor lhe conviesse. Não obstante às operações efetivadas pelo demandado e devidamente autorizadas pelo demandante, nos termos do regulamento do produto, deixou àquele de quitar as faturas nos respectivos vencimentos. Com base nas informações extraídas do extrato em questão (e eventualmente finalizado pelo relatório de aceleração) – os quais instruem o presente feito - denota-se que, somados e atualizados, os lançamentos das faturas indicam como devida a importância citada (o)(s) qual(is) totaliza(m) a importância atualizada de R$ 71.945,72 – para o(s) cartão(ões) (em cada cartão, se mais de 01). O quadro resumo infra demonstra com detalhes o(s) cartão(ões) devidamente totalizado com o título Somatória:- A Somatória do(s) Valor(es) citada no rodapé do quadro supra apresentado foi Atualizado(s), desde a(s) Data(s) da(s) Última(s) Fatura(s) (data da fatura ou do relatório de aceleração) até a data desta inicial. Cabendo ressaltar ainda, que o eventual relatório de aceleração, citado anteriormente (quando houver), nada mais é, do que o demonstrativo das parcelas vincendas, as quais são depreciadas a valor presente, desde a data do vencimento de cada parcela até a data desta inicial, expurgando-se assim, todos os eventuais juros de parcelamento (como exemplo – o Cartão BNDES). Nas faturas apresentadas demonstram-se, todas as compras (e/ou saques em dinheiro, se houveram), incluindo-se a multa, e a respectiva atualização, e em benefício do cliente, a partir da data da última fatura até a data da inicial, infra citada, houve apenas a incidência da atualização pelo INPC, ao qual foram acrescidos de juros de apenas 1% ao mês, desde a data desta(s) última(s) fatura(s)/relatório(s) de aceleração(ões), como citado supra, em detrimento do demandante, da taxa média do Banco Central para o produto de cartões. Diante da situação de inadimplência, adotou-se a conduta de contatá-lo, a fim de pudesse liquidar o débito sem a necessidade de intervenção judicial, pela via consensual, seja pelo executivo da agência (quando correntista), seja por uma assessoria de cobrança amigável, seja ainda em última instância, por este Escritório e também Patrono desta Causa. Ocorre que, mantida a situação de inadimplemento, em que pese os esforços da demandante, não restou outra alternativa senão a submeter a lide ao crivo do Poder Judiciário. Em que pese o ajuizamento, o requerente disponibiliza ainda, para uma composição a qualquer tempo, com a nossa melhor equipe de Executivos de Contas, os telefones no tronco do rodapé, ou ainda, a CENTRAL DE ATENDIMENTO NACIONAL com o n.º 4007-2367. Nesta oportunidade poderá ser concedido um desconto especial para pagamento a vista, ou ainda, um desconto considerável e conjugado com parcelamento. Por fim, pretende a autora qua presente ação seja julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, para declarar rescindido o contrato de empréstimo pactuado, pelo inadimplemento do demandado, bem como condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 71.945,72 (atualizado até o dia da data desta inicial – infra citada), nos termos da planilha de demonstrativo de débito juntada nos autos, reconhecendo-se a aplicação de multa de dois por cento (2%) já aplicada nos extratos, juros de um por cento (1%) ao mês e correção monetária, segundo índices oficiais (INPC)." Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Bebedouro, aos 15 de setembro de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 10

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 333/2023**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF – NÚCLEO DE FARMACIA/NUFAR.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS (DANTROLENO, DESFERROXAMINA E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o ITEM 10 foi declarado FRACASSADO(cancelado no julgamento por ausência de licitantes classificados). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85) 3452-3477.

Fortaleza – CE, 15 de abril de 2024.

JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR

Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE RETOMADA PARA ITENS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 218/2023**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - NUCLEO DE FARMÁCIA / NUFAR

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS (ALPRAZOLAN, AMITRIPTILINA E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 17 de abril de 2024, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** haverá a RETOMADA da licitação para os itens: 01, 02, 04, 05, 06, 11, 14, 15, 16 e 18. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 15 de abril de 2024.

ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO

Pregoeiro(a) da CLFOR

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO ICESP/FFM 2552/2024
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA ICESP/FFM RC Nº 7673/2024

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE "SOB DEMANDA"** para contratação de empresa especializada no fornecimento de "**Materiais Médicos (IMPLANTES PARA CIRURGIA DE QUADRIL)**" cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA REGULAMENTO ICESP/FFM 2553/2024
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA ICESP/FFM RC Nº 7703/2024

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE "SOB DEMANDA"** para contratação de empresa especializada no fornecimento de "**Materiais Médicos (GRAMPEADORES + CARGA)**" cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA REGULAMENTO ICESP/FFM 2559/2024
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA ICESP/FFM RC Nº 7706/2024

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE "SOB DEMANDA"** para contratação de empresa especializada no fornecimento de "**Materiais Médicos (BROCAS, FRESAS E LÂMINAS + COMODATO DE EQUIPAMENTO)**" cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

VERDE E MEIO AMBIENTE

REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO

Concorrência eletrônica **nº 012/SVMA/2023 -** Processo SEI **nº 6027.2023/0003364-0**

UASG **nº: 925020 -** Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL -** Objeto: **Contratação de obras, serviços e projetos para ações de reforma da Pista de Skate do Parque Zilda Natel, conforme Projetos Básico, Projetos Executivo, Memorial Descritivo, Orçamento e Termos de Referências disponibilizados por esta Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), nos termos e condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e divulgada no endereço eletrônico ***https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/***, que após consulta ao sistema Compras.Gov, constatou-se que o sistema não registrou o novo agendamento, sendo assim ***republicamos com devolução de prazo a SESSÃO DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/SVMA/2023, remarcada para o dia 22 de maio de 2024, às 10:30 horas.***

DOCUMENTAÇÃO: **www.comprasnet.gov.br** - RETIRADA DO EDITAL: **https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/** ou **www.comprasnet.gov.br**, ou por meio de agendamento via **svmalicitacao@prefeitura.sp.gov.br** na Divisão de Licitações e Contratos - DLC da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, na Rua do Paraíso, 387 - 9º andar - Paraíso - São Paulo/SP - CEP 04103-000, mediante a entrega de 01 (um) pen-drive.

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 - PROCESSO Nº 20240321887 - PROCESSO SEI- 006.00055205/2024-49

Encontra-se aberto na Penitenciária de Taiúva, Pregão Eletrônico destinado a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, COM ENTREGA PARCELADA, para o consumo da PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA, no período de 01 Maio a 31 de Agosto de 2024. A realização da sessão será no dia 23/04/2024 às 09h00, no endereço eletrônico www.gov.br/compras , quando serão abertas as propostas,realização da etapa de lances, negociação com os autos da melhor oferta e a adjudicação, se não houver recurso. As informações poderão ser obtidas na própria unidade através do telefone: (16)3247-6261 -(16)3247-6261 - (Ramal 212) ou no e-mail:dg@ptaiuva.sap.sp.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE ESPARADRAPO, FITA ADESIVA CREPE, FITA DEMARCADORA DE AUTOCLAVA E FITA MICROPOPORE - DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº 90017/2024**, referente ao Processo HRFV n.° 024.00044804/2024-19, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE ESPARADRAPO, FITA ADESIVA CREPE, FITA DEMARCADORA DE AUTOCLAVA E FITA MICROPOPORE - DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA**, para o Hospital Regional Dr Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia **30 de Abril** de **2024**, às **09:00** horas, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE DRENO DE PENROSE, TORNEIRINHA E POLIFIX, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº 90016/2024**, referente ao Processo HRFV n.° **024.00041223/2024-25**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE DRENO DE PENROSE, TORNEIRINHA E POLIFIX, COM ENTREGA PARCELADA**, para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia **30 de Abril** de **2024**, às **10:00** horas, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

Mexida nos impostos Nova fase

Lira quer fatiar reforma em 4 projetos; Fazenda resiste

Entrega de proposta de regulamentação das mudanças do sistema tributário, prevista para ontem, foi adiada

MARIANA CARNEIRO
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

O governo faz as checagens e negociações finais com Estados e municípios para fechar os dois anteprojetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar a operação da reforma tributária, que começa em 2026. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que deseja fatiar os textos em quatro projetos de lei, mas o Ministério da Fazenda resiste.

No desenho elaborado pela equipe econômica, um anteprojeto vai tratar do "mérito" (conteúdo) da nova tributação sobre o consumo – ou seja, sobre as alíquotas e a base tributável, que deve ser idêntica nos dois IVAs (Imposto sobre Valor Agregado) que funcionarão como espelho: a CBS (federal) e o IBS (de Estados e municípios). O segundo anteprojeto tratará sobre o "processo" e tudo o que envolve a cobrança dos tributos em si, como a articulação das secretarias estaduais de Fazenda e o Fisco nacional.

Lira sinalizou que gostaria de fatiar o debate em quatro: um sobre a cobrança do IVA; o segundo sobre o Imposto Seletivo, que vem causando temor no setor produtivo; o terceiro sobre a governança no novo regime de tributação; e o quarto sobre o processo de tributação.

Ele foi alertado, porém, que há sobreposição desses capítulos, o que poderá gerar conflitos entre os eventuais quatro relatores, além de abrir diferentes frentes de negociação, o que pode atrasar a tramitação.

O presidente da Câmara tem dito, em conversas reservadas, que gostaria de aprovar a regulamentação até o fim deste ano, quando conclui seu mandato no posto. A reforma tributária inédita no regime democrático é um dos feitos que Lira vem atribuindo à sua gestão.

> **Dificuldade**
>
> **27 legislações devem ser unificadas na regulamentação da reforma tributária**

No entanto, está em seu radar e também no da equipe do ministro Fernando Haddad, da Fazenda, a resistência de parte do setor produtivo ao tema. Os lobbies de importantes segmentos já se organizaram para brecar tentativas do governo de sobretaxar alimentos ultraprocessados, açucarados e derivados do petróleo. Há ainda tentativas de dar tratamento preferencial a representantes do agronegócio.

A equipe econômica pretende defender o tratamento equilibrado das atividades, sem a abertura de exceções, mas há reclamações de que, até o momento, o setor privado não foi ouvido pelo governo.

A promessa é de que, assim que os textos forem entregues ao Parlamento, será aberta a discussão com os setores para iniciar a negociação política. O objetivo é o de chegar à etapa de debates com segurança técnica assegurada nos anteprojetos, além do acordo com Estados e municípios sobre as diretrizes da regulamentação. O plano do Executivo é o de que a tramitação no Congresso se inicie com as três esferas de governo sintonizadas. Afinal, trata-se da convergência de 27 legislações e de milhares de regulamentações tratando do ICMS, além de inúmeras outras sobre ISS. A unificação da tributação federal (PIS, Cofins e IPI) é considerada menos complexa do que a concertação de Estados e municípios.

São discussões como, por exemplo, se os contenciosos desembocarão futuramente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ou se será necessário criar um tribunal administrativo para questões envolvendo o IBS.

A tarefa ainda não foi concluída e, por isso, a apresentação, que seria ontem, foi adiada em uma semana. Haddad viaja aos Estados Unidos enquanto sua equipe trabalha nos anteprojetos.

CONFRONTO. O ambiente político também se tornou hostil com novo confronto entre Lira e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a quem o presidente da Câmara acusa de difundir informações de que Lira saiu perdendo com a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), acusado de mandar matar Marielle Franco.

> **Calendário**
>
> **O presidente da Câmara tem dito que gostaria de aprovar a regulamentação até o fim deste ano**

O tema foi a votação na semana passada, e a prisão de Brazão foi mantida com uma margem de 20 votos além do necessário, graças à atuação de líderes ligados ao governo. Na Fazenda, o conflito é visto como algo passageiro que não contagia a agenda tributária, tratada como estrutural e de longo prazo.

Procurado, Lira disse que ainda não discutiu o assunto. ●

Mercado imobiliário Procura em alta

Ano começa com disparada de vendas de imóveis usados em São Paulo

Queda da taxa de juros e o temor de alta nos preços do mercado nos próximos anos faz consumidor correr para comprar moradia melhor agora

LUCAS AGRELA

BAIRROS COM MAIORES CRESCIMENTOS DE VENDAS DE IMÓVEIS

No começo de 2024, Vila Mariana, Itaquera e Jardim São Paulo tiveram a maior quantidade de transações de imóveis usados em São Paulo

	BAIRROS	2023	2024	VARIAÇÃO
1	VILA MARIANA	59	105	77,97%
2	ITAQUERA	45	68	51,11%
3	JD. SÃO PAULO	34	50	47,06%
4	ALTO DA LAPA	30	42	40,00%
5	IPIRANGA	100	139	39,00%
6	ACLIMAÇÃO	80	110	37,50%
7	PARAÍSO	41	56	36,59%
8	SUMARÉ	28	38	35,71%
9	LIMÃO	31	42	35,48%
10	ARTUR ALVIM	37	50	35,14%

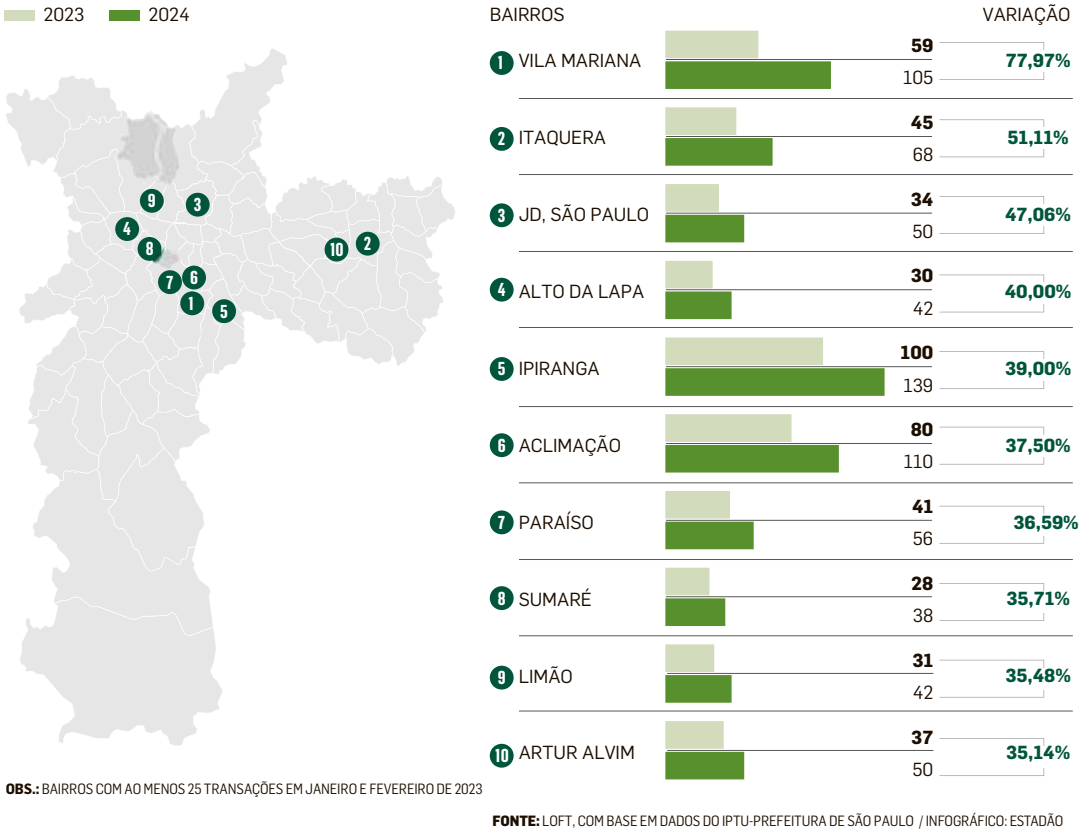
OBS.: BAIRROS COM AO MENOS 25 TRANSAÇÕES EM JANEIRO E FEVEREIRO DE 2023

FONTE: LOFT, COM BASE EM DADOS DO IPTU-PREFEITURA DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

As vendas de imóveis usados em São Paulo tiveram crescimento expressivo no primeiro bimestre deste ano em relação a 2023. Levantamento feito pela plataforma de comercialização de imóveis Loft, com dados do IPTU da cidade, mostram que Vila Mariana, Itaquera e Jardim São Paulo lideraram o ranking de vendas na capital, com altas de 78%, 51% e 47%, respectivamente.

O estudo, feito com exclusividade para o **Estadão**, mostra ainda que, em número de vendas, a liderança ficou com Vila Andrade (245), seguida de Bela Vista (205) e Tatuapé (201). Empresas como Cyrela, Plano&Plano, MRV, Cury e Tenda têm projetos de novos apartamentos nesses bairros.

Para o especialista em dados da Loft, Fábio Takahashi, o aumento das vendas nessas regiões da capital paulista é reflexo de movimentos no cenário macroeconômico do País, embora os bancos ainda não tenham reduzido de forma significativa as taxas de financiamento para moradias. "Os dados confirmam esse movimento de aquecimento do mercado imobiliário iniciado com a queda da taxa de juros", diz.

Outro fator que motiva a compra de imóveis neste começo de ano, especialmente os menores, segundo Takahashi, é a expectativa de alta de preços ao fim do ciclo de queda da taxa Selic. De acordo com o Relatório Focus do Banco Central, a Selic deve chegar a 9% ao fim deste ano, indo a 8,5% em 2025, patamar a ser mantido até 2027.

BUSCA DE LIQUIDEZ. Já o IGP-M, índice usado para reajuste de contratos de aluguéis, a estimativa para 2024 é de alta de 2%; e para 2025, 3,65%. A alta modesta prevista é um dos fatores que levam proprietários a colocarem seus imóveis de aluguel à venda em busca de liquidez, fomentando o mercado de usados.

Com os juros em queda, o mercado imobiliário tende a se beneficiar, tanto pela redução no custo dos financiamentos quanto pelo efeito psicológico do consumidor ver o dinheiro aplicado rendendo menos. "Ainda é um momento interessante para financiamento e pode melhorar ao longo do ano se tivermos redução dos juros como o mercado espera", diz o diretor do banco Inter Flávio Ramos Queijo.

O gerente-geral de negócios da Cyrela, Alexandre Dentes, diz que a Vila Mariana é um dos bairros para onde as pessoas mais se mudam, o que leva a região a ter estoque baixo. Ou seja, tudo que é lançado é rapidamente vendido. Com isso, o mercado de usados também tem forte demanda. "O motivo da demanda na região é a sua localização estratégica. A Vila Mariana é a arquibancada do parque do Ibirapuera. Todo paulistano quer estar perto do trabalho e ter um pouco de prazer indo ao parque, e a Vila Mariana oferece as duas coisas", diz Dentes.

Outra região com bastante demandada é Itaquera. A podóloga Nara Helen conta que tinha um imóvel localizado próximo ao Parque do Carmo, comprado em 2017 por R$ 216 mil. Em pouco mais de um mês, após anunciar numa imobiliária local, foi vendido por R$ 255 mil. Para efeito de comparação, o tempo médio de venda de um imóvel é de 16 meses, segundo dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. "Eu pensei que fosse demorar mais tempo, porque não é algo barato, como uma televisão. Era uma venda de mais de R$ 200 mil", diz Nara.

Segundo dados da Rede Lopes, que tem cerca de 40 imobiliárias na capital paulista, o mercado de imóveis usados na cidade teve crescimento significativo entre janeiro e março de 2024 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Na zona sul da cidade, os principais destaques foram os bairros Vila Olímpia, Moema, Chácara Santo Antônio e Santo Amaro, onde os números de transações mais do que dobraram em relação ao mesmo período de 2023.

Demanda
Em bairros da zona norte, como Casa Verde e Tucuruvi, as vendas cresceram mais de 30%

Na zona norte, bairros como Casa Verde, Vila Guilherme e Tucuruvi tiveram alta expressiva nas vendas de imóveis usados, de mais de 30% nas transações. Na zona oeste, os bairros Jardim América, Pinheiros, Itaim Bibi e Lapa também tiveram aumento significativo nas vendas de usados. "Há um déficit não só de moradias, mas de qualidade habitacional. Pelo preço médio, nesses bairros, as compras são um upgrade", diz o diretor da Rede Lopes, Matheus de Souza Fabricio. ●

COLUNA FIABCI-BRASIL

INFORME PUBLICITÁRIO

SÃO PAULO, 16/04/2024

Liberdade de expressão e seus desafios contemporâneos

**Por Flavio Amary*

Divulgação

Ainda existem dilemas para que a sociedade usufrua plenamente desse direito, essencial à democracia liberal e à construção do pensamento crítico

A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais para sustentar a democracia liberal, uma ideologia política que enfatiza a soberania social por meio da liberdade individual de opinião e escolha, defesa dos direitos humanos e igualdade perante a lei.

Contudo, apesar da aparente clareza desse princípio, o tema é mais complexo e multifacetado do que parece à primeira vista. Isso ocorre porque, mesmo em democracias, ainda enfrentamos desafios relacionados a esse direito.

Há quem acredite que, em certos contextos, vivemos uma "tirania velada", onde pressões sutis ou não tão sutis assim limitam a manifestação plena das ideias. E essa perspectiva ressalta a necessidade contínua de vigilância e defesa da liberdade de expressão em todas as suas formas.

Mesmo em democracias consolidadas, existem ameaças à liberdade de expressão que podem surgir de diversas fontes, incluindo o Estado, grupos políticos extremistas, interesses corporativos e, até mesmo, intimidações sociais.

Um dos desafios mais urgentes é o fenômeno da censura e da supressão da liberdade de expressão online. Com o avanço da tecnologia digital e das mídias sociais, as plataformas online se tornaram espaços essenciais para o debate público.

No entanto, essas mesmas plataformas podem ser consideradas facas de dois gumes, pois também enfrentam críticas por sua capacidade de amplificar discursos de ódio, desinformação e extremismos, além de permitir que governos e empresas controlem algoritmos que moldam as informações que temos acesso.

Os veículos de comunicação, que desempenham um papel crucial na disseminação de informações e na garantia desse direito, também enfrentam dilemas éticos e pressões comerciais.

Outro fato inegável é que a polarização política e a intolerância crescente em muitas sociedades têm levado a um aumento da censura e autocensura, à medida que indivíduos e grupos se sentem cada vez mais pressionados a conformar-se com as opiniões dominantes ou a evitar tópicos controversos, por sentirem receio e medo - sentimento que não deve ser considerado normal, quando se trata de um direito constitucional.

Precisamos, mais do que nunca, da tolerância e da abertura para o diálogo. Independentemente de lados ou ideologias, todas as pessoas merecem respeito e precisam se sentir igualmente seguras para manifestarem opiniões em diferentes espaços.

É importante reforçar que a verdadeira riqueza de uma sociedade reside na diversidade de pontos de vistas. Quando permitimos que diferentes vozes se expressem, criamos um ambiente fértil para o desenvolvimento intelectual, social e econômico de um território. E isso faz toda a diferença para um país!

A liberdade de expressão, especialmente no mercado imobiliário, está geralmente vinculada a questões políticas e sociais. Mudanças nas leis de zoneamento, programas habitacionais e incentivos fiscais são frequentemente debatidos.

Nesse cenário, a participação ativa não apenas de políticos e cidadãos, mas também de profissionais e investidores do setor, é essencial para moldar políticas públicas de forma democrática e, consequentemente, promover um desenvolvimento urbano justo que atenda a ambas as partes.

Defender a liberdade de expressão é defender a evolução individual e coletiva, as melhorias dos espaços que ocupamos e o desenvolvimento do pensamento crítico, independentemente de concordarmos com elas. É também defender o direito de errar e aprender, pois o erro é parte do processo que é viver. Em uma democracia, ambos os lados precisam ter espaço para se expressar.

Entretanto, vale ressaltar que a liberdade de expressão não é uma desculpa para promover discursos de ódio, violência, intolerância ou ser antiético. Devemos exercer o direito com responsabilidade, considerando o impacto de nossas palavras.

Flavio Amary é presidente da Federação Internacional Imobiliária (FIABCI-BRASIL)

*Coluna publicada às terças-feiras sob responsabilidade da **FIABCI-BRASIL** (Federação Internacional Imobiliária) Tel: (11) 5078-7778 - www.fiabci.com.br - Produção gráfica: **Publicidade Archote***

Estatal Conselho de administração

Conselheiro é restituído ao cargo na Petrobras

Sergio Rezende havia sido afastado na semana passada; governo agora espera pela restituição do presidente do colegiado

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O desembargador Marcelo Saraiva, do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, sustou ontem a decisão liminar da semana passada que havia afastado o ex-ministro Sergio Rezende do conselho de administração da Petrobras. Com isso, a expectativa de integrantes do governo é de que o presidente do colegiado, Pietro Sampaio Mendes, também seja restituído ao cargo antes de sexta-feira, quando o conselho tem a próxima reunião ordinária.

A expectativa é de que nesta reunião seja discutida a distribuição dos dividendos extraordinários, no valor de R$ 43,9 bilhões, para que o tema seja concluído até a assembleia geral de acionistas, no próximo dia 25. Mas ainda existem dúvidas sobre se os estudos técnicos sobre o tema serão concluídos a tempo. Pessoas a par do assunto dizem que é possível que haja a convocação de uma reunião extraordinária do conselho de administração, antes do dia 25, específica para tratar de dividendos.

Até lá, a União trabalha para restituir seus indicados no comitê, alegando que a perda de representatividade pode atrapalhar a defesa dos interesses do governo na estatal. Mendes é secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, e foi indicado pelo titular da pasta, Alexandre Silveira. Rezende foi uma indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ex-ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula 2, Rezende havia sido afastado no dia 8, por decisão do juiz Paulo Cezar Neves Junior, da 21.ª Vara Cível Federal de São Paulo. A ação civil pública proposta pelo deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP) alegou que a indicação não cumpriu os requisitos do estatuto da companhia, porque não houve lista tríplice elaborada por empresa de recursos humanos e Rezende era dirigente partidário (do PSB).

Na decisão proferida ontem, o desembargador Saraiva afirmou que a ausência de lista tríplice não foi constatada pelo juízo e que Rezende, no momento em que tomou posse no conselho, em abril de 2023, já não era dirigente do PSB. Ele pediu afastamento da sigla em 6 de março de 2023.

QUARENTENA. Em 16 de março, o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski, hoje ministro da Justiça, derrubou em decisão liminar o trecho da Lei das Estatais que exigia uma quarentena de 36 meses para dirigentes políticos. Por isso, segundo Saraiva, a nomeação de Rezende não é ilegal.

> **Lista tríplice**
> **Mudanças na Lei das Estatais e no estatuto da Petrobras fundamentaram a decisão da Justiça**

Além disso, o desembargador afirma que a própria Petrobras alterou o seu estatuto, em novembro de 2023, retirando a quarentena de sua lista de exigências, em linha com a decisão de Lewandowski. Até hoje, a decisão temporária do ex-ministro que limitou os efeitos da Lei das Estatais não foi levada à avaliação do plenário da Corte. ●

Haddad diz que decisão sobre dividendos cabe ao conselho da estatal

Questionado sobre a distribuição de dividendos extraordinários pela Petrobras, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que não cabe a ele antecipar uma decisão que será tomada pelo conselho da estatal. Mas repetiu que o caixa da empresa é "mais do que suficiente" para honrar os compromissos de investimento este ano.

"Penso que hoje o governo está mais bem informado sobre a situação de caixa da Petrobras", disse o ministro em entrevista à GloboNews.

Haddad explicou que cabe à Fazenda informar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva se a distribuição de dividendos afeta o plano de investimentos da estatal. Há duas semanas, Haddad já havia dito que a resposta da direção da estatal sobre a suficiência de caixa para o plano de investimentos é que definiria a distribuição dos dividendos.

Integrantes do Executivo avaliam que o conselho de administração tende a retomar o plano original da diretoria e avaliar a proposta de distribuição de 50% destes recursos na próxima reunião, que deve ocorrer antes de 25 de abril. ● GIORDANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPO

Privatização Estatal paulista

Três empresas devem disputar leilão da Emae

WILIAN MIRON

O leilão de privatização da estatal de energia paulista Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), marcado para a próxima sexta-feira, contará com três potenciais compradores para o ativo, que estiveram na manhã de ontem, na B3, em São Paulo, para entregar os envelopes das propostas. Estão entre os potenciais compradores a francesa EDF, a Matrix Energy e o Fundo Phoenix.

O vencedor do certame será o consórcio que apresentar o maior valor unitário a ser pago por ação acima do preço mínimo definido, de R$ 52,85 a cada uma das 14,7 milhões de ações que o Estado detém diretamente na companhia e outras 350 mil que pertencem ao Metrô. Sem ágio, o valor de referência da privatização seria de R$ 779,815 milhões.

No dia do leilão, haverá a sessão pública de abertura de envelopes dos proponentes com a proposta de preço e a classificação dos lances. Caso existam ofertas com valores iguais ou até 20% inferiores ao da maior proposta, haverá disputa em viva-voz.

Os interessados que estiveram ontem na B3 têm de apresentar garantias financeiras de 1% do valor total estipulado para a alienação das ações.

FUNCIONÁRIOS. Na operação, os empregados da Emae poderão comprar até 10% da companhia, o equivalente a 3,6 milhões de ações ao preço mínimo do ativo.

A venda da última estatal de energia de São Paulo tem sido tratada como um teste para a futura privatização da Sabesp, considerada a joia da coroa do governo paulista e também a operação mais aguardada. ●

JULIANA GARÇON, CRISTIANE BARBIERI, CYNTHIA DECLOEDT E EDUARDO PUCCIONI
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Grupo de credores com R$ 3 bi deve ditar rumos da assembleia da Light

Os detentores de títulos de dívida da Light emitidos no exterior (*bondholders*) que possuem US$ 600 milhões (mais de R$ 3 bilhões) em papéis da companhia ainda estudam se aceitarão os termos do acordo preliminar fechado na última quinta-feira, 11, pela Light com credores. Segundo fontes, o grupo poderá ser o fiel da balança na assembleia geral de credores (AGC) que está marcada para o próximo dia 25. Em recuperação judicial desde maio do ano passado, a Light SA tem dívidas de R$ 11 bilhões, entre débitos das subsidiárias nos negócios de distribuição (Light Sesa) e de geração (Light Energia). A Sesa concentra a maior parte dos débitos, somando cerca de R$ 9 bilhões.

PLANO DE RECUPERAÇÃO

WILTON JUNIOR / ESTADÃO - 1/6/2023

Os entendimentos realizados até agora não significam que a proposta da Light terá votação tranquila na assembleia de credores, no dia 25

Acordo com bancos repactuou R$ 1 bi

O grupo Light conseguiu um acordo de repactuação de créditos da Light Energia com bancos que detêm cerca de R$ 1 bilhão em dívidas da empresa. A companhia se comprometeu a manter as condições originais de juros e prazo. Os juros não pagos por conta do intervalo de proteção serão quitados ao longo do período.

Há também acerto com debenturistas

A empresa acertou também um acordo preliminar com o comitê de gestores de fundos que carregam debêntures de oito emissões da Sesa, de R$ 4,96 bilhões. O acerto teve recomendação favorável dos assessores financeiros dos debenturistas e, segundo a companhia, inclui aditamento ao plano de recuperação judicial.

● **DE OLHO.** Os entendimentos, porém, não significam que a proposta da Light terá votação tranquila na assembleia de credores, alerta um observador. A aprovação do plano de recuperação judicial exige a maioria dos votos por cabeça e por total de créditos. A companhia deve levar à reunião os termos do acordo preliminar, e então as discussões com os credores podem resultar em ajustes no texto.

● **UNIDOS.** Os bancos que aderiram à proposta da Light devem se manter coesos, mas têm um peso pequeno no total do endividamento. Já os debenturistas com papéis da Sesa são mais heterogêneos, com gestoras de fundos de investimento, bancos, agentes fiduciários e pessoas físicas. O entendimento anunciado pela companhia foi fechado com o comitê que representa esses credores, mas não implica concordância de todos.

● **FIEL...** Por sua vez, o grupo de *bondholders*, com bancos e fundos de investimento, tende a votar junto. Por isso, a fatia de dívidas, que somam 27,3% do total, deverá ser determinante na votação, analisa uma fonte.

● **...DA BALANÇA.** Estes credores ainda não deram indicação do que desejam para embarcar no acordo, mas tampouco fizeram críticas. A expectativa é de que busquem ajustes nos termos antes ou durante a AGC, que será realizada apenas por meio de plataforma eletrônica.

● **EM NEGOCIAÇÃO.** Ontem, a Light comunicou ao mercado que "a repactuação em questão permanece sujeita à negociação e à celebração dos documentos definitivos entre as partes signatárias do acerto preliminar assinado em 11 de abril de 2024, incluindo a sua inclusão em um aditamento ao plano de recuperação judicial da Light a ser oportunamente apresentado no âmbito da RJ".

● **AQUISIÇÃO.** Especializado em softwares de gestão e soluções tecnológicas, o Grupo Benner adquiriu a Moderna, que atua em hospitais de olhos e clínicas médicas, como parte de um plano de investimento de R$ 80 milhões em dois anos. O Benner já tem presença forte na área, com 150 planos de saúde entre seus clientes, ou 40% do mercado, e abre uma nova frente de negócios com as soluções a clínicas especializadas.

● **PERFIL.** Com faturamento de R$ 330 milhões no ano passado, o Grupo Benner tem 1,6 mil funcionários.

● **CAPTAÇÃO.** A XP conseguiu levantar 25% a mais do que o inicialmente esperado no processo de captação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FDIC). O fundo Credit Opportunities atraiu R$ 718 milhões de investidores qualificados, com um prazo de 5,5 anos e a busca de uma rentabilidade líquida de CDI + 6%.

● **ESTRATÉGIA.** O aumento dos riscos geopolíticos está fazendo crescer também o número de companhias repensando suas parcerias globais. Segundo o Boston Consulting Group, 33% das empresas avaliam a possibilidade de transferir suas joint ventures para outros lugares, 16% pretendem renegociar os termos das parcerias e 13% irão encerrar essas operações.

SOBE

Importação brasileira de aço cresceu 46% em março

WILTON JUNIOR / ESTADÃO - 15/12/2021

O Instituto Aço Brasil informou ontem que as importações de aço somaram 486 mil toneladas em março, alta de 46% sobre o mesmo mês de 2023. Em valores, totalizaram US$ 452 milhões, queda de 5,5% na mesma comparação. No primeiro trimestre, as compras externas chegaram a 1,3 milhão de toneladas, aumento de 25,4% frente ao mesmo período de 2023. Os valores importados foram de US$ 1,3 bilhão, avanço de 0,6%.

DESCE

Exportações de produtos siderúrgicos caem 23%

DENNY CESARE / ESTADÃO - 11/11/2016

As exportações brasileiras de aço somaram 942 mil toneladas em março, um recuo de 23,2% sobre o mesmo mês de 2023, segundo o Instituto Aço Brasil. As receitas foram de US$ 774 milhões, uma queda de 25,6% na mesma comparação. Nos três primeiros meses de 2024, os embarques chegaram a 2,6 milhões de toneladas, redução de 17,9% em relação a igual período de 2023. O faturamento com os envios totalizaram US$ 2 bilhões, baixa de 22,8%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 125.333,89 PTS. | Dia -0,49% | Mês -2,16% | Ano -6,60%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BRF SA ON NM	17,90	10,15	42.900
MARFRIG ON NM	10,43	4,82	26.307
JBS ON NM	23,03	4,21	23.963

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CVC BRASIL ON NM	2,03	-9,38	19.632
MAGAZ LUIZA ON	1,53	-7,83	58.607
VAMOS ON NM	7,58	-6,42	23.484

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

10/4 a 10/5	0,0836	0,7542	0,5840	0,5000
11/4 a 11/5	0,0808	0,7513	0,5812	0,5000
12/4 a 12/5	0,7173	0,7513	0,5572	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	37.735,11	-0,65	-5,21	0,12
FRANKFURT - DAX	18.026,58	0,54	-2,52	7,61
LONDRES - FTSE	7.965,53	-0,38	0,16	3,00
TÓQUIO - NIKKEI	39.232,80	-0,74	-2,82	17,24

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,95	3.178,20
	15/5/2035	5,97	2.246,31
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	5,97	4.381,12
PREFIXADO	1º/1/2027	10,76	758,37
	1º/1/2031	11,65	479,24
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.671,23

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	0,19	1,58	3,40
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-0,30	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,46	0,26	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,83	0,16	1,42	3,93
CUB (Sinduscon)	0,11	0,10	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,51	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	1,0393
IGP-DI (FGV)	-1,0400	INPC (IBGE)	1,0340
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,51	-0,28	-1,41	-9,79
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	20,02	167.803	20,00	20,60	-2,10
CAFÉ NY*	JUL/24	226,85	118.789	214,80	230,55	2,90
SOJA CBOT**	MAI/24	11,58	236.195	11,555	11,76	-1,34
MILHO CBOT**	JUL/24	4,44	537.361	4,423	4,47	-0,67

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	122,04	0,65	-11,55
BOI Cepea/esalq, R$/@	230,70	-0,50	-19,31
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	59,70	0,08	-21,44
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1244,87	28,17	10,61

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1852	1,25	3,39	6,84
DÓLAR TURISMO	5,3700	0,96	2,93	6,23
EURO	5,5090	1,12	1,81	2,59
OURO	343,000	1,81	0,00	20,77
WTI US$/BARRIL	85,1500	0,18	2,73	19,44
IBRENTUS$/BARRIL	90,2600	0,69	3,94	17,16

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0625	1,2446	0,1930
EURO	0,941	1,0000	1,1715	0,1817
FRANCO SUÍÇO	0,912	0,9692	1,1353	0,1761
LIBRA ESTERLINA	0,804	0,8536	1,0000	0,1550
IENE	154,231	163,8610	191,9590	29,7680

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

INÊS249

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO

Encontra-se aberta na Penitenciária de Mairinque, localizada no município de Mairinque, PREGÃO ELETRÔNICO número 90004/2024, destinado a Aquisição de MATERIAIS E ARTIGOS DE LIMPEZA para utilização nesta Unidade Prisional, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 29/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: https://www.comprasnet.gov.br . O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: https://www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇOES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária de Mairinque.

Encontra-se aberto, na Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba, Pregão Eletrônico nº 004/2024, destinado à aquisição Materiais de limpeza, higiene e vestuario para kit inclusão . A realização da sessão será no dia 29/04/2024 às 09:00 horas, na sala da Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos, sito à Av. Dr. Antônio de Souza Neto, 100, Aparecidinha – Sorocaba/SP, através do endereço eletrônico https://www.comprasnet.gov.br/.
O edital poderá ser retirado na integra no site https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Maiores informações pelo telefone (15) 3325-4008.

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária "Orlando Brando Filinto" de Iaras, PREGÃO ELETRÔNICO número 90004/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros para o período de Maio a Agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 29/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária "Orlando Brando Filinto" de Iaras.

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária "ASP Maria Filomena de Sousa Dias", localizada no município de Itapetininga, PREGÃO ELETRÔNICO número 90002/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios PERECÍVEIS para o período de maio a junho de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 29/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" de Itapetininga.

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 - PROCESSO Nº 20240267657 - PROCESSO SEI- 006.00061604/2024-49

Encontra-se aberto na Penitenciária de Taiúva, Pregão Eletrônico destinado a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, COM ENTREGA PARCELADA, para o consumo da PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA, no período de 01 Maio a 31 de Agosto de 2024.
A realização da sessão será no dia 29/04/2024 às 09h00, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, quando serão abertas as propostas,realização da etapa de lances, negociação com os autos da melhor oferta e a adjudicação, se não houver recurso.
As informações poderão ser obtidas na própria unidade através do telefone: (16)3247-6261 -(16)3247-6261 - (Ramal 212) ou no e-mail:dg@ptaiuva.sap.sp.gov.br

---

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024 - PROCESSO Nº 20240352023 - PROCESSO SEI-006.00115839/2024-68

Encontra-se aberto na Penitenciária de Taiúva, Pregão Eletrônico destinado a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIRO, COM ENTREGA PARCELADA, para o consumo da PENITENCIÁRIA DE TAIÚVA, no período de 01 Maio a 31 de Agosto de 2024.
A realização da sessão será no dia 24/04/2024 às 09h00, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, quando serão abertas as propostas,realização da etapa de lances, negociação com os autos da melhor oferta e a adjudicação, se não houver recurso.
As informações poderão ser obtidas na própria unidade através do telefone: (16)3247-6261 -(16)3247-6261 - (Ramal 212) ou no e-mail:dg@ptaiuva.sap.sp.gov.br

---

Acha-se aberto na Penitenciária "Luiz Gonzaga Vieira" de Pirajuí, PREGÃO ELETRÔNICO nº 380164-90005/2024, Processo SEI 006.00127435/2024-17, CÓDIGO ÚNICO 20240370308 destinado a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS - (LEITE E DERIVADOS) participação restrita Exclusividade, ME, EPP, Cooperativa e com participação Ampla com cota de 25%, do tipo MENOR PREÇO, destinado aos sentenciados e funcionários desta unidade, para o fornecimento de 04 (quatro) meses compreendendo o período de 01/05/2024 à 31/08/2024.
A sessão pública ocorrerá no dia 29/04/2024, às 09:00 horas, na Sala do Núcleo de Finanças e Suprimentos, sito a Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 06, Pirajuí/SP.
O EDITAL resumido será disponibilizado para consulta e cópia na Internet através do endereço www.gov.br/compras, e ainda poderá ser consultado e ou retirado no Núcleo de Finanças e Suprimentos, na Penitenciária Luiz Gonzaga Vieira de Pirajuí, sito à Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman Km 06, em Pirajuí, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e as informações suplementares através do telefone (0xx14) 3584-8897.

Acha-se aberto na Penitenciária "Luiz Gonzaga Vieira" de Pirajuí, PREGÃO ELETRÔNICO nº 380164-90006/2024, Processo SEI 006.00127480/2024-71, CODIGO ÚNICO 20240370551 destinado a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS - participação restrita Exclusividade, ME, EPP, Cooperativa e com participação Ampla com cota de 25%, do tipo MENOR PREÇO, destinado aos sentenciados e funcionários desta unidade, para o fornecimento de 04 (quatro) meses compreendendo o período de 01/05/2024 à 31/08/2024.
A sessão pública ocorrerá no dia 29/04/2024, às 09:00 horas, na Sala do Núcleo de Finanças e Suprimentos, sito a Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 06, Pirajuí/SP.
O EDITAL resumido será disponibilizado para consulta e cópia na Internet através do endereço www.gov.br/compras, e ainda poderá ser consultado e ou retirado no Núcleo de Finanças e Suprimentos, na Penitenciária Luiz Gonzaga Vieira de Pirajuí, sito à Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman Km 06, em Pirajuí, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e as informações suplementares através do telefone (0xx14) 3584-8897.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

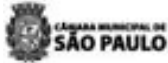
COMPRA REGULAMENTO FFM 2532/2024

A FFM ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **LIMPEZA TÉCNICA DE FACHADA**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
COMPLEMENTAÇÃO

A Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - CREDIPAULISTA, inscrita no CNPJ sob número 03.139.644/0001-53, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 10 (dez) delegados regionais em condições de votar, que representarão os 7.261 (sete mil, duzentos e sessenta e um) cooperados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar na sua sede social, à Rua Barão de Itapetininga, nº 93, 6º andar, conjunto 606, no dia 27/04/2024, às 08:00h (oito horas), em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos delegados, desde que se obtenha um mínimo de dez delegados; às 09:00h (nove horas), em segunda convocação, com a presença mínima da metade mais um dos delegados, desde que se obtenha um mínimo de dez delegados, ou às 10:00h (dez horas), em terceira convocação, com a presença mínima de dez delegados, para deliberarem sobre o seguinte assunto: ORDEM DO DIA: 1-) prestação das contas do exercício de 2023, compreendendo: o Relatório da Gestão, o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Sobras e o Parecer do Conselho Fiscal; 2-) destinação das sobras apuradas do exercício de 2023; 3-) utilização e aplicação dos recursos oriundos do FATES; 4-) fixação do valor global para pagamento dos honorários (pró-labore), bônus e gratificações dos membros da Diretoria Executiva e para cédula de presença do Conselho Fiscal; 5-) eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; 6-) aprovação da Política de Remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como da Política de Atividade de Auditoria Interna, e 7-) outros assuntos de interesse da Cooperativa. OBS.: As eleições para membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal realizar-se-ão por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, no dia 27/04/2024, no horário supra estabelecido e as inscrições estarão abertas entre os dias 23 e 24/04/2024, no período das 10:00 às 14:00 horas, devendo os requerimentos de registro de chapa para concorrer à Diretoria Executiva e das candidaturas ao Conselho Fiscal ser entregues, pessoalmente, na sede da CrediPaulista, observado o disposto no Regulamento Eleitoral. São Paulo, 12 de abril de 2024. Magda de Lourdes Pereira Presidente K-16/04

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP FSCM 00733/24-Aquisição de cabos elétricos para uso da Ogen Guarulhos - Diretoria de Operação e Manutenção. Recebimento das Propostas: a partir da 00h00 do dia 02/05/2024 até às 09h15 do dia 03/05/2024, no site www.sabesp.com/br/licitacoes. Abertura das propostas às 09h15 do dia 03/05/2024 pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes permanentemente aberto, através do site acima. O edital completo será disponibilizado a partir de 17/04/2024 para consulta e cópia no site acima. SP, 16/04/2024 - FSCM.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente informa **NOVO HORÁRIO para Audiência Pública Semipresencial** que será realizada em **18/04/2024 (quinta-feira)**, às **15h00**, para debater a seguinte matéria:

Projeto:
1) PL 163/2024 – Executivo Ricardo Nunes -
Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, visando à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica; bem como altera os arts. 10 e 11 e revoga os arts. 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Data: **18/04/2024 (quinta-feira)**
Novo horário: 15h00
Local: Plenário 1º de Maio (1º andar) e Auditório Virtual
Câmara Municipal de São Paulo, Endereço: Viaduto Jacareí, 100

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.
Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Caso não possa, por qualquer motivo, participar da videoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (24.04.2024)
Prezado Sr. (a). Associado (a),

Pelo presente e na melhor forma de direito, ficam os Senhores (as) Associados (as) da Associação Villa Solaia Residencial, com sede na Alameda Cabernet Norte, 25, Residencial Villa Solaia, Barueri, **CONVOCADOS** a participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2024**,que será realizada em formato presencial, nas dependências da Associação **(Salão anexo da Academia)**, que será realizada no dia **24 de abril de 2024**, com início previsto para às 19h (horário de Brasília) em primeira chamada representando quórum estatutário de metade mais um dos associados, ou às **19h30** (horário de Brasília) em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia

1. Apreciação, deliberação e votação da prestação de contas do período de janeiro a dezembro de 2023, com apresentação do Relatório da Auditoria Externa;
2. Taxa Associativa – Exame e aprovação da proposta orçamentária que vigerá entre (maio de 2024 a abril de 2025);
3. Apresentação e deliberação referente a reforma das quadras;
4. Apresentação e deliberação do Regulamento de uso da Academia;
5. Apresentação e dleiberação acerca do aproveitamento e conservação da faixa lindeira ao Residencial Fazenda Tamboré, nos termos do Termo de Aututorização e Compromisso firmado em 27/12/2006, entre a Associação (representada pela Loteadora) e a Prefeitura de Barueri;
6. Eleição do Conselho Diretor da Associação para o biênio (maio 2024 a abril 2026) e dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes;
7. Aprovação da nomeação de Comissão deTrabalho para definir o planejamento da Associação para o período de 2025 até 2034, envolvendo novos investimentos, serviços, manutenções e obras para o residencial;
8. Assuntos gerais.
Para efeitos legais, considera-se a convocação feita, nos moldes do Estatuto Social, por meio da **expedição, publicação do presente EDITAL e disponibilização pelos meios eletrônicos**.
Associados em débito: Poderão participar, mas sem direito a votar e ser votado, nos termos do parágrafo 1º do artigo 15 do Estatuto Social.
Procuração: É permitido o voto por procuração. Cada pessoa nomeada procurador, poderá representar somente um proprietário, nos termos do parágrafo segundo do art. 15 do Estatuto Social.
Vinculação das decisões: Todas as decisões tomadas obrigam todos, inclusive os ausentes e os participantes por inadimplência, que não poderão alegar falta de oportunidade para se manifestar e desconhecimento das deliberações para não cumprir as normas aprovadas;
Prestação de contas: As pastas de prestação de contas de 2023, estão disponíveis em forma eletrônica no sistema no site da GK Administradora (www.gk.com.br) no menu finanças – prestação de contas online.

Barueri, 15/04/2024

Julimar Duque Pinto
Presidente do Conselho Diretor
CPF: 142.403.388-83

A COOPS SAUDE Coop. Dos Profissionais na Área da Saúde, convoca seus associados regularmente inscritos na cooperativa, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na Av. Luís Carlos Berrini, 1748 conj. 1710 – Cidade Monções – São Paulo – SP, no dia 30/04/2024, com a 1ª chamada às 14:00h, 2ª as 15:00h e a 3ª às 16:00h, para tratarem dos seguintes assuntos: A) Encerramento das atividades e baixa nos CNPJs das filiais estabelecidas nas cidades de Bauru/SP, Brasília/DF, Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ, Ribeirão Preto/SP, Santos/SP, São José do Rio Preto/SP. Sem mais. Diretoria.

COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situado a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90004/2024-SMP., referente ao Processo nº 024.00188974/2023, destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA ("EXTERNA"), DESTE CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 02 de maio de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: www.compras.sp.gov.br

O Edital da presente licitação está disponível, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br ewww.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos"

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N.º 013/2024 –NUMERO DA LICITAÇÃO - 532101/90002- PROCESSO DIGITAL: SEI 147.00002829/2024-40 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE GRUPOS GERADORES , A SEREM EXECUTADOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 29/04/2024 às 9:00h (horário de Brasília). Poderão particpar deste Pregão os cnteressados que estveremi prevcamiente iredenicados no Scstemia de Cadastramiento Uncfiado de Forneiedores - SICAF e no Scstemia de Comipras do Governo Federal (www.gov.br/iomipras). O EDITAL E SEUS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS, NA ÍNTEGRA, NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS\\COMPRAS.GOV.BR.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019.08/2023-CP – A Secretaria de Infraestrutura torna público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 19.08/2023-01, decorrente da Concorrência Pública Nº 019.08/2023-CP, que tem como **OBJETO** a Contratação de empresa de engenharia para a execução da construção do prédio pátio 3 climas, no município de Itapipoca/CE – PRODESA. **CONTRATANTE:** Secretaria de Infraestrutura; **CONTRATADO(A): CONSTRUTORA & SERVIÇOS SOBRALENSE LTDA**. **ADITIVO VALOR: Valor Acrescido em R$ 139.486,04** (Cento e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Oitenta e Seis Reais e Quatro Centavos) **Correspondente a 2,02 % (Dois Virgula Dois por Cento), do valor inicial contratado. FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. **ASSINA PELO(A) CONTRATADO(A):** CONSTRUTORA & SERVIÇOS SOBRALENSE LTDA. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Antônio Vitor Nobre de Lima.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 003/2024, Modalidade: Pregão Presencial, Tipo: Menor Preço. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Contratação de empresa especializada em locação de plataformas elevatórias para trabalho em altura. **DATA: 26/04/2024, HORA: 10h30min, LOCAL:** Centro Administrativo (Avenida da Universidade, 210 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo/SP). O Edital está disponível no site: http://www.fundacaobutantan.org.br.

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – ARESPCJ, consórcio público de direito público, CNPJ nº 13.750.681/ 0001 -57, em atendimento ao art. 39, §6º, da Constituição Federal, torna pública a sua relação de empregos e respectivos salários (referência - março de 2023), conforme deliberado na 24ª Assembleia Geral da ARES-PCJ: Diretor Geral – R$ 23.649,14; Diretor Técnico-Operacional – R$ 22.730,83; Diretor Administrativo e Financeiro – R$ 22.730,83; Procurador Jurídico – R$ 13.056,00; Ouvidor – R$ 10.710,49; Analista de Fiscalização e Regulação (área engenharia civil/sanitária) – R$ 10.710,49; Analista de Fiscalização e Regulação (área engenharia ambiental) – R$ 10.710,49; Analista de Fiscalização e Regulação (área biologia) – R$ 10.710,49; Analista de Fiscalização e Regulação (área contábil/economia/administração) – R$ 10.710,49; Assistente Administrativo – R$ 3.979,28; Auxiliar de Serviços Gerais – R$ 1.802,13. **Dalto Favero Brochi – Diretora Geral**

LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a reunirem-se em assembleia geral extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, em 24 de abril de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** alteração do Estatuto Social da Companhia e **(ii)** consolidação do Estatuto Social com as respectivas alterações. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGE, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: **(a)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(b)** comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; **(c)** cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou **(d)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGE como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1°, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1° e § 2°, da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1°, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, ou seja, até às 11:00 do dia 22 de abril de 2024, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. **Participação via Plataforma Digital:** Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até às 11:00 do dia 22 de abril de 2024, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) dos telefones +55 (11) 3067-0520, +55 (11) 3067-0691 +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br.

São Paulo, 15 de abril de 2024.
LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.
Presidente do Conselho de Administração

Tecnologia **Redução de 10% do efetivo**

Com queda nas vendas de carros, Tesla vai demitir 14 mil funcionários

Empresa de Musk perde mercado para concorrentes asiáticas e europeias; vendas caem 8,5% no primeiro trimestre

BRUNA ARIMATHEA

A Tesla anunciou ontem que vai demitir mais de 10% de sua força de trabalho, após registrar queda na venda de veículos elétricos no último trimestre – a primeira desde 2020. Ao todo, por volta de 14 mil funcionários serão afetados pela decisão, comunicada por e-mail, de acordo com o site Electrik.

Na mensagem, Elon Musk, fundador da companhia, afirmou que a Tesla vai passar por uma nova fase de crescimento e que, por isso, será necessário fazer reestruturação nas áreas da empresa para "diminuir custos e aumentar a produtividade". O e-mail não citou quais setores seriam impactados com as demissões.

"Como parte desse esforço, fizemos uma análise completa da organização e tomamos a difícil decisão de reduzir nosso quadro de funcionários em mais de 10% em todo o mundo. Não há nada que eu odeie mais, mas isso precisa ser feito. Isso nos permitirá ser enxutos, inovadores e ávidos pelo próximo ciclo da fase de crescimento", disse Musk no comunicado.

Em um anúncio feito de surpresa logo após o comunicado chegar aos funcionários, Drew Baglino, vice-presidente sênior que desempenhou um papel fundamental na ascensão da empresa de uma startup improvável a uma fabricante dominante do mercado mundial de carros elétricos, disse que havia renunciado.

"Ontem (*domingo*) tomei a difícil decisão de deixar a Tesla depois de 18 anos", disse Baglino em uma postagem no X (ex-Twitter), rede social que também pertence a Musk. Baglino é um dos três únicos dirigentes, além de Musk, listados como executivos de alto escalão no site da empresa.

Investidores começam a mostrar preocupação com a gestão da companhia. Os muitos outros empreendimentos de Musk e sua propensão a fazer declarações políticas polarizadoras levantaram questões sobre até que ponto ele continua focado na administração da Tesla. Wall Street está cada vez mais cética com a empresa: o preço das ações da companhia perdeu cerca de um terço do seu valor neste ano.

VENDAS. No primeiro trimestre deste ano, a Tesla registrou uma queda de 8,5% na comercialização de seus modelos elétricos em comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação ao último trimestre de 2023, a queda foi de aproximadamente 20%.

No ano passado, a empresa reduziu os preços dos seus automóveis para aumentar a demanda, o que derrubou seu lucro. A estratégia, porém, parece estar perdendo a eficácia.

Rivais como a BYD, da China, a BMW, da Alemanha, e a Kia e a Hyundai, da Coreia do Sul, relataram aumentos nas vendas de veículos elétricos no mesmo período, sugerindo que a procura global mais lenta por modelos movidos a bateria não foi a única explicação para os problemas da Tesla.

No ano passado, a Tesla informou que tinha 140.473 funcionários. O comunicado não informou se os funcionários que foram demitidos receberão algum tipo de pacote de rescisão nem a partir de quando os trabalhadores deixarão a empresa. ● COM NYT

EBRAHIM NOROOZI / AP

Funcionários na unidade da Tesla em Gruenheide, na Alemanha

Força de trabalho

140.473 era o total de funcionários da Tesla no ano passado

O que a rotina de grandes leitores pode ensinar sobre a leitura

CULTURA& COMPORTAMENTO

TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

C2

Música **Pop**

Sample, interpolação ou plágio? Tendência divide especialistas

Cada vez mais frequente, uso de faixas de outros artistas em novas criações levanta suspeitas e discussões sobre direito autoral

SABRINA LEGRAMANDI

Em seu álbum mais recente, *Cowboy Carter*, Beyoncé usou o trecho de um funk brasileiro em uma das faixas. Pabllo Vittar fez uma versão em português para uma música do Roxette. E, na semana passada, Billie Eilish levantou suspeitas sobre ter se inspirado em outra música brasileira, *Malandramente*, para seu próximo projeto – ela postou um teaser de sua nova música e os brasileiros identificaram o trecho. Plágio? Não. Beyoncé usou o sample. Possivelmente, Billie Eilish também – saberemos no dia 17 de maio, quando ela lançar *Hit me Hard and Soft*. Pabllo Vittar, a interpolação.

> *"Uma gravadora jamais lançaria um plágio. Hoje, como você pode só 'subir' na plataforma, as pessoas acham que podem fazer qualquer coisa"*
> **Daniel Campello**
> Advogado de direito autoral

> *"Com discos em formato analógico, isso não era permitido"*
> **Umberto Tavares**
> Produtor musical

Beyoncé abusa dos recursos no novo disco – usou um sample de *Aquecimento das Danadas*, do DJ O Mandrake, em *Spaghettii*, e de *These Boots Are Made for Walkin'*, de Nancy Sinatra, entre outros.

Como ela, muitos artistas estão usando cada vez mais esse recurso. Essa "alta" se apresenta ao lado de uma revolução no mercado musical: a digitalização, como explica o produtor musical Umberto Tavares, que já trabalhou com nomes como Buchecha e Anitta.

"Antigamente, quando os discos eram gravados em formato analógico, isso não era permitido. Com o desenvolvimento digital, os softwares de gravação e a facilidade que a tecnologia traz, esse recurso pôde ser implementado no ramo das produções musicais."

O uso da música de outro artista é feito de forma diferente no sample e na interpolação. Tavares esclarece que, com o sample, o artista escolhe um "pedaço" de outra música para incluir na nova produção. A interpolação, por sua vez, é o uso de um fonograma completo.

No sample, é como se o artista fizesse um "copia e cola" em sua música. A interpolação não precisa ser tão "fiel": o artista faz uma nova gravação em que até a letra original pode sofrer alterações.

Daniel Campello, advogado de direito autoral com doutorado sobre plataformas de música, explica que o uso da música de outros artistas sem os devidos trâmites – como a inclusão dos créditos do autor e o porcentual de royalties pago ao artista original – é crime e pode ser classificado como plágio. "Você está se fazendo passar pelo autor sem dizer quem é o autor original. É um absurdo completo e não pode ser feito."

FACILIDADE. Para ele, a "facilidade" das plataformas de streaming musical favoreceram o lançamento de músicas inspiradas em faixas de outros artistas sem creditar ou pagar aos autores originais. "Antigamente, quando você precisava de uma gravadora para lançar, elas jamais lançariam um plágio. Hoje, como você pode só 'subir' na plataforma e a plataforma não te pergunta nada, as pessoas acham que podem fazer qualquer coisa", completa.

O uso de *Aquecimento das Danadas*, do DJ O Mandrake, empolgou os brasileiros, que comemoraram o reconhecimento internacional do funk. O sample, porém, não foi utilizado de forma correta, como explica o advogado.

Em entrevista ao **Estadão**, O Mandrake revelou que o uso da faixa foi tão surpreendente para ele quanto para o resto do público: antes do lançamento do álbum, o DJ não havia sido contatado pela equipe da cantora. O músico, porém, declarou que ficou honrado.

Pouco depois, os créditos de *Spaghettii* já traziam o nome do artista, mas, conforme as leis de direito autoral, o uso não foi feito de forma apropriada. Campello menciona que o que pode ter gerado a "confusão" foi uma discrepância entre a legislação norte-americana e a brasileira.

"O regime norte-americano, que é o do copyright, é um regime muito menos burocrático", comenta o advogado. Ele explica que, nos Estados Unidos, o artista não é obrigado a pedir autorização prévia a quem terá sua música utilizada. "No regime brasileiro, que a gente chama de regime do direito de autor, os titulares da música precisam autorizar e ser remunerados previamente à criação da música nova."

No caso de *Spaghettii*, ele diz que o regime que se sobrepõe é o do Brasil – já que esta é a origem de *Aquecimento das Danadas*. "Ela fez errado, porque usou o sample de uma música brasileira. O regime que 'domina', nesse caso, é o brasileiro", afirma o advogado, que diz que o erro pode ter sido causado por um "vacilo no processo de licenciamento".

PASSADO. Para o produtor Umberto Tavares e o advogado Daniel Campello, uma possível explicação para o uso tão grande de samples e interpolações está em um fenômeno recente não apenas da indústria musical, mas na cultura de modo geral: a "volta ao passado".

Campello avalia que a "arte é transformativa" e a música, criada com base nas referências dos autores. "Atualmente, existe um acervo gigante de músicas dentro das plataformas de streaming. Elas acabam precisando se comunicar para existir, então há um estímulo para que isso seja feito de alguma forma", comenta.

O advogado ressalta que um "trâmite desorganizado e ruim" em torno do uso de samples e interpolações é o que atrai uma "negatividade" em torno da questão. Campello avalia uma mudança na legislação de direito autoral no Brasil e em outros países como "necessária".

Apesar disso, Tavares aponta um avanço que deixou o uso desses recursos mais "democrático". "Há poucos anos, cerca de uma década atrás, você tinha poucos advogados especializados nesse assunto e pouquíssimas pessoas falando sobre isso", comenta ele.

O produtor conta, porém, que artistas como Beyoncé e Billie Eilish têm mais facilidade para utilizar faixas de outros artistas. "Os grandes artistas têm mais estrutura por terem gravadora – e, se não têm gravadora, eles são a sua própria gravadora. Há mais facilidade de identificar e pedir autorização", afirma. ●

RICHARD SHOTWELL/INVISION/AP

Billie Eilish: inspiração em música brasileira será conhecida no dia 17

Para lembrar

Cantora Treyce precisou retirar canção do ar

● **Usar faixas de outros artistas é um recurso que exige uma atenção redobrada. Recentemente, por exemplo, o Brasil teve um caso emblemático: *Lovezinho*, sucesso da cantora Treyce, teve de ser retirado do ar no ano passado.**

● **A música, que fazia uma interpolação de *Say It Right*, de Nelly Furtado, chegou até à artista canadense, que exigiu os direitos autorais. Treyce e Nelly, porém, não chegaram a um acordo e, à época, a brasileira alegou que o problema aconteceu por não ter conhecimento dos direitos.**

ARI PRENSA

● **"Na minha cabeça, estava tudo certo com o que fizemos", comentou Treyce em entrevista ao *Estadão*. "Hoje em dia eu entendi que, antes de soltarmos qualquer coisa, temos de ver bem nossos direitos para não acabar acontecendo essas coisas."**

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Metrô não vai fazer obras em praças do Jardins

A especulação sobre a rota da futura Linha 20-Rosa e a possível instalação de poços de ventilação em praças do Jardins parece ter chegado ao fim. Na sexta, em reunião entre a Associação de Moradores do Jardins (AME Jardins) e representantes do Metrô de SP, a companhia informou que os respiradores não serão mais instalados nas praças Gastão Vidigal e Morungaba.

O presidente da associação, Fernando de Sampaio Barros, comemorou a decisão: "As duas praças, que hoje são mantidas pela Ame Jardins, são importantes para a cidade e qualquer obra na região representaria danos ambientais e histórico irreparáveis. Seguiremos dialogando com todos os interessados considerando as desapropriações, restrições de tombamentos e impactos no meio ambiente do bairro". O Metrô diz que a alternativa que se mostrou viável para o projeto é ter os poços na Alameda Gabriel Monteiro da Silva e na Avenida Faria Lima. "Isso já estava decidido antes da reunião", diz representante do metropolitano.

GABRIELA BILO/ESTADÃO

As praças Morungaba e Gastão Vidigal eram cogitadas para a instalação

Super-herói Jaspion vira tema de cerveja

É a vez do super-herói japonês Jaspion ser homenageado pela linha de cerveja PRIUS com a Prius Jaspion. Com foco no público apaixonado por cultura asiática e ícones pop, a cerveja foi criada com lúpulo japonês e toques de limão e ervas. A princípio, a bebida só será comercializada em restaurantes de comida asiática e o lançamento ficou para o dia 27.

DANILO CORREA / TUPPI CRIATIVIDADE

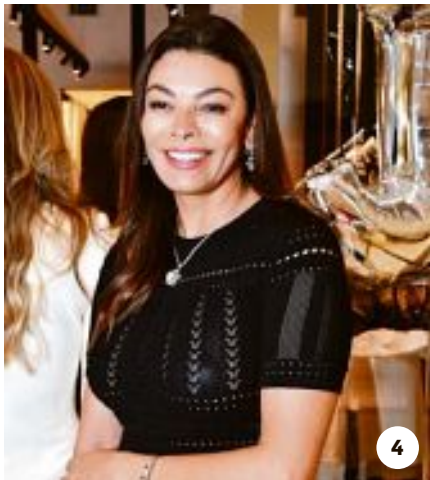
Paisagem paulistana

LEO FELTRAN

Giugiu, restaurante de comida italiana, abre no Shops Jardins com vista para a Haddock Lobo

O Shops Jardins vai ganhar mais um restaurante. O Giugiu Ristorante, localizado entre as lojas da Louis Vuitton, Gucci e da Dior, abre hoje. Segundo os donos, Eduarda Dupin, Leonardo Rezende e Lucas Albuquerque – que também são sócios no ROI – a proximidade com marcas se liga à inspiração para criar o restaurante. A ideia surgiu depois de uma viagem para Milão e Londres, duas capitais importantes para a moda. Além da comida, um dos atrativos do espaço é a vista das calçadas da Rua Haddock Lobo em um terraço com teto jardim. O nome Giugiu vem da abreviação de Giulia – típico nome de família italiana que remete ao tipo de gastronomia servida no local.

IARA MORSELLI

1. Beatriz Conde e 2. Helena Montanarini estiveram na inauguração da loja de Julie Chermann no shopping Iguatemi. 3. Camila Neves e 4. Adriane Reis também passaram por lá.

Execução, a melhor amiga da ideia.

Por Geraldo Rocha Azevedo, CEO da Execution

Nenhuma empresa sobrevive sem inovação, sem criatividade e boas ideias.

No entanto, uma ideia não é nada se não for corretamente executada.

Como dizia Thomas Edison: "Visão, sem execução, é somente outra palavra para alucinação".

Um excelente exemplo de como a junção da ideia, da inovação, com a capacidade de execução pode gerar um enorme valor é Elon Musk.
Terminei há pouco de ler o livro de Walter Isaacson a respeito da vida de Musk.

Trata-se de um rapaz de classe média, nascido na África do Sul, que, assim que terminou a faculdade de Engenharia nos USA, teve uma ideia: fazer, no começo da internet, um app que mostrasse, em um mapa, a rota para as empresas; que vendeu essa startup por US$ 25mm; que teve então a ideia de criar o primeiro banco digital do mundo, o Paypal; que teve então a ideia de colonizar Marte, surgiu a SpaceX; que teve então a ideia de carros elétricos e autônomos, surgiu a Tesla; que teve então a ideia de conectar diretamente a mente das pessoas ao computador, surgiu a Neurolink; e por aí vai.
O que o livro mostra, tanto quanto a personalidade de Musk em todos os seus ângulos, é a sua capacidade de execução.

Suas reuniões de madrugada com os times de design, a busca pela eficiência na produção das baterias, sua busca pelos melhores materiais, sua obsessão com detalhes.

Em um determinado capítulo, ele dorme por três meses na fábrica da Tesla em Freemont para conseguir quintuplicar a capacidade de produção, ao mesmo tempo que faz reuniões nas madrugadas com seus engenheiros da SpaceX para reduzir custos na nova "Statship" e torná-la comercialmente viável, afinal, colonizar Marte ou aumentar o spam de vida na terra consumindo menos recursos naturais e aumentando o número de carros elétricos requer muito realismo e capacidade de execução.

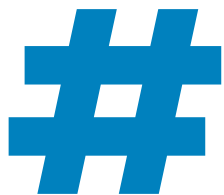
Outro exemplo genial da junção entre execução e ideia é o recente patrocínio do nome do Morumbi pelo Bis.

Comprar o "naming right" do Estádio do Morumbi, em São Paulo, é uma ideia. Chamar o Morumbi de Morumbis é uma ideia, no mínimo, polêmica. No entanto, a execução da campanha que comunica o "naming right" é um exemplo brilhante de execução criativa. Ao expor a brincadeira no trocadilho do "Morumbis" criando o departamento de trocadilhos, a campanha desmonta todas as possíveis críticas e ainda convida as pessoas ao trocadilho com o Bis.
Brilhante exemplo de execução criativa.

O mundo está cheio de exemplos de ideias muito boas que morreram por não terem sido corretamente executadas, mas ainda bem que tem gente que entende que a melhor amiga da inovação, da criatividade e da ideia é a execução.

Ela é um dos pilares da nossa evolução.

Quer recomendar um(a) convidado(a)?
atendimento.bluestudio@estadao.com

Use o QRCode ao lado, leia on-line e compartilhe

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Liberdade de ser

Data estelar: Lua cresce em Leão

Liberdade de ser experimentaríamos naturalmente se não nos apegássemos tanto ao fruto de nossas ações, as quais, motivadas por desejos, nos excitam com a promessa da satisfação, e ao mesmo tempo nos castigam com a angústia da frustração, corroendo a experiência da liberdade de ser.

Liberdade de ser é responder a uma necessidade, independentemente de essa nos ser simpática ou antipática, mas porque estamos aí presentes na situação e temos capacidade de intervir agindo dentro do alcance de nosso conhecimento, sem nos importar com que nossa ação seja bem ou malsucedida de imediato, apenas porque seja a coisa certa a se fazer, uma sementinha impessoal no meio do oceano de relacionamentos humanos pautados exclusivamente pelo desejo e pelo apego.

O perigo do apego não é a frustração, mas a perda de nossa liberdade. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Os parâmetros de segurança e conforto que sua alma usou durante muito tempo caem em desuso com muita velocidade, e ao mesmo tempo se manifestam novas formas de sua alma se sentir à vontade para continuar na luta.

TOURO 21-4 a 20-5

Você pode se maquiar e disfarçar a realidade sob um manto de normalidade, mas verdade é que nada mais é como antes, a normalidade foi para o espaço há muito tempo, e sua alma precisa aceitar as mudanças o quanto antes.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Estar no controle e ter o leme em suas mãos seria preferível, sua alma se sentiria mais segura, porém, as coisas são como são, é necessário você se adaptar ao que não pode ser dominado, mas que pode ser aproveitado.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Ainda que todos tenhamos sido treinados através da educação para sermos egoístas autocentrados, a maturidade há de nos fazer entender a necessidade de transcender essa condição, e nos aproximar da consciência grupal.

LEÃO 22-7 a 22-8

Assuma seu papel e cumpra suas tarefas, porque o mundo não conhece o que você pensa, a não ser através de suas obras. É hora de pensar menos e de fazer mais, mas isso só pode acontecer como efeito de sua vontade.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Quanto menos tenha você a perder, mais atrevida sua alma ficará e se lançará ao futuro com espírito de aventura, para o que der e vier. Esse é o estado de ânimo excelente para dar uma virada de mesa no destino. Aí sim!

LIBRA 23-9 a 22-10

No fim, e apesar de todos os esforços para preservar o rumo, as coisas mudam e precisam ser aceitas do jeito que vierem, em vez de continuar tentando encaixar a realidade dentro da caixinha de suas preferências.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Medir forças com as pessoas não leva a nada além do que já é conhecido, o estado de conflito e discórdia que caracteriza os relacionamentos sociais do mundo atual. Aposte na concórdia, isso fará a diferença.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Você é útil para certas pessoas e a recíproca também é verdadeira, portanto, é contraproducente você se envolver em disputas de território ou medição de força, isso só vai complicar o que poderia ser simples.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

O princípio da realidade é a plataforma sobre a qual sua alma há de modular os desejos, ciente de que nem tudo que pareça desejável poderia ser realizado, e nem sequer valeria a pena o preço da realização. É assim.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

O jeito que você sempre usou para organizar sua vida num sentido amplo, mas também prático, já deixou de ser eficiente há bastante tempo, mas ainda continua sendo repetido, provocando muito desgaste. Hora de mudar.

PEIXES 20-2 a 20-3

A verdade não depende de preferências nem de opiniões diversas, ela é o que é, resiste a qualquer tentativa de a distorcer e enquadrar dentro de uma moldura limitada. Por isso mesmo a verdade vem à tona com o tempo.

Música Brasileira

Filho e primas de Gal Costa fazem acordo para criar fundação

Decisão se dá em meio a disputa judicial entre Gabriel Costa e a empresária Wilma Petrillo sobre direito a herança

Gabriel Penna Burgos Costa, filho de Gal Costa, fez um acordo extrajudicial com as primas da cantora, Verônica e Priscila Silva, para criar a Fundação Gal Costa de Incentivo à Música e Cultura, uma instituição sem fins lucrativos e originalmente planejada no testamento da cantora em 1997 (ele foi revogado em 2019). As informações foram confirmadas ao **Estadão** pela assessoria de imprensa de Gabriel Costa.

"Gabriel Costa chegou a acordo extrajudicial com as primas de Gal Costa para pôr fim aos questionamentos que elas apresentaram em juízo sobre a Fundação Gal Costa. As regras para a existência e o funcionamento da fundação foram estabelecidas pela própria cantora há muitos anos. Gabriel Costa, com o apoio das primas, se compromete a buscar meios para realizar o desejo de sua mãe de criar uma instituição que preserve sua obra", diz a assessoria.

O acordo entre Gabriel e suas primas foi estabelecido em 1.º de abril, conforme reportado pelo jornal *Correio da Bahia*. Segundo o testamento de Gal Costa, a fundação sem fins lucrativos ajudaria músicos e outros artistas da música. Eles planejavam fazer festivais, concursos e dar bolsas de estudo para pessoas que precisassem.

Gabriel concordou em criar a fundação após a conclusão do inventário, que definirá como a herança de Gal será distribuída – ela é alvo de disputa entre ele e a ex-companheira de Gal, Wilma Petrillo. Os recursos para a fundação seriam provenientes da parte da herança de Gabriel e de possíveis parcerias públicas ou privadas. ● FLAVIO PINTO

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"Grandes verdades se comunicam pelo silêncio"* **Paul Claudel**

Prato do dia
Patrícia Ferraz

E-mail: *patriciacferraz@gmail.com*; **instagram:** *@patriciacferraz*

Ovo, anchova e gribiche

Nos restaurantes, estou sempre de olho nos pratos que combinam com o estilo desta coluna: fáceis, deliciosos e com algum toque diferente. Pois é exatamente o caso desse ovo, que provei no Barouche, na Vila Madalena (lugar, aliás, que vale a visita e foi tema da minha coluna *Por aí*, publicada no **Estadão** na última quinta-feira, 11 de abril).

É um ovo cozido, com a gema mole, cortado ao meio e servido sobre uma torradinha de brioche com molho gribiche feito com toques autorais pelo chef Rodrigo Felício. Por cima, uma anchova. Delicioso. É bem fácil de preparar. O único segredo é deixar a gema mole para que escorra levemente e se misture ao molho... O preparo não tem erro.

RENATA CARLINI

Ingredientes
1 porção

_ 1 ovo
_ 2 filés de anchova do cantábrico
_ 2 torradas pequenas de brioche (proporcionais ao tamanho do ovo)
_ Folhinhas de cerefólio

Para o molho

_ 10 g de maionese (de preferência caseira)
_ 2 g de alcaparras picadas
_ 2 g de pimenta-de-cheiro em conserva picadas
_ 2 g de picles de pepino pequeno
_ 1 g de pimenta-do-reino verde em conserva
_ 2 g de cebola picada
_ 1 g de estragão
_ 1 toque de vinagre de Jerez
_ 3 g de mostarda Dijon
_ ½ ovo cozido picado
_ 2 colheres (sopa) de óleo picante, o chili oil (encontrado em casa de produtos orientais).

Preparo
Fácil. 20 minutos

1. Leve ao fogo uma panelinha com água. Quando ferver, ponha o ovo e conte 6 minutos. Escorra, descasque, mas não corte ao meio até a hora de servir.
2. Para o molho: ponha todos os ingredientes no processador e bata para misturar.
3. Espalhe 1 colher generosa de molho sobre cada torrada.
4. Corte o ovo ao meio no sentido do comprimento e ponha cada metade em uma torrada.
5. Ponha um filé de anchova sobre cada ovo e finalize com uma folhinha de cerefólio.
6. Sirva em temperatura ambiente, como canapé ou como uma entrada. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/43WzOvR**

Duas espécies de baleia
Carimbo de passaportes
Vigor (fig.)
O sistema público de saúde
Sagrada
Queijo e presunto
Asseguradas
Embrulha; envolve
Tempo de vida
Voltar a aparecer
Em trajes de Carnaval
Gás de letreiros luminosos
Bucal
Médico que cuida de fraturas
Ferir os sentimentos de alguém
A ovelha que teve sua lã retirada
Neônio (símbolo)
Doença que provoca coceira
Explosivo usado em pedreiras: T Ñ T
Sua capital é Porto Velho (sigla)
Armadilha da aranha
Neste momento
Partícula que se acumula nos móveis
(?)-alas, carro da escola de samba
Aposento de freiras
Policial, em inglês
Alvo do analgésico
Estilhaço; fragmento
Rainha de "Frozen", da Disney
A (?): lhe
Carne suína servida fria
Vitamina de cremes capilares
(?) Nagle, jornalista
Nome da letra "R"
(?) entre nós: em segredo
Que não vive de fantasias
Cumprimento dito ao telefone
Consoantes de "trio"
Peça que firma a parede para não cair
Sufixo de "formol"
Está (red.)
Significa "Letras", em ABL
A altitude no nível do mar
Ela, em espanhol
(?) Jaime, cantor e compositor

BANCO 3/cop. 4/ella — elsa — néon. 5/sama. 6/enrola — escora — magoar.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Sabe o que é febre do feno?

Mais frequente na **PRIMAVERA** e no outono, **ESTAÇÕES** em que a quantidade de **PÓLEN** produzida pelas plantas é maior, a **FEBRE** do feno é uma ~~**ALERGIA**~~ das vias respiratórias. O pólen é o pó liberado pelas **PLANTAS** como parte de seu **CICLO** reprodutivo. Extremamente fino, contém **PROTEÍNAS** capazes de afetar as **VIAS** aéreas superiores, provocando irritações e inflamações no **NARIZ**, olhos e garganta, e causando **SINUSITE**. Os principais indícios da condição alérgica acarretada pelo pólen são **ESPIRROS** frequentes, tosse, **CONGESTÃO** nasal, dores de cabeça, cansaço, coriza, coceira no nariz, **ARDÊNCIA** nos olhos e lacrimejamento. Não existe cura para a febre do **FENO**, mas é possível aliviar os sintomas. Medidas preventivas também podem ser tomadas, como evitar o contato com o pólen e com locais abertos que tenham **VEGETAÇÃO** abundante, manter fechados os vidros dos automóveis e dos ambientes, além de trocar de **ROUPA** e tomar banho para **REMOVER** o pólen após exposição ao ar livre, principalmente nas estações mais propícias ao aparecimento da alergia.

N	L	N	R	N	D	Y	O	N	D	D
F	E	C	R	E	M	O	V	E	R	I
D	R	S	L	T	C	N	F	T	C	R
A	I	C	N	E	D	R	A	Y	L	N
F	R	M	D	T	T	N	L	T	O	L
B	E	S	P	I	R	R	O	S	N	E
T	N	N	M	F	M	B	T	D	C	C
T	M	P	R	O	T	E	I	N	A	S
O	T	T	E	D	R	B	S	T	S	E
Á	T	M	F	G	E	C	P	M	B	Ô
Ç	D	Z	C	F	M	T	R	L	N	Ç
A	F	I	S	S	T	H	I	C	G	A
T	R	R	D	G	D	Y	M	R	E	T
E	D	A	T	S	L	D	A	F	R	S
G	D	N	D	L	C	D	V	F	B	E
E	B	F	B	I	F	N	E	R	E	H
V	G	M	C	N	B	R	R	N	F	B
F	C	L	F	N	A	N	A	N	C	N
M	O	T	F	G	N	Y	D	B	D	E
N	O	N	N	E	L	O	P	E	L	F
L	T	B	L	T	D	N	T	C	E	L
A	P	U	O	R	M	Y	L	N	C	O
Y	N	B	N	T	I	N	O	M	N	Ã
S	C	R	T	S	L	T	M	M	G	T
S	I	N	U	S	I	T	E	B	H	S
Y	N	Y	L	N	G	T	L	T	Y	E
A	L	E	R	G	I	A	T	N	B	G
F	H	L	N	R	T	L	N	R	E	N
T	G	P	L	A	N	T	A	S	D	O
G	S	A	I	V	B	G	C	N	N	C

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/3JdKrAQ**

Nível Fácil

SOLUÇÕES

Eles leem 200, 300 livros por ano – e dão dicas para quem quer mudar relação com a leitura

O que a rotina dos superleitores pode ensinar

E-book traz vantagens, como a possibilidade de ajustar fonte e luminosidade

SOPHIA NGUYEN
THE WASHINGTON POST

Vamos começar com uma boa notícia: se você terminou de ler apenas dois livros em 2023, já está na frente de 46% da população norte-americana que não leu um só livro durante o ano passado, conforme relatou Andrew Van Dam, do *The Washington Post*, em reportagem do início deste ano.

No texto, ele mostrou os resultados de uma pesquisa feita com 1.500 norte-americanos. Segundo os dados levantados, 46% dos americanos completaram zero livro em 2023; 5% leram apenas um livro; 33% leram cinco livros; 21%, dez; e quem leu mais de 50 forma a elite de 1% dos leitores americanos.

A pesquisa, realizada pela Economist/YouGov, levou em consideração todos os tipos de livros. Mas David Montgomery, um dos pesquisadores, descobriu que os livros em papel continuam sendo cerca de duas vezes mais populares que seus novos rivais.

Por volta de 42% dos americanos leram livros físicos no ano passado, em comparação aos 22% que leram livros digitais ou 19% que usaram audiolivros. Os livros digitais são mais populares entre os leitores mais assíduos, porque você fica sem espaço nas prateleiras com uma rapidez alarmante quando lê mais de 50 tomos por ano.

FELIPE RAU/ESTADÃO – 17/8/2011

Quantidade
Pilhas de livros já lidos podem dar sensação de satisfação e ajudar no processo, mas, cuidado, também criam pressão desnecessária

A popularidade dos formatos de livros permanece bastante consistente em termos políticos e demográficos, com exceção dos audiolivros, que são ouvidos por cerca de um quarto dos americanos com menos de 45 anos, mas apenas por 9% daqueles com 65 anos ou mais. Eles também podem ser um pouco mais populares entre os democratas, mas as diferenças partidárias raramente aparecem nessa esfera.

"A identidade política não parece estar fortemente correlacionada com os hábitos de leitura", diz Montgomery, "pelo menos não em comparação com outras variáveis, como a idade e a educação".

Se você está considerando mudar sua relação com os livros, algumas dicas podem ser bastante úteis. Conversamos, então, com alguns superleitores, que rotineiramente terminam centenas de livros por ano, sobre seus hábitos e metas, e perguntamos quais dicas eles têm para o restante de nós. (Essas entrevistas foram editadas para melhorar a extensão e a clareza.)

1. Olivia Ambrogio, instrutora de comunicação científica em Silver Spring, Maryland

Ela lê cerca de 200 livros por ano. "Vario entre o papel e o leitor digital. Realmente não consumo audiolivros, porque fico muito impaciente. Fico pensando o tempo todo: 'Eu poderia estar lendo isso mais rápido'. Vou dizer que registrar os livros que leio me deixou um pouco menos disposta a desistir de um título."

Sua dica é: aproveite o tempo de espera, por menor que seja. "Eu leio sempre que tenho tempo e sempre que não estou perto de outras pessoas – por exemplo, de manhã, quando estou tomando café da manhã. Hoje em dia, na maioria das vezes, faço trabalho remoto, mas, se estiver andando de metrô, leio. Talvez seja eu quem esteja preparando o jantar e esteja esperando algo ferver; se for minha noite de sentar com minha filha, e ela estiver adormecendo, também leio. Pequenos intervalos de tempo."

Sua meta para 2024 é ler 203 livros. "É mais ou menos o que eu leria em um ano. Se eu tentasse ler de 250 a 300, provavelmente seria um verdadeiro desafio, para o qual eu teria de traçar uma estratégia."

2. Paul Scott, aposentado em Los Altos, Califórnia

Sua meta para 2024 é audaciosa: 400 livros. "No ano passado, li 388. No ano anterior, foram 350. Portanto, vou ver se é possível fazer 400. Acho que vou conseguir. Eu digo, meio brincando, que isso compensa uma educação ruim na escola pública. Costumo mergulhar fundo em um assunto que 'aprendi'. Em parte, era por causa dos textos que estávamos usando – quando eu lia sobre o Dust Bowl (fenômeno climático de tempestade de areia que ocorreu nos Estados Unidos na década de 1930) na escola, era apenas um parágrafo. Então, comecei com um livro de ficção, o livro de Kristin Hannah, depois li o livro de não ficção de Timothy Egan. Isso me levou a ler sobre conservação do solo, e isso me levou a ler sobre pradarias."

Como ele consegue? "Quando eu estava trabalhando, provavelmente lia 100 livros anualmente, porque viajava bastante, provavelmente durante 250 dias por ano. Isso foi antes de estarmos todos conectados e antes de podermos realmente fazer qualquer trabalho a bordo de um avião."

As pessoas costumam perguntar a ele se está jogando mais golfe, uma paixão, agora que se aposentou. "Mas, agora que posso jogar golfe todos os dias, o que prefiro fazer é ler. A pandemia cristalizou como eu queria passar meu tempo livre.

Pesquisa
Levantamento feito nos EUA mostrou que 46% dos americanos não completaram a leitura de um livro em 2023

Não havia nada na TV. De repente, eu tinha esse tempo das 4h30 às 8h30 da manhã, e pensei: 'Puxa, eu realmente deveria passar mais tempo lendo'."

Scott estima que consegue ler cerca de 350 a 400 páginas por dia. "Ontem li um livro com cerca de 600 páginas, em parte porque queria terminá-lo. Não queria perder mais tempo com ele. Normalmente, tenho de três a quatro boas horas pela manhã, e depois tenho algumas horas à tarde ou no início da noite. Você ➔

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

tem de dizer a si mesmo: esta hora do dia é sagrada."

"Invista tempo no início da leitura de um livro para ganhar impulso", ele sugere. "Se você realmente quer ler um livro, precisa ler as primeiras 100 páginas, 200 páginas. Se não conseguir, você descobrirá que a leitura vai ficar muito difícil. Antigamente, não sei dizer quantos livros eu começava e dos quais lia 15 páginas em um dia e, no dia seguinte, lia as mesmas 15 páginas, só para tentar entrar no livro. Se eu conseguir começar lendo uma grande parte de um livro, é muito mais fácil terminá-lo rapidamente."

3. Allison Wack, veterinária em Frederick, Maryland, EUA

"Ouço principalmente audiolivros. De vez em quando, dou uma escapada para ler um livro de papel, mas simplesmente não fico muito tempo sentada – estou sempre correndo, especialmente com duas crianças pequenas. Também faço muito trabalho voluntário para meninas escoteiras. Fico com o fone de ouvido ligado praticamente o tempo todo quando estou em casa, fazendo tarefas domésticas ou preparando o jantar. Em uma hora, consigo ouvir 3 horas de um livro (ouço tudo no modo 3x). Você pode chegar lá."

Para ela, verificar se sua biblioteca tem parcerias com outras em sua região aumenta a chance de encontrar algo que interesse a você. "Em algumas bibliotecas, você precisa ir pessoalmente para obter uma carteirinha. Tenho um clube do livro e fizemos um passeio muito divertido, em que fomos todos juntos a todas as bibliotecas para obter as carteirinhas. Acho que tenho oito." Sua meta para 2024: pelo menos 300 livros.

4. Vivian Taylor, blogueira de livros em Charleston, West Virginia, EUA

Vivian lê 365 livros por ano. "Fico admirada com as pessoas que têm empregos em tempo integral, que têm filhos, ou que são casadas ou estão em um relacionamento sério e têm todas as responsabilidades relacionadas a isso. E elas encontram tempo para ler! Essas pessoas, para mim, são surpreendentes", ela diz.

E como consegue seguir com seu ritmo de leituras? "Eu me mudei de volta para o Estado de West Virginia para cuidar de meus pais, já idosos, em 2008. Inicialmente, minha meta anual era de 200 ou 250 livros. Não eram números realmente enormes, simplesmente porque eu estava muito envolvida em levar meu pai às consultas médicas. Geralmente, eu me levantava por volta das 6 horas da manhã e lia por cerca de uma hora antes de tirar meu pai da cama. Depois de deixá-lo na hemodiálise, eu tinha duas ou três horas para ler antes de pegá-lo e levá-lo de volta para casa e deixá-lo confortável para o restante do dia. Depois de sair, eu tinha o resto do dia para me dedicar à leitura. Eu lia das 18h às 23h ou meia-noite", conta ela.

"Para mim, não é apenas uma grande forma de escapar da realidade, é meu autocuidado. Eu não saio para fazer manicure, pedicure, massagem ou algo do gênero. Meu autocuidado é expandir a biblioteca da minha casa e ler livros."

Os e-books foram um ponto de mudança importante. "Como sofro de enxaqueca crônica, há dias em que não consigo ler. Mas ler digitalmente significa que posso mudar a cor do fundo, posso aumentar a fonte e, como estou envelhecendo, isso é uma grande vantagem. Eu coleciono livros físicos. Há alguns livros de que tenho a cópia em brochura, a cópia em capa dura, a cópia em e-book e um audiolivro. O livro *Furious Hours*, de Casey Cep, é um deles."

Meta para 2024: 365 livros. "Todo ano, a única resolução que faço é: 'Este será o ano em que não vou reler muitos dos meus livros favoritos'. E nunca consigo passar da segunda semana de janeiro! Eu leio toda a *Série Mortal*, de J.D. Robb, pseudônimo de Nora Roberts, a cada dois anos. Embora eu esteja muito familiarizada com a história, os personagens, a ação e tudo mais, pegar esses livros é como encontrar velhos amigos novamente."

"Ouço audiolivros. De vez em quando, dou uma escapada para ler um livro de papel, mas simplesmente não fico muito tempo sentada, estou sempre correndo"
Allison Wack
Veterinária, pretende ler 300 livros em 2024

"Invista tempo no início da leitura, para ganhar impulso. Se você quer ler um livro, precisa ler as primeiras 100 páginas, 200 páginas. Se não conseguir, você descobrirá que a leitura fica muito difícil"
Paul Scott
Aposentado, leu 388 livros em 2023

"Adquira um aplicativo de leitura. Se eu colocar o aplicativo na mesma pasta do meu celular onde está o Instagram, ele será um gatilho útil: e se eu ler por alguns minutos em vez de ficar rolando a tela?"
Rachel Dawson
Gerente de redes sociais

5. Rachel Dawson, gerente de redes sociais em Richmond, Virgínia

"Depois da faculdade, levei algum tempo para voltar a ler por diversão. Em 2015, estabeleci minha primeira meta, que era ler 50 livros. Ultrapassei essa meta – li mais ou menos 80 livros – e, a cada ano, tenho aumentado meus objetivos. Isso me ajuda a ter um número pelo qual me empenhar", diz ela, que lê entre 150 e 200 livros por ano.

"Registro minhas leituras em alguns aplicativos diferentes e escrevo sobre muitos dos livros em um diário. Tenho uma planilha na qual coloco todos os meus números e ela monitora a porcentagem que estou atingindo em relação à minha meta. Ela também muda de cor de acordo com o quanto estou atrasada ou adiantada. Todo mês, à medida que leio, empilho meus livros; esse sinal visual também é motivador para mim."

Criar conteúdo sobre livros é um hobby que se tornou uma fonte de receita paralela. "Ganho dinheiro com parcerias com marcas, um clube do livro e um Substack. É um dinheiro que coloco na poupança ou no meu cartão de crédito. Nos círculos que frequento online, há muita comparação, e você fica preso a isso e sente que precisa acompanhar ou ler todos os livros populares assim que são lançados, ou ler várias centenas de livros para ser impressionante."

Suporte
Edições digitais são mais populares entre leitores assíduos: eles logo ficam sem espaço nas prateleiras

Meta para 2024: 12 livros. "Para aumentar a quantidade, eu estava me pegando escolhendo livros bem curtos, bem leves e fofos, só para tentar terminar algo rapidamente, para acrescentar outro livro à pilha. Revisitei os livros da *American Girl* da minha infância, que são bem pequenos. Este ano, agora, estou empolgada, porque já atingi minha meta de leitura. Posso deixar isso de lado. Eu realmente quero priorizar livros que importam, livros de qualidade e livros de autores negros. Eu sempre tive tempo – mas simplesmente não me sentia como se tivesse."

Sua dica como profissional da leitura: "Adquira um aplicativo de leitura. Se eu colocar o aplicativo na mesma pasta do meu celular onde está o Instagram, ele será um gatilho útil: e se eu ler por alguns minutos em vez de ficar rolando a tela?". ●

Streaming Drama

Charmoso ou amoral, Ripley é sempre fascinante

Sombria na cor e no tom, série com 8 horas mostra o personagem icônico, um vigarista sociopata, mais fiel ao livro de 1955

ESTADÃO ANALISA

GABRIEL ZORZETTO

Adaptar textos clássicos da literatura para o audiovisual nunca será uma tarefa fácil, ainda mais quando uma das figuras mais icônicas da ficção está envolvida. O caso de *O Talentoso Ripley* (1955), escrito por Patricia Highsmith (1921-1995), prova como um mesmo personagem pode ser interpretado de formas distintas, evidenciando a complexidade narrativa presente no thriller psicológico, o que consolidou a autora norte-americana como uma das referências do suspense no século 20.

O Tom Ripley criado por Highsmith é apresentado como um vigarista sociopata, educado e amigável, mas totalmente amoral, que "sempre achara que tinha o rosto mais sem graça do mundo, um rosto completamente esquecível, com uma expressão de docilidade que jamais conseguira entender e também uma vaga expressão de susto que jamais conseguira apagar", conforme ela descreve no célebre livro, cuja edição mais recente disponível no Brasil é da Intrínseca (336 páginas; R$ 47,94).

A recém-lançada minissérie *Ripley*, da Netflix, despertou inevitáveis comparações com o romance e o filme homônimo de 1999, indicado para cinco prêmios no Oscar. Extremamente sombria, não só por causa da fotografia em preto e branco, mas também pelo tom, a nova produção criada por Steven Zaillian (*The Night Of, O Irlandês, O Gângster*) se beneficia do formato episódico, somando um total aproximado de oito horas de duração, que permite ao roteiro se ater fielmente aos pontos essenciais do livro.

Já o longa dirigido por Anthony Minghella (*O Paciente Inglês, Cold Mountain*), com pouco mais de duas horas, optava por maiores liberdades textuais e tinha um ar mais inocente e divertido. As diferentes abordagens são latentes nas interpretações principais.

DESUMANO. O Ripley vivido por Matt Damon no filme carregava um certo charme e uma esperança juvenil, o que rapidamente fazia o público ter empatia com ele. Seus anseios esboçavam um desejo comum de enriquecer, ter amigos e viver bem a vida, ao contrário do metódico e assustador Ripley interpretado agora por Andrew Scott, um homem desumano que causa ojeriza ao telespectador desde as primeiras cenas.

A sexualidade de Tom também é conduzida com olhares dessemelhantes. A obra cinematográfica evocava o subtexto gay do romance com clareza. O Ripley de Damon indicava sua atração física pelo playboy Dickie (Jude Law), perspectiva reafirmada pela expansão do personagem Peter (Jack Davenport), com quem ele tinha uma ligação amorosa. No livro, a existência de Peter não serve a esse propósito e no projeto da Netflix ele foi completamente ignorado.

O Ripley de Scott, por sua vez, se aproxima mais da descrição original de Highsmith, na qual o personagem explica: "Não consigo decidir se gosto de homens ou mulheres, então estou pensando em desistir de ambos".

Assim como no livro, a série sugere que Tom tem ciúmes de Dickie (Johnny Flynn), sem implicar um componente homossexual. A própria autora falou do assunto em entrevista à *Sight & Sound*, em 1988. "Não acho que Ripley seja gay", disse ela. "Ele aprecia a boa aparência de outros homens, isso é verdade. Mas ele é casado em livros posteriores. Não estou dizendo que seja muito forte no departamento sexual. Mas vai para a cama com a esposa."

NETFLIX

O irlandês Andrew Scott como Ripley: inspirado em clássico do suspense escrito por Patricia Highsmith

Paisagens do seriado atraem turistas, que lotam aldeia italiana

As paisagens de *Ripley*, novo sucesso da Netflix, são deslumbrantes. Quando o vigarista interpretado por Andrew Scott viaja de Nápoles para a vila de Atrani, ele se depara com um lugar pacato e pouco populoso. Isso, contudo, está mudando – e os habitantes da Costa Amalfitana, na Itália, notam o contraste.

Segundo o jornal britânico *The Guardian*, o Airbnb detectou aumento de 93% nas reservas para a região após o lançamento da série.

Atrani pode ser menos movimentada que Amalfi, mas no verão sua praia é tomada por fileiras de guarda-sóis e espreguiçadeiras. "Se o turismo crescer, o risco é que não seja gerido de modo adequado. A aldeia não consegue lidar com um excesso de turistas. Carros, ônibus e motos deixam o trânsito paralisado", opina Luisa Criscolo, gestora imobiliária de um hotel na Sardenha.

A vila escolhida para as filmagens é propriedade privada, mas um apartamento de um quarto com terraço está disponível no Airbnb a partir de € 189 (cerca de R$ 1.032) por noite.

Dois modelos

A sexualidade de Tom é conduzida de modo diferente do filme de 1999, estrelado por Matt Damon

Apesar das visões diversificadas, há um fundamento central no romance que guia as duas adaptações. Os leitores, espectadores ou assinantes do serviço de streaming provavelmente jamais viverão suas vidas como Tom Ripley, e por isso ficarão fascinados por ele em algum momento. Mentiroso nato, o personagem personifica o escapismo e seus traços manipuladores podem convencer as pessoas de qualquer coisa, para o bem ou para o mal. ●

Cinema Documentários

Brasil e Alemanha vencem o festival É Tudo Verdade

Premiados da 29.ª edição são 'Tesouro Natterer', sobre povos originários, e 'Cento e Quatro', drama de imigrantes no mar

O naturalista austríaco Johann Natterer veio ao Brasil em 1817 para uma expedição pelo País. Ficou aqui por cerca de 18 anos. Ao longo da viagem, foi coletando plantas, insetos, animais, utensílios e arte de tribos indígenas, que eram enviados a Viena. É, talvez, a maior coleção etnográfica sobre os povos originários do Brasil. O doc *Tesouro Natterer*, de Renato Barbieri, refaz essa saga com imagens, documentos e depoimentos. Leva um chefe indígena a Viena para visitar o acervo. É um pedaço da história, perdido e reencontrado na Europa. Cabe reintegrar essa preciosidade ao patrimônio do País?

Já *Cento e Quatro*, de Jonathan Schörnig, lança mão de seis câmeras para registrar a operação de salvamento das 104 pessoas que estão naufragando num bote de borracha no Mediterrâneo. O filme usa telas múltiplas o tempo todo para expor em detalhes o drama e a saga dos imigrantes. O recurso dá intensidade ao relato que põe em xeque moral o continente europeu. ● LUIZ ZANIN ORICCHIO

Hollywood

'Guerra Civil', filme com o brasileiro Wagner Moura, lidera bilheterias na estreia nos EUA

O filme *Guerra Civil*, com o brasileiro Wagner Moura , tornou-se a maior estreia da produtora A24, que também fez *Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo*, vencedor do Oscar em 2023. O longa faturou US$ 25,7 milhões (R$ 131 mi). Dirigido por Alex Garland, o filme também é o primeiro da A24 a liderar as bilheterias dos EUA. A estreia no Brasil será no dia 18.

Festival de Cannes

'Baby', de Marcelo Caetano, é selecionado para concorrer na 63ª Semana da Crítica

***Baby*, do brasileiro Marcelo Caetano, foi selecionado para a 63.ª Semana da Crítica de Cannes. Sete filmes vão competir pelos quatro prêmios concedidos pela mostra paralela do festival francês. Outro filme latino-americano na mostra é *Simón de la Montaña*, do argentino Federico Luis Tachella.**